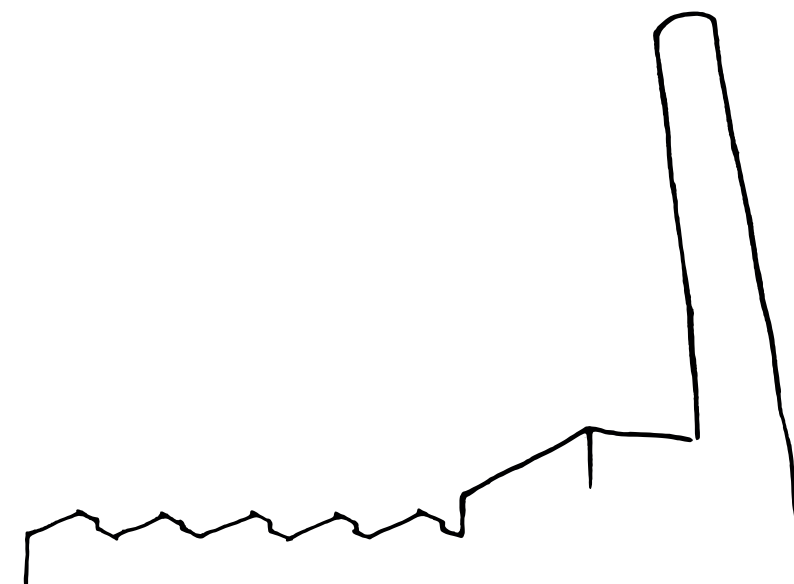


PERMANÊNCIAS

MEMÓRIA E PROJETO NO IPIRANGA

larissa de santis candro

orientadores: karina leitão e Fábio Mariz



PERMANÊNCIAS

MEMÓRIA E PROJETO NO IPIRANGA

trabalho final de graduação

1º sem/2017

fauusp



RESUMO

Este trabalho final de graduação tem como objetivo, a partir da memória viva, realizar a investigação, discussão e elaboração de propostas para a região que compreende o desativado Incinerador Vergueiro e o terreno da ex-fábrica Arno, ambos localizados ao lado do metrô Santos-Imigrantes, dentro da subprefeitura do Ipiranga, na cidade de São Paulo. Essa proposta nasce da vontade de reunir abordagens objetivas e subjetivas para tratar a temática e a área selecionada, de trabalhar com o imaterial, na forma das memórias, chegando ao material, na forma do projeto para o local escolhido.

Palavras-chave: memória, lembranças, ipiranga, incinerador vergueiro, fábrica arno , projeto, desenho urbano.

ABSTRACT

This final assignment has the goal of, through living memory, to investigate, discuss and develop proposals to the area where there is the deactivated Vergueiro incinerator and the site of an ex Arno's factory. Both placed beside Santos-Imigrantes' subway station, on the Ipiranga district of Sao Paulo. This proposal came from the desire of gathering objectives and subjective approaches to deal with the chosen subject and site(place/area), and embrace the imaterial, in the means of memory, to reach the material, on the shape of a design to the appointed area.

Keywords: memory, ipiranga, incenerator vergueiro, arno's factory, project, urban design.

AGRADECIMENTOS

À Ivone que, sem saber, mudou os rumos de todo esse trabalho.

À Karina Leitão, por toda a sensibilidade, incentivo, inspiração, ajuda e cuidado durante o TFG. Por compreender minhas vontades, questões, anseios e sempre com tranquilidade, me dar suporte para seguir em frente. Por estar presente até o fim, em todos os detalhes.

Ao Fábio Mariz, por me acompanhar durante toda a graduação. Por ser professor e se tornar um amigo. Por todos os ensinamentos, paciência e ajuda. Por compartilhar o conhecimento e por estar aberto às trocas. Pelas orientações de projeto e sobretudo, pelas 'orientações emocionais'.

Ao André Benez Martins e Altamir Abreu, pelas conversas enriquecedoras que contribuíram com esse trabalho final de graduação.

Ao Henrique, por compartilhar esse final de curso comigo. Por toda a troca, ajuda e companheirismo. Pelas discussões profundas, pelas ideias e pela amizade.

Às minhas raízes, Daniela e Renato, por toda compreensão, amor e apoio, ora barulhentos, ora silenciosos, desde sempre até agora.
Ao André, pelo processo que construímos juntos, por me ouvir e me fazer rir.
À Maria, pelos incentivos, elogios e ajudas.
À Ivone e ao Pedro, que sempre torcem por mim.

Às pessoas queridas que compartilham a vida comigo: Karen, Dudu, Andrea, Eduardo, Camila, Sérgio e Joel. Sem a companhia, carinho, conversas e abraços de vocês teria sido impossível passar por esse processo.

A todas as pessoas que deram cor e tom aos anos vividos dentro da FAU e dividiram seus cotidianos comigo.
Obrigada por essa experiência, foi transformadora.

Por fim, tenho certeza que esse trabalho só foi possível de ser realizado porque existem pessoas incríveis que me ajudaram ao longo dessa caminhada. Com novas ideias e olhares, com discussões, com revisões, com bibliografia, com produção de imagens e com ajuda nas diversas frentes que existem durante a produção de um trabalho assim. Agradeço então à Andrea Barcelos, Camila Neri, Eduardo Avellar, Jéssica Luchesi, Daniela De Santis, André Sandro, Karen Matsuda, Caróu Oliveira, Henrique Passarello, Renato Sandro, Diogo Lemos e todos que contribuíram de alguma forma ao longo desse processo.

ÍNDICE

0. em poucas palavras	7
1. motivações e inquietações	9
2. objetividades: o lugar	15
a região	16
metrô santos imigrantes	21
incinerador vergueiro e transbordo	25
terreno arno	30
favela do vergueiro	36
legislação	42
3. subjetividades: memórias e afetos	50
3.1 explicações	51
3.2 recordações	63
Ivone Caleffi Candro	64
Altamir Abreu	68
André Benez Martins	71
3.3 reflexões	79
4. totalidades	82
5. referências	111

0. EM POUCAS PALAVRAS

Este trabalho final de graduação tem como objetivo, a partir da memória viva, realizar a investigação, discussão e elaboração de propostas para a região que compreende o desativado Incinerador Vergueiro e o terreno da ex-fábrica Arno, ambos localizados ao lado do metrô Santos-Imigrantes, dentro da subprefeitura do Ipiranga, na cidade de São Paulo. Essa proposta nasce da vontade de reunir abordagens objetivas e subjetivas para tratar a temática e a área selecionada, de trabalhar com o imaterial, na forma das memórias, chegando ao material, na forma do projeto para o local escolhido.



imagem da região com pontos principais destacados
fonte: google earth
elaboração: candro, 2017

I. MOTIVAÇÕES E INQUIETAÇÕES

As memórias são vagas, mas existem. Tem aquela tarde meio seca, que vinha um cheiro ruim. Tem os mais velhos reclamando. Como se o vento todo não bastasse para varrer aquele ar pesado, poluído, que deixava o fim da tarde sólido e meio intransponível. Tem a paisagem sempre marcada por aquela chaminé. Diziam que tinha uma fábrica também, eu nunca vi. Mas parece que ela se unia àquela chaminé e juntas, dominavam o céu daquele pedaço de cidade.

Tem nas lembranças umas casinhas diferentes, que só depois de crescida descobri que se chamavam favela. E justamente elas que foram embora quando chegou o metrô. Antes dele, lembro de muitos vazios nas poucas andanças por lá. Hoje ainda é vazio, mas é um vazio com mais muros... naquelas lembranças vagas, parecia um vazio mais espaçoso, com mais horizontes.

O cheiro parou, mas chaminé ficou. O trilho chegou, a fábrica foi. Tudo mudou, mas parece que a área resiste, de alguma forma, isolada e sem vida. Talvez até tivesse mais vida antes e minha compreensão limitada não tenha captado... a vida se desdobra de tantas formas.

Hoje parece um lugar morto, espaço inconectável. Está lá, mas sinto que não está. Descolado, sinto que flutua, paira sobre nós e sobre a terra mãe, sem realmente a ela pertencer.

Larissa Candro, 05/04/2016

É a partir dessa memória pessoal, difusa, cheia de elementos e impressões soltas que escolhi meu tema para o trabalho final de graduação. Desde 1997 moro nos arredores do Incinerador Vergueiro e crescendo aquela região se modificava. Pude perceber como o funcionamento do incinerador atingia o local e como sua desativação, em 2002, trouxe mudanças para a área. Essa observação aconteceu dentro de um processo muito interessante, pois ao mesmo tempo em que a região se transformava, eu crescia e minha capacidade de compreender o que estava acontecendo aumentava. Assim, as lembranças difusas de infância foram se transformando em consciência do processo de transformação pelo qual uma cidade real e concreta passa.

Em 2010, com o meu ingresso no curso de arquitetura e urbanismo, essa consciência aumentou e me trouxe inúmeras inquietações em relação a esse espaço. Percebi claramente como o funcionamento de um incinerador representava um entrave à valorização daquela região segundo a lógica dos empreendimentos privados. Compreendi que a construção da estação de metrô Santos-Imigrantes, inaugurada em 2006, poderia impactar aquele local de diversas maneiras, principalmente com a sua valorização imobiliária e consequente expulsão da população residente e chegada de novos investimentos, sobretudo na forma de torres residenciais e condomínios.

A questão do incinerador continuava muito forte para mim, pois além de ter acompanhado sua história, eu especulava muito sobre sua situação presente e futura, pensando como era possível uma construção em um espaço tão grande estar abandonada e sem destino há quase 14 anos, especialmente em uma região próxima ao centro e bem servida em relação ao transporte público, elemento tão insuficiente em São Paulo.

Junto a isso, entrava em pauta a questão dos locais desativados e abandonados, tema que me desperta grande interesse. Sempre achei instigante pensar nas histórias que aconteceram e acontecem nesses espaços, em como houve emprego de tempo, material, recursos naturais e trabalho para construí-los. Qual seria o sentido de destruir e construir, gastando novamente todos esses elementos em vez de aproveitar os lugares onde eles já foram empregados? Para mim, esse ciclo de eterna destruição e reconstrução é incoerente, pois todo o potencial que existe na possibilidade de reutilizar as estruturas pré-existentes da cidade é desperdiçado. Pensando sobre outro aspecto, que diz respeito ao lado imaterial, relacionado ao sensível, ao simbólico e às vivências que aconteceram nesses espaços, meu sentimento é de que ao deixarem de ser usados, tudo o que lá existiu fica suspenso no tempo, deixando nossa imaginação preencher as lacunas do desconhecido. Mas ao serem demolidos, a sensação que fica é a de que tudo é descartado e esquecido, inclusive as histórias que lá aconteceram.

Por fim, percebia aquele espaço como uma área completamente desconectada de seu entorno, por conta de sua geografia e elementos urbanos: a região está localizada em uma área de várzea, nas margens da Avenida Ricardo Jafet e do Córrego do Ipiranga, que se colocam como barreiras físicas devido às suas poucas transposições, sua escala e tratamento voltados majoritariamente ao uso de veículos motorizados. Além disso, existem grandes lotes, relevo acidentado ao redor, ruas sem saída e espaços residuais que reforçam essa desconexão. Desde criança, tinha

a sensação de que aquele pedaço de cidade era isolado e intransponível. Era comum fazer tudo de carro, ir a locais mais distantes do que os da vizinhança pelo fato de as coisas mais próximas parecerem inacessíveis, criando certa sensação de distância. Só depois, com mais conhecimento técnico, que consegui reunir os elementos necessários que explicavam as razões da sensação de isolamento que sempre tive morando nessa região.

Por todas essas questões, esse lugar me despertava muito interesse enquanto objeto de estudo para o trabalho final de graduação e foi assim que escolhi meu tema. Inicialmente, minha ideia era trabalhar com o antigo Incinerador e seu entorno, pesquisando sua história, analisando a sua influência na transformação daquele espaço, pensando em um projeto que lhe desse um novo uso e que aproveitasse suas estruturas existentes e por fim, propondo a requalificação da área por meio do desenho urbano. A partir disso iniciei pesquisas sobre o local e percebi que havia muito pouco material sobre o incinerador. Aparentemente, ele não foi relevante o bastante para ter boa parte de sua história registrada. Comecei a pensar em como é curioso o fato do que é registrado enquanto história e o que não é. Algumas coisas vão apenas se perdendo conforme o tempo passa, pois não mereceram atenção.

Analisando a região, vi que a fábrica da Arno, localizada na quadra vizinha do incinerador, estava demolida. Sempre soube que havia uma fábrica na região e que ela havia sido desativada, entretanto não sabia que havia sido destruída, deixando vazio um terreno de mais de 22 mil m². Para alguém que se propõe a pensar em uma resposta para o incinerador, levando em conta a situação de seu entorno, era impossível não incorporar o terreno da Arno no projeto a partir dessa descoberta ou ao menos investigar e pensar nessa questão.



foto aérea
da região
fornecida
pelo escritório
de arquitetura
arco, 2005

Assim, comecei a pesquisar a história da fábrica e novamente me deparei com a falta de informações. O que eu conseguia descobrir estava mais relacionado aos últimos anos de sua existência e mesmo com inúmeras pesquisas não obtive nem a data em que a fábrica foi construída. Dentre as poucas informações que consegui, foi a de que anteriormente à Arno, aquela fábrica havia sido uma tecelagem chamada Fábrica de Tecidos Haddad. O processo de pesquisa parecia uma caça ao tesouro, em que a cada momento ia juntando pistas para investigar o passado daquele lugar e chegar a algumas conclusões. Era muito inquietante o fato de existir uma enorme quantidade de material sobre o passado fabril de São Paulo, mas não existir nada sobre aquela região.

A partir de outra perspectiva, descobri a existência de um nicho de pesquisa que ainda não havia pensado em consultar. No universo do desconhecido, daquilo que não está registrado como história oficial, existe uma fonte riquíssima de informações que é a memória viva; a memória daqueles que conhecem o lugar há tanto tempo que podem nos dar informações preciosas sobre tudo o que se passou lá. Dessa maneira, passei a investigar a memória viva daquela região.

De início, fui conversar com a minha avó, Ivone, que nasceu no Ipiranga em uma casa bem perto daquele terreno. Imaginei que talvez ela soubesse alguma coisa sobre a fábrica e em uma conversa, descobri que ela não só sabia, mas havia vivido uma história que nos aproximava muito daquele local. Eu sempre soube que meus bisavôs haviam trabalhado em uma tecelagem, mas não havia nem pensado na possibilidade de que era a mesma que eu estava investigando.

Quando minha avó me contou, como se fosse a coisa mais óbvia do mundo, que meus bisavôs trabalharam lá e que ela, com sete anos de idade, havia entrado várias vezes na antiga fábrica, a questão da memória passou a ser de extrema importância para mim. Em uma conversa de dez minutos eu me aproximei daquele lugar de uma forma que eu não podia imaginar. Minha avó me contou que seus pais trabalhavam em turnos alternados: quando sua mãe estava na fábrica, seu pai cuidava dela em casa. Na hora de trocar de turno, ele a levava junto até a fábrica, ia até o tear onde estava a esposa que, por sua vez, tirava o avental, pegava minha avó pela mão e ia embora deixando o marido iniciar seu turno de trabalho. Na memória de minha avó, os teares eram gigantes¹.

Não consegui descobrir em que data a fábrica foi construída, mas obtive algumas certezas. É certo que antes de 1943 a tecelagem já existia. Esse foi o máximo que a memória de minha avó alcançou. Também é certo que, nesse momento, eu estava diante de um novo caminho para esse trabalho. Ao saber que a fábrica foi demolida e não existe mais, ela disse, com uma expressão infeliz no rosto: "Ah, que triste". Essa tristeza expressa nessa frase tão simples me tocou e gerou uma série de inquietações que pude aprofundar depois.

Ao mesmo tempo em que descobria essa ligação e reforçava minha questão afetiva com o lugar, descobri por meio de redes sociais um grupo dos ex-funcionários das fábricas Arno. Aquele grupo estava repleto



ivone caleffi candro
foto de andré candro,
2015

de memórias, experiências, colegas se reencontrando e compartilhando histórias. Em quase todas as mensagens percebi um tom de saudosismo em relação à Arno. Por meio do grupo, consegui encontrar dois funcionários que trabalharam por mais de trinta anos na unidade do Ipiranga, também conhecida como unidade 3, e que concordaram em conversar comigo.

Esses acontecimentos colocaram a questão da memória como um ponto central do meu trabalho. A conversa com minha avó se tornou uma fonte para minha pesquisa, assim como as conversas que tive com os funcionários da Arno. Passei a ler sobre o assunto e posso dizer que mergulhei em um mundo novo, que não estava acessível por meio das formas de pesquisa mais convencionais. Comecei a descobrir diversas informações e a me encantar cada vez mais com o resgate de um passado que estava escondido e espalhado.

A partir disso, uma de minhas maiores inquietações era o pensamento de que aquilo que conhecemos como história poderia ser apenas uma versão do que aconteceu, uma vez que o mesmo fato pode ser contado de diversas formas. Ao mesmo tempo, o que sabemos são apenas alguns dos fatos, fragmentos dentre os milhares de outros que aconteceram e apenas uma parte de tudo isso é registrada, vira história e está acessível para todos. Isso acontece por vários motivos. Algumas coisas são propositalmente não registradas, para se apagarem com o tempo. Outras apenas não são relevantes, de acordo com alguns valores. Ou em outros casos, como Ecléa Bosi (1994) coloca, é a memória dos vencedores, que se registra como oficial e passa por cima da memória dos vencidos.

O grande ponto é que quando algo não é registrado, pode, com mais facilidade, se perder no tempo, se apagar. E ao se apagar, o que sobra? Apenas uma visão dos fatos, apenas o que conseguimos ver e apreender de imediato. Sobra a cidade em seu estado presente, sem a consciência de tudo o que ela já foi. Quem passa atualmente pela frente do terreno da Arno, não imagina tudo o que já existiu naquele local.

E por que seria importante saber desse passado? Essa pergunta me gerou grandes conflitos e fiquei refletindo se isso era realmente importante ou não seria uma insistência banal da minha parte. Para as pessoas que eu entrevistei, resgatar essa história era importante por conta de afetos pessoais. Mas em um sentido mais amplo, seria relevante resgatar essas memórias? Ao mesmo tempo, quem decide a relevância das coisas? Que ordem e que lógica escolhem aquilo que é importante para ser preservado?

Consegui algumas respostas para essas questões lendo as obras de Ecléa Bosi (1994), que atribui grande importância à memória, sobretudo como forma de resistência à opressão que a ideologia dominante gera. O suporte material da memória, desde espaços físicos a objetos pessoais, também ganham importância, uma vez que acabam funcionando como elementos desencadeadores de lembranças e que, portanto, ajudam a não esquecer.

Ainda assim, tive muitos questionamentos sobre até que ponto a questão da memória iria me ajudar e até onde fazia sentido me aprofundar nela, levando em conta que minha proposta era a criação de um projeto enquanto produto final. Mas de alguma maneira, essas afeti-

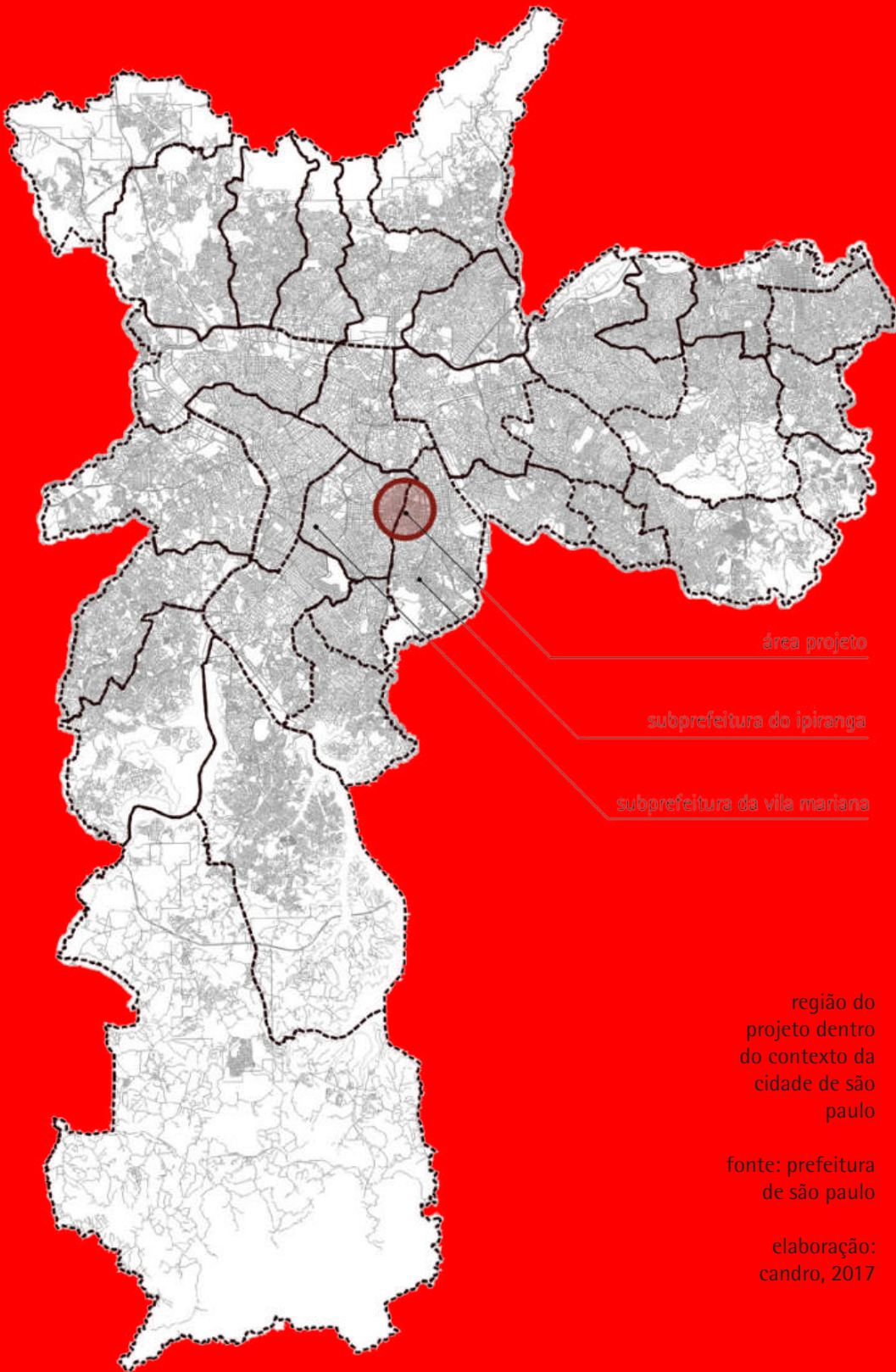
¹ Informações fornecidas por Ivone Caleffi Candro em entrevista realizada em 23/07/2016.

vidades e lembranças que emergiram, modificaram a forma com que passei a olhar esse espaço e me incentivaram a buscar propostas mais condizentes com a história desse lugar e tudo o que ele representa para algumas pessoas.

A escolha em trabalhar nessa área já estava feita, porém, essas questões que apareceram reforçaram um caráter sensível que eu buscava e me deram mais certeza em relação a essa decisão. Enquanto tema para um exercício final de graduação, posso dizer que me agradou muito a ideia de conciliar enfoques aparentemente tão contrastantes na forma de investigar e ler um espaço. Trabalhar com essa região me satisfaz muito, uma vez que ela me proporciona um aspecto simbólico e afetivo ao mesmo tempo em que me incita a trazer essas questões para o plano material, pelo seu teor concreto, de um lugar real que tem problemas e requer respostas dentro do campo da arquitetura e urbanismo.

Por fim, posso dizer que esse trabalho é uma tentativa de unir o campo do subjetivo, permeado por imaterialidades como a memória, com o objetivo, composto por questionamentos, análises e respostas técnicas, a partir de propostas para uma região da cidade com uma série de questões complexas contraditórias que serão mostradas ao longo da discussão.

2. OBJETIVIDADES: O LUGAR



a região

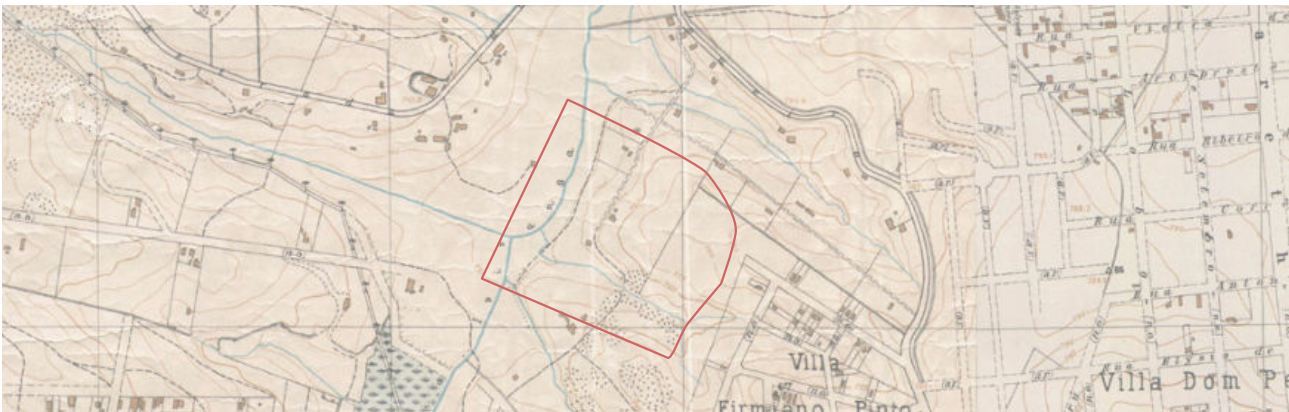
O incinerador Vergueiro e o terreno da ex-fábrica Arno estão localizados em uma região com características físicas marcantes e que contribuíram para determinar sua ocupação e seu desenvolvimento. É possível observar através dos mapas históricos que esse miolo foi a última parte do território a ser urbanizada. O local está situado às margens do Córrego do Ipiranga, em uma área de várzea e com vários afluentes. O Córrego do Ipiranga conforma uma região plana que tem pouca extensão e a partir de cada uma de suas margens, o terreno forma um declive bastante acentuado e que torna a região um tanto isolada, sobretudo para quem anda a pé.



região do trabalho demarcada em vermelho

imagem aérea de 2015, retirada do google earth

elaboração: candro, 2017



Sara Brasil, 1930



Vasp, 1954



Lotsan, 1974

mapas históricos da cidade de são paulo com região demarcada

fonte: CESAD
disponível em < <http://www.cesadweb.fau.usp.br> >
elaboração: candro, 2017

Segundo o relato de Altamir Abreu, sabemos que existiam pontes para pedestres que faziam a travessia do córrego, conectando os dois lados do território (informação verbal) ². Quando a Avenida Ricardo Jafet foi construída e o córrego foi retificado e canalizado, essas pontes deixaram de existir e a conexão entre as duas áreas ficou prejudicada. Atualmente, a avenida e o córrego se colocam como grandes barreiras para a integração e mobilidade na área, uma vez que existem poucas transposições, sobretudo na escala do pedestre, ao longo de seus cursos. Além da questão física, esses elementos também coincidem com as divisas administrativas da cidade, separando a região entre as subprefeituras do Ipiranga e da Vila Mariana, respectivamente ao lado direito e esquerdo do rio. Vizinha do incinerador e do terreno da Arno, a estação de metrô Santos-Imigrantes, do qual se falará mais extensamente, também contribui para que a região seja fragmentada e pouco integrada, sobretudo do ponto de vista do pedestre.

Conforme a pesquisa realizada, análise dos mapas históricos e informações colhidas nas entrevistas entende-se que a área da qual se está falando foi a última a ser ocupada e urbanizada também por razões fundiárias. A partir da imagem aérea do local, feita em 1958, é possível ver grandes terrenos vazios ou parcialmente ocupados, com aspecto ainda rural. Do lado esquerdo do Córrego do Ipiranga se encontrava uma chácara que estava sendo ocupada pela favela Vergueiro e do lado direito, o mesmo da fábrica e do incinerador, as terras passavam por processos fundiários que envolviam a família Haddad (informação verbal) ³. Essa diferença nos tempos de urbanização e ocupação da área também contribuiu para que seu tecido urbano não seja tão bem integrado ao restante.

Todos esses fatores juntos, somados ao incinerador desativado e um terreno vago com mais de 22 mil m², criam um espaço desconectado, com mobilidade prejudicada, de pouco uso e que parece estar sempre morto. A existência da estação de metrô, transporte público de alta capacidade, torna essa região muito mais acessível e possibilita que uma quantidade bem maior de pessoas a utilize caso haja interesse para tal. Dessa maneira, é um desperdício de potencial não haver algo mais significativo no local que possa gerar mais uso e aproveitar melhor a infraestrutura existente. Essa análise que enxerga esse desperdício na região e propõe que ela seja mais utilizada aponta para a mesma base argumentativa que pauta o novo zoneamento da cidade de São Paulo. Entretanto, como será explicado posteriormente, as ideias de como esse espaço poderia ser melhor aproveitado divergem substancialmente no que diz respeito à forma e ao conteúdo do que poderia ser realizado no mesmo.

A região é predominantemente residencial, com alguns comércios, serviço e armazéns. Existem algumas áreas verdes na região, como praças, porém algumas não são muito utilizadas por terem acesso difícil e pouca estrutura. O parque mais próximo é o Parque da Independência, que está a 3 km do local. Apesar de a distância ser relativamente curta, seu acesso se dá por ruas de alta declividade, dificultando a chegada

² Informação fornecida por Altamir Abreu em entrevista realizada dia 05/07/2016.

³ Informação fornecida por André Benez Martins em entrevista realizada em 13/07/2016.

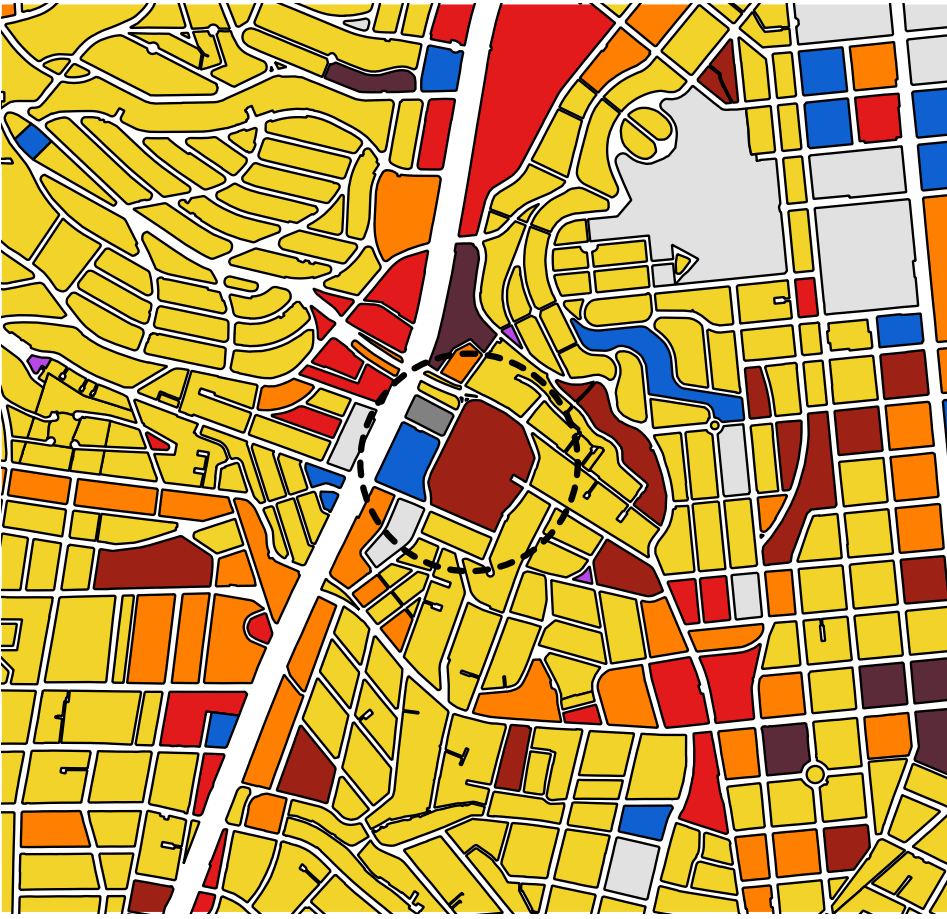
pela caminhada. A região também está próxima do Parque Aclimação (3,5 km), do Parque Ibirapuera (5km) e da favela do Heliópolis (4 km), uma das maiores de São Paulo.

Ainda falando sobre o local e seu contexto dentro de São Paulo, é importante destacar sua proximidade com o centro da cidade e com a Avenida Paulista (aproximadamente 8 km de distância), o que significa que esta região, sobretudo com o metrô Santos-Imigrantes, permite rápido acesso a pontos importantes da cidade.

A seguir, mapa de uso do solo por predominância de quadra da região do projeto.

legenda

- equipamentos públicos
- residencial
- comércio e serviços
- uso misto: residencial + comércio/serviços
- uso misto: residencial + ind/armazéns
- uso misto: comércio/serviços + ind/armazéns
- terrenos vagos
- sem predominância/outros



mapa de uso do solo

dados disponíveis em
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. acesso em
24/10/2016
elaboração: candro, 2017



- área de intervenção
- áreas verdes
- equipamentos de saúde
- equipamentos esportivos
- equipamentos de educação públicos
- equipamentos culturais
- equipamentos de assistência social
- distância de 3 km
- distância de 1 km
- distância de 1km entre travessias em nível na av. ricardo jafet

mapa de equipamentos
e distâncias

dados disponíveis em
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. acesso em
24/10/2016
elaboração: candro,
2017

metrô santos imigrantes

Em 2006, a implantação da estação de metrô Santos-Imigrantes, linha 2 - verde, gerou uma série de espaços verdes residuais e desintegrados, sem nenhuma qualificação e que não geram possibilidade de uso para a população. A maior parte desses espaços é gradeada e contribui para a sensação de pouco uso e atividade na área. Apesar de ter melhorado a circulação e conexão para os pedestres, quando o metrô encerra suas atividades, essas conexões deixam de acontecer e prejudicam ainda mais a mobilidade do local. Onde hoje se encontra a estação, existiam dois campos de futebol e na região havia algumas favelas de pequeno porte que foram removidas com a sua construção.

Em uma visita realizada ao escritório do Metrô, tive a possibilidade de ver os desenhos técnicos da estação e conversar sobre algumas questões com um técnico responsável. Questionando a razão dos espaços verdes residuais não terem nenhum tipo de tratamento ou qualificação para que possam ser aproveitados ou o porquê de existirem pouquíssimos bancos nas estações, a resposta do técnico do Metrô foi a de que o setor de projetos é independente do setor que aprova e faz a gestão da obra depois de finalizada. Então, quanto menos elementos existirem no projeto a serem geridos, mais fácil fica esse trabalho, uma vez que o Metrô é responsável por tudo o que acontece em um raio de dez metros contados a partir das bordas da estação. Ter bancos, praças ou áreas utilizáveis de alguma forma traria mais responsabilidade para o Metrô, que atualmente não quer arcar com esse tipo de trabalho (informação verbal) ⁴. Conversamos sobre alguns exemplos, como a estação Sé e Jardim São Paulo, que têm grandes praças integradas à estação e foi dito que o trabalho e custo de manutenção dessas estações são muito mais altos que os de outras, trazendo prejuízos para a empresa.

Perguntei sobre possíveis parcerias com a prefeitura, onde uma estação que tivesse áreas verdes tivesse a gestão compartilhada, por exemplo, com a SVMA - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, com a subprefeitura da região ou algum outro órgão. A resposta, já esperada, trouxe a questão da dificuldade que existe em fazer parcerias que envolvam diferentes escalas de poder, como a estadual e a municipal, sobretudo quando as mesmas estão comandadas por partidos políticos diferentes. O Metrô, que inicialmente foi criado como uma empresa municipal, conseguia fazer esse tipo de parceria mais facilmente antes de ser administrado pelo governo do Estado (informação verbal) ⁵.

Infelizmente, essa é uma situação comum na cidade de São Paulo. Se houvesse parceria em vez de disputa política, diversos projetos, não só no âmbito da arquitetura e do urbanismo, poderiam ser melhores em variados aspectos. Pensando no plano dos espaços, a combinação de diversos usos em um local poderia ser muito positiva, levando em consideração que a terra na cidade de São Paulo é escassa e cara.

⁴ Informações fornecidas por técnico responsável do setor de projetos, em visita realizada no dia 25/10/2016 à sede do escritório do Metrô de São Paulo.

⁵ Idem.

No caso específico do Metrô, é perceptível que há uma política que não se interessa no aproveitamento dos espaços onde estão as estações e na possibilidade de permanência das pessoas. O importante é que elas paguem o preço da passagem, circulem e permaneçam o menor tempo possível nas dependências do metrô.

Nas minhas memórias, lembro de que havia uma espécie de otimismo em relação à chegada do metrô na região, não só pela questão da mobilidade que melhoraria muito, mas também por certa expectativa de que isso traria mais comércio e serviços, mais pessoas e mais vida para o local. Como o córrego e a avenida sempre atuaram como barreiras, dividindo o território em duas partes, cada lado acabou naturalmente, gerando seu próprio núcleo de comércio e serviços longe dessa divisa. Assim, o metrô representaria uma possibilidade de gerar uma nova centralidade, um local de convergência dessas duas partes do território. Entretanto, isso não aconteceu e até hoje permanece a sensação da região ser pouco usada e da desconexão com o seu entorno. Inclusive, é notável o fato de todos os comércios que tentaram se estabelecer próximos ao metrô, na Avenida Saioá, acabaram falindo. Como Jacobs (2007) diz, existe uma estreita relação entre o sucesso dos estabelecimentos comerciais e a quantidade de pessoas que circulam pelo local onde os mesmos estão. O caso dos comércios que vieram para a região após a inauguração do metrô explicita que isso não foi o suficiente para trazer mais pessoas circulando no local, nem mais dinamismo e variedade de usos para a região, que ainda é percebida como desconectada e pouco utilizada.

“A maioria das empresas de bens de consumo depende tanto quanto os parques de pessoas transitando de um lado para o outro o dia inteiro, mas com a seguinte diferença: se os parques ficam desertos, isso é ruim para eles e para a vizinhança, mas eles não desaparecem por causa disso. Se as empresas de bens de consumo ficarem vazias a maior parte do dia, elas talvez fechem. Ou, para ser mais precisa, na maioria das vezes elas nem chegam a abrir. Os estabelecimentos comerciais, assim como os parques, precisam de frequentadores” (JACOBS, 2007, p. 167).

Ao frequentar a área, algumas questões são perceptíveis. Por exemplo, mesmo com o baixo sucesso dos comércios e serviços que foram abertos após a chegada do metrô, a área passou por uma grande valorização imobiliária. Isso é perceptível, sobretudo pelos preços dos imóveis da região e pelas novas construções de condomínios que começaram a aparecer. Relatos de algumas pessoas conhecidas, que antes moravam no local, mostram que suas mudanças se deram por causa dos preços relacionados ao aluguel terem aumentado. O fluxo de veículos também aumentou, trazendo novos estacionamentos e gerando congestionamento nos horários de pico. Por muito tempo houve um conflito na área devido às empresas de ônibus fretados não poderem parar próximo à estação para embarque e desembarque dos passageiros. Esse serviço é bem intenso na região e atualmente os ônibus estacionam na faixa da direita da Av. Ricardo Jafet, nos dois quarteirões ao lado do metrô.

Em relação aos pedestres, é visível que a quantidade aumentou se pensarmos em como era há dez anos, porém quando comparado a outras estações de metrô, o número de pessoas que estão a pé e andando pelas ruas do entorno é bem pequeno.



área verde residual da implantação do metrô e vista do metrô da av. saioá.

foto: larissa candro, 2017



imagens áreas
do região do
metrô santos-
imigrantes em
2004, 2005 e
2008

fonte: google
earth
elaboração:
candro, 2017



incinerador vergueiro e transbordo

Construído em 1963 para a queima de resíduos domiciliares, o incinerador Vergueiro começou a funcionar a partir de 1967/68 ⁶. Passou a queimar lixo hospitalar em 1977, data em que a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) lacrou os incineradores particulares dos hospitais, deixando a prefeitura encarregada em dar destino a esse tipo de resíduo. Isso gerou uma série de problemas oriundos da queima incompleta desses materiais, uma vez que o incinerador não havia sido projetado para esse fim. Um laudo elaborado pela CETESB, em 2000, indicou que as cinzas do lixo ainda continham microorganismos vivos e que a queima do lixo hospitalar liberava substâncias tóxicas e cancerígenas ⁷. Queimando 50 toneladas de lixo por dia, o incinerador gerava grandes incômodos para a população da área. Relatos encontrados em jornais e conversas com residentes e trabalhadores da região falam sobre o forte cheiro e a quantidade de fumaça proveniente de seu funcionamento. A partir de 2001, houve uma intensa mobilização para a desativação do incinerador, que foi fechado oficialmente em 2002 ⁸.



foto do incinerador
vergueiro, em 1972

disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-paulo-mais-limpa/fotos/2012/05/fotos-mostram-historia-da-coleta-de-lixo-em-sp.html#F424228>>. acesso em 25/05/2016

⁶ Disponível em <http://www.upiranga.com/orgaos_publicos/incineradorhistorico.htm>. Acesso em 28/05/2016.

⁷ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u31603.shtml>>. Acesso em 28/05/2016.

⁸ Disponível em <<http://www.ipiranganews.inf.br/PDF/07/INCDC0242701ADF.pdf>>. Acesso em 28/05/2016.

Em 1978, ao lado do incinerador, foi construído um transbordo que continua funcionando até hoje, servindo de local intermediário entre a coleta de lixo domiciliar até seu destino final. Existe atualmente um movimento de moradores da região que demanda seu fechamento, alegando que seu funcionamento cria uma série de incomodidades, como o alto barulho dos caminhões de lixo que circulam de madrugada e a proliferação de animais como ratos e pombas⁹. Entretanto, não existe nenhum tipo de informação que indique o encerramento de suas atividades em um futuro próximo.

Enquanto o transbordo continua em funcionamento, o incinerador completa 14 anos desde que foi desativado e atualmente, se encontra fechado e abandonado. Apenas o pátio principal é utilizado como estacionamento para caminhões de lixo. Ao longo desse tempo existiram alguns projetos para recuperar e reutilizar a construção, como o projeto firmado com a Universidade São Marcos, que previa sua transformação em um pólo cultural e de estudos ambientais¹⁰. Criado no fim de 2006 por meio de uma parceria entre a Subprefeitura do Ipiranga e do Instituto São Marcos de Cidadania global, o incinerador abrigaria atividades da nova cátedra da universidade, tendo como destaque a Usina de Educação e Tecnologia em Resíduos Sólidos. Esse convênio também previa diversos cursos abertos à comunidade, relacionados às questões de sustentabilidade. No dia da oficialização do convênio, o subprefeito do Ipiranga comentou sobre o que essa ação significava:

"Por muitos anos, a antiga usina foi um transtorno para o bairro, por causa da poluição que gerava. Desativada, seu prédio passou a ser visto com carinho e se incorporou ao patrimônio cultural do Ipiranga com sua marcante chaminé, hoje mais ressaltada ainda pela vizinhança com a nova estação Imigrantes. A preservação daquelas instalações e sua utilização como espaço cultural, relacionado com a questão ambiental e aberto à população, é do enorme interesse da cidade. A universidade, pelo seu Instituto, vai nos ajudar a concretizar essa ideia."¹¹

A parceria tinha duração de três anos e não existem informações sobre como se deu seu funcionamento durante esse período e nem se alguma atividade de fato aconteceu por meio do programa. Como a Universidade São Marcos estava em processo de falência durante esse período (seu fechamento oficial foi em 2012), o projeto provavelmente não foi implantado.

Outra proposta que existiu para o incinerador previa a sua descontaminação e transformação em um centro de educação ambiental.

⁹ Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-mantem-posto-de-lixo-no-ipiranga-imp-,621531>>. Acesso em 28/05/2016.

¹⁰ Disponível em <<http://www.ecopress.jex.com.br/noticias+com+baixa+repercussao/universidade+sao+marcos+e+subprefeitura+do+ipiranga+inauguram+espaco+socioambiental+na+capital+paulista>>. Acesso em 28/05/2016.

¹¹ Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=135176>>. Acesso em 28/05/2016.

Junto a isso, previa-se uma reforma que permitiria que o transbordo continuasse funcionando com menos impactos negativos para a região¹². Esse projeto seria bancado pela concessionária ECOURBIS, concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação dos resíduos domiciliares e de saúde da região sudeste do município, mas não foi aprovado pela SIURB (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras) por razões contratuais¹³. Não foi possível achar mais informações sobre o projeto e seu processo de licenciamento, com exceção de imagens de apresentação do mesmo, realizadas pelo escritório ARCO.

"Incinerador do Ipiranga. Projeto de Restauração, Reforma, Ampliação e Reprogramação Funcional. 4.377m² - Ipiranga, São Paulo, SP, 2008"

legenda e imagens do escritório arco disponível em <<http://arco.pro.br/wp/?p=2627>>. acesso em 28/05/2016



"Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Domiciliares Vergueiro. Projeto de Reforma, de Ampliação, de Modernização e de Adaptação às Normas Ambientais. 6.731 m² - Ipiranga, São Paulo, SP, 2008."

legenda e imagem do escritório arco disponível em <<http://arco.pro.br/wp/?p=2260>>. acesso em 28/05/2016



¹² Disponível em <<http://vereadornatalini.com.br/noticias/visita-ao-patio-de-transbordo-de-lixo-vergueiro-com-a-comunidade>>. Acesso em 28/05/2016.

¹³ Disponível em <<http://jornalzonasul.com.br/prefeitura-nao-da-prazo-para-revitalizar-transbordo-vergueiro-e-antigo-incinerador>>. Acesso em 28/05/2016.

Em visita realizada ao mesmo escritório, foi possível ver algumas imagens e desenhos técnicos, porém o contrato realizado entre o mesmo e a ECOURBIS prevê o sigilo da maior parte das informações sobre o projeto. Independente disso, a visita foi muito interessante e, durante a conversa, pude entender que a concessionária, durante o processo de concurso para decisão de qual empresa administraria as atividades nessa região, ofereceu esse projeto como contrapartida à exploração da área (informação verbal) ¹⁴. Segundo o contrato da prefeitura ¹⁵ é possível saber que a concessionária está operando no local desde 2004, porém no mesmo documento não há nada explícito sobre a questão do incinerador Vergueiro. De qualquer forma, existem anexos no contrato que não estão disponíveis ao público, portanto não há como saber se a ECOURBIS teria de fato, o dever de executar o projeto.

Observando a história do incinerador Vergueiro, assim como a dos outros existentes na cidade de São Paulo ¹⁶, é interessante notar como eles podem revelar parte do processo de crescimento da cidade à medida que se situam em áreas periféricas e que pela expansão urbana passam a se integrar no território consolidado da cidade. A construção, processo de luta pela desativação e fechamento oficial de incineradores e outros equipamentos relacionados ao lixo mostram como nas regiões onde eles se localizam, passa a existir uma valorização da área condicionada pelo crescimento da cidade.

Assim, podemos perceber no processo de crescimento de São Paulo, como a ideia de centro x periferia se dá na forma de um conceito dinâmico no espaço-tempo da cidade. O lugar reservado ao descarte do lixo sempre foi o da precariedade, longe das áreas centrais. A partir do momento em que a expansão do tecido urbano engloba essas regiões, a existência desses incineradores passa a ser um problema. Essa lógica faz com que os locais destinados ao lixo se distanciem cada vez mais para as bordas da cidade, como acontece hoje com os aterros sanitários.

É importante ressaltar que isso não significou e nem significa que esses equipamentos se situem onde não existe população residente. Como o conceito de centralidade/periferia está atrelado ao valor da terra, isso significa que eles se tornam um incômodo quando passam a ocupar um território onde seu uso não é mais compatível com o valor daquela área e, portanto, com a população que lá reside.

Como Fialho (2012) explicita em sua tese, há uma relação muito forte entre a valorização da terra e os locais de descarte do lixo. A partir de uma análise, ele revela que a direção de implantação das unidades de tratamento de resíduos bem como de destino final na cidade de São Paulo seguia um vetor de expansão a sudoeste, que se modificou para norte e leste quando a região sudoeste da cidade passou ser valorizada pelo mercado imobiliário. No caso específico do incinerador Vergueiro, Fialho relaciona a sua desativação com a remoção da favela Vergueiro

¹⁴ Informação fornecida em visita ao escritório Arco, no dia 30/11/2016.

¹⁵ Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/amlurb/contratos/index.php?p=170859>>. Acesso em 28/05/2016.

¹⁶ Além do Vergueiro, existiram mais três incineradores na cidade de São Paulo, mostrados no mapa a seguir. Fonte da informação disponível em <<http://www.resol.com.br/textos/Estado%20Atual%20da%20Incineracao%20no%20Brasil.htm>>. Acesso em 28/05/2016.

(uma das maiores favelas que já existiram em São Paulo e que começou a ser removida em 1967) e o surgimento da Chácara Klabin, que provocou uma mudança no padrão de ocupação da região:

"A remoção da favela foi descrita como 'processo de recuperação', no artigo assinado pelo Metrô de São Paulo, mencionado acima. Já o encerramento do incinerador Vergueiro não se deu de forma tão 'instantânea' quanto desejava a 'mão invisível' da especulação imobiliária. Mas o ritmo imposto pelas manifestações de oposição dos condomínios vizinhos imprimiu uma velocidade muito maior aos processos. Muitos registros de manifestações de bairros vizinhos a aterros sanitários são observados, todavia, o perfil sócio-econômico da população é fator essencial para que o pleito da comunidade seja atendido." (FIALHO, 2012, p.191)

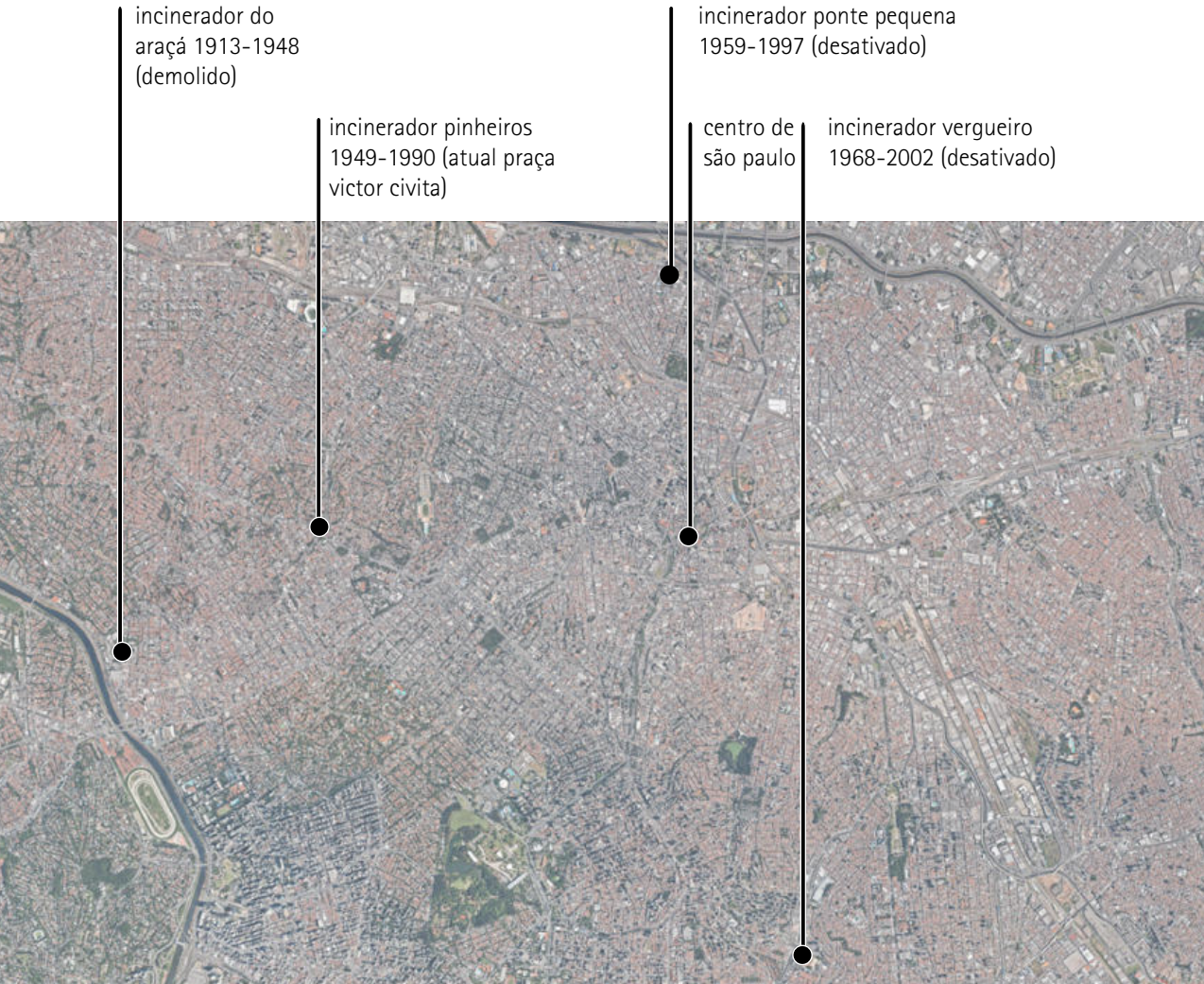


imagem de de são paulo com localização e estado dos incineradores
fonte: google earth
elaboração: candro, 2017



incinerador
vergueiro
visto a partir
da entrada do
metrô santos-
imigrantes

foto de larissa
candro, 2017



vista da parte
de trás do
incinerador

foto de larissa
candro, 2017

terreno arno

Existem poucas informações sobre o histórico da fábrica da Arno e a maior parte do que descobri foi através das entrevistas com seus ex-funcionários e com minha avó, Ivone. Por meio das pesquisas realizadas, o que foi possível descobrir é que em 1962, com duas unidades já existentes na Mooca, o grupo Arno comprou a construção da Rua Coronel Domingos Ferreira, no Ipiranga, inaugurando a Unidade III. Em 1997, a Arno foi comprada pelo grupo francês SEB e nesse momento começou o processo de terceirização que culminou com o fechamento dessa unidade, uma vez que grande parte da produção deixou de ser realizada pela Arno e começou a ser importada ¹⁷. Foi a partir de dois relatos achados na internet que descobri que anteriormente a Arno, aquela fábrica havia sido uma tecelagem:

"Tinha uns cinco ou seis anos quando fui pela primeira vez nadar na correnteza, que era como chamavam os garotos desse tempo, o Riacho do Ipiranga no trecho entre a Rua Santa Cruz e a (Na época) Estrada do Vergueiro. Quando não, após a pelada no gramadinho da Rua Saioá ou no campo em frente da Fabrica de Tecidos Haddad, onde hoje é a Arno, íamos todos nós garotos, nos refrescar nas águas frescas e límpidas da "biquinha", uma nascente existente arredores, à direita da fábrica. Como só acontece com as crianças, nadar para mim passou a ser um verdadeiro prazer, bastava minha mãe se distrair nos seus afazeres e lá ia eu, contra a sua vontade, para a correnteza ou para a biquinha." ¹⁸

"Fiquei curiosa também. Caso você encontre favor fazer um outro texto explicando quem foi ou é. Agora, essa coisa de fantasmas, isso corre por toda a cidade. Durante uns anos trabalhei na Arno, fábrica 3, Ipiranga e corria que o antigo dono (era uma tecelagem chamada Helusa, cujo dono morreu no incêndio que este mesmo provocou). Pois bem, este dono costumava aparecer nas noites de horas extras nos escritórios e corredores. Eu, como diz o velho ditado, 'Yo no creo em brujas pero que las hai...'" ¹⁹

Sobre o passado dessa tecelagem, existem menos informações ainda e tudo o que descobri foi pela memória viva. Conhecida como Fábrica de Tecidos Haddad, não se sabe a data exata de sua construção. Uma estimativa baseada nos mapas antigos e na entrevista com Ivone é de que ela tenha sido construída por volta do início da década de 40. A rua

¹⁷ Informação disponível em <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-da-arno/historia-da-arno.php>>. Acesso em 27/05/2016.

¹⁸ Relato de morador encontrado na internet. Disponível em: <<http://www.independenciaoumorte.com.br/lebrancas/item/137-lebranc%C3%A7as>>. Acesso em 24/05/2016.

¹⁹ Comentário em publicação online sobre histórias de fantasmas na cidade. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/5474/0%2Bretrato%2Bde%2BDona%2BFlorinda>>. Acesso em 24/05/2016.

em frente à fábrica, chamada Rua Adib Miguel Haddad, dá pistas de que provavelmente a família Haddad era dona não só da fábrica, mas dos terrenos da região. Segundo o dicionário de ruas da prefeitura de São Paulo:

“Adib Miguel Haddad nasceu em Pontal, em 16 de agosto de 1911. Foi sempre companheiro de trabalho de seus pais, benfeitores eméritos que se destacaram em trabalhos comunitários. No loteamento que se pretendia denominar uma via pública com seu nome, construiu um prédio industrial com mais de 24.000 metros de área construída. Construiu outros prédios industriais vizinhos, como também colaborou com o poder público. Foi, ainda, fundador e presidente de inúmeras firmas industriais, entre elas, a Cia. Fiação e Tecidos São Miguel; Têxtil Sedamital; Malharia Nossa Senhora da Conceição; Comercial e Construtora São Miguel; Indústrias Reunidas São Miguel, Mauá e Laminação Fluminense. Foi filantropo e grande benemérito do Hospital Sírio-Libanês, bem como outras entidades sociais beneméritas. Com seu trabalho e dedicação contribuiu muito para o progresso do Jardim São Miguel. Faleceu em 16 de janeiro de 1974.”²⁰

A antiga tecelagem e que depois virou Arno foi demolida em 2011 e pouca coisa restou no terreno, a não ser parte do piso antigo, alguns muros de arrimo, muros de divisa de lote e algumas vegetações significativas que não puderam ser removidas.



imagem de fevereiro de 2011, retirada do google street view

²⁰ Disponível em <<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>>. Acesso em 29/05/2016

imagem de fevereiro de 2011, retirada do google street view



A demolição da fábrica Arno gera, além das questões relacionadas à memória, outras discussões como a transformação de São Paulo de cidade industrial para cidade financeira, o que na verdade é um exemplo espacial da própria transição do capital. O processo de industrialização e posteriormente, de desindustrialização de São Paulo (e em paralelo, de todo o Brasil), que aconteceu por motivos econômicos, deixou marcas físicas no espaço da cidade. A presença dessas marcas pode revelar um pouco da história e em contrapartida, sua ausência esconde um passado importante. As fábricas saem da cidade para se instalarem em locais mais vantajosos, que é o que Harvey chama de movimento geográfico do capital e do trabalho (HARVEY, 1992).

Essa transição de capital industrial para capital financeiro se dá de várias formas, sendo que uma delas, sobretudo no plano espacial, é a da destruição criativa. Esse conceito, pensado por Harvey, fala sobre como o capital em algum momento precisa se destruir para construir novas formas de se estabelecer e continuar acumulando. A destruição criativa revela uma das faces de contradição do capital:

“O efeito da inovação contínua é, no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalhos passados. A destruição criativa está embutida na própria circulação do capital. A inovação exacerba a instabilidade e a insegurança, tornando-se, no final, a principal força que leva o capitalismo a periódicos paroxismos de crise” (HARVEY, 1992, p. 102, grifo do autor).

Perceber essa contradição me trouxe respostas para uma das dúvidas levantadas no início do trabalho, que é o porquê destruir, desperdiçando dinheiro, tempo, mão de obra e material em vez de adaptar e reutilizar. O que compreendo afinal, é que essa forma considerada desperdício por mim é uma forma necessária para a manutenção da acumulação do capital no plano do espaço. A grande questão é que essa maneira de acumular implica em agravar as diferenças socioeconômicas e, no contexto da cidade, agrava a segregação e contribui para a manu-

tenção de uma cidade desigual.

"A absorção do excedente por meio da transformação urbana tem, contudo, um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma 'destruição criativa'. Quase sempre, isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais em quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo" (HARVEY, 2014, p. 49).

Atualmente, o terreno ainda é propriedade do grupo SEB, porém encontra-se no meio de um processo de licitação iniciado pela construtora Cyrela para a construção de cinco torres residenciais. A partir das pesquisas realizadas, sobretudo nos arquivos da prefeitura e do diário oficial de São Paulo, descobriu-se que a Cyrela iniciou o processo de compra do terreno da Arno em torno de 2007/2008, mediante uma cláusula que previa sua responsabilidade pela descontaminação do terreno. Em 2014, a construtora recebe autorização para a remoção e manejo de vegetação e posteriormente, para execução dos prédios ²¹. Em 2015 a CETESB emite uma advertência ligada à não descontaminação completa da área e pausa o processo ²². Atualmente a questão da venda do terreno e da construção dos edifícios está em aberto, uma vez que o problema da contaminação não está resolvido. Entretanto, o terreno da fábrica não consta na relação de áreas contaminadas da CETESB e não é possível saber o conteúdo e o grau de sua contaminação ²³.

Se não fosse o impedimento de ordem ambiental, a situação que teríamos apontaria para a construção de cinco torres residenciais de alto padrão em um condomínio fechado com mais de 20 mil m². Observando o site da construtora, vemos como a ideia de luxo, exclusividade, individualidade e segurança é vendida em todos os seus empreendimentos. Essas residências são objeto de consumo, fetiches por uma marca e uma ideia, símbolo de status e de diferenciação, para além de serem moradias. A própria descrição da construtora deixa clara essa intenção:

"A Cyrela é a marca que assina nossos empreendimentos de alto padrão e luxo. Aqui transformamos terrenos em projetos de vida. Para isso buscamos entender o que é importante para você e oferecer imóveis que surpreendam. O desejo por um Cyrela se traduz no cuidado com cada detalhe, afinal são espaços feitos para quem deseja morar ou investir com qualidade, tradição e encantamento." ²⁴

21 Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/MANIFESTACAO_140_CAIEPS_2014.pdf>. Acesso em 05/11/2016.

22 Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/101876982/dosp-executivo-caderno-1-09-10-2015-pg-71/pdfView>>. Acesso em 05/11/2016.

23 Informações disponíveis em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/335157264/andamento-do-processo-n-1044274-6720168260100-procedimento-comum-rescisao-resolucao-09-05-2016-do-tjsp>>. Acesso em 05/11/2016.

24 Disponível em <<http://www.cyrela.com.br/sobre/a-cyrela>>. Acesso em 05/11/2016.

imagens de edifícios
projetados pela construtora
cyrela no bairro do ipiranga
e vila mariana

disponíveis em <<http://www.cyrela.com.br>>
acesso em 18/03/2017



Esses conceitos vendidos por essa e outras construtoras se traduzem espacialmente pela criação de formas questionáveis no sentido em que sua materialidade vai contra os ideais do que é uma cidade acessível, inclusiva e igualitária. Isso acontece de diversas formas, passando pelos muros que fecham os condomínios, o número de vagas para automóveis, o tamanho do terreno que muitas vezes é enorme e funciona como uma barreira, as câmeras, portarias e demais aparatos de segurança e a criação de espaços dentro do condomínio (como áreas gourmets, academias, brinquedotecas, home offices, etc.) que fazem seus moradores não vivenciarem a cidade e se isolarem sob o pretexto de uma ideia de segurança e exclusividade. No caso do terreno da Arno, também é uma contradição que um condomínio de luxo, onde é sabido que seus moradores usarão automóveis para se deslocar pela cidade, seja construído ao lado de uma estação de metrô.

Já no plano econômico-social, esse tipo de empreendimento agrava questões como a da segregação e da especulação imobiliária e reforça a lógica da cidade em que as áreas com mais infraestrutura são constantemente valorizadas. O mercado imobiliário voltado às classes mais ricas acaba atuando de formas opostas, ora buscando a segregação extrema, criando condomínios isolados da cidade e levando toda a infraestrutura necessária para o local, ora se aproveitando da infraestrutura existente na cidade e se colocando de forma agressiva nessas regiões, promovendo a especulação e a consequente expulsão dos moradores residentes do local. A título de curiosidade, pesquisei o valor de um apartamento vendido pela construtora em condições semelhantes às desse terreno e a unidade de 113m² está sendo vendida por R\$ 1.703.000,00.

Nesse ponto, é relevante observar o que esse empreendimento em específico significa nessa área e como ele se coloca no contexto da cidade de São Paulo: na região, ele não muda a condição do terreno da Arno

que se coloca como uma barreira e dificulta a circulação de pessoas, cria um espaço onde apenas pessoas com alto poder aquisitivo poderão morar e ao mesmo tempo em que é produto da valorização imobiliária reforça a mesma no local. Em São Paulo, esse empreendimento é mais um exemplo de como o capital se apropria das melhores regiões da cidade, agravando a desigualdade no plano espacial, social e econômico, uma vez que, apesar de ser construída coletivamente, a cidade é apropriada individualmente, de forma extremamente injusta, condicionada à renda. Essa região já vem sofrendo um processo de valorização, que se liga à remoção das favelas existentes na área, à construção do metrô, desativação do incinerador e construção de novos empreendimentos residenciais, todos na forma de condomínios de prédios. Essa valorização já impactou os preços da terra no local e pode ser vista à medida que se observa a mudança de ocupação e das formas do lugar. Um exemplo disso é um condomínio recém inaugurado chamado Pateo Klabin, que apesar de estar do outro lado do rio, o lado do Ipiranga, recebe o nome de um bairro que já possui uma carga simbólica de status. A valorização que acontece na área permite até que o status de morar em um bairro de elite vizinho atinja a região.

favela do vergueiro

Apesar de não ser vizinha imediata do incinerador e da fábrica, a Favela do Vergueiro esteve muito próxima da área e fez parte da história desse lugar. Situada ao lado esquerdo do Córrego do Ipiranga, foi uma das maiores favelas que existiram em São Paulo na década de 60. Inicialmente, pensei se poderia haver uma relação entre a tecelagem Haddad e os moradores da favela. A partir do mestrado de Fernão Lara ²⁵, foi possível obter a história completa da Favela do Vergueiro e assim, averiguar que não houve uma relação direta entre a fábrica e seu surgimento.



área da favela do vergueiro
circulada em branco. na
imagem também é possível
ver a antiga fábrica de
tecidos haddad, no canto
inferior direito.

imagem aérea retirada do
Geoportal, disponível em
< <http://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>>.
acesso em 28/05/2017

elaboração: candro, 2017

25 LARA, 2013.

Suas origens estão relacionadas à questão da propriedade e uso da terra. Em 1878 uma colônia italiana se instalou na área e passou a usá-la como chácara para a moradia e produção de alimentos. Não se tem certeza se a terra foi doada por Dom Pedro II diretamente para a colônia ou se sua propriedade foi transferida da União para o Governo Principal e depois foi vendida em lotes. No fim do século XIX, o Banco União de São Paulo se tornou o novo proprietário dessa terra após execução de hipoteca e por meio de um leilão realizado em 1903, as vendeu para Maurício Klabin.

Como Lara mostra em sua tese, é importante ressaltar que Maurício Klabin, que fazia parte do grupo de empresários industriais da época, foi proprietário de diversas terras em São Paulo, as quais ele gerenciava através da empresa Terrenos Klabin e Sociedade LTDA e que posteriormente se transformou na incorporadora e construtora Klabin/Segall existente até hoje. A família Klabin residiu na área por muitos anos e com a morte de Maurício, a terra ficou com seus herdeiros. Outro ponto importante é que o lote, quando comprado, estava em uma área vazia, circundada por terrenos já urbanizados, como os bairros do Ipiranga e Vila Mariana. A compra era motivada pela ideia de ter a posse e manter as terras, pois era uma área que posteriormente se valorizaria dentro do contexto de urbanização que São Paulo estava passando: "Se trataria de uma típica retenção de terras, à espera da "chegada da cidade" para futuramente ser desmembrado na forma de loteamento urbano; seriam alcançados preços não mais rurais mas urbanos" (LARA, 2013, p. 189). Dentro da mesma gleba, a família Klabin construiu sua mansão na Rua Afonso Celso e um dos familiares criou uma indústria de cerâmica, chamada Cerâmica MKF, localizada entre a Avenida Ricardo Jafet e a Rua Arciprestes Ezequias.

A partir daí, a chácara passou a ser arrendada (processo de posse cedida mediante pagamento em aluguel) para a construção de moradias por alguns sublocadores ligados de alguma forma à família Klabin. A ideia não era a obtenção de renda por meio dos aluguéis, mas de manter a posse da terra por meio de sua ocupação. Esse processo de locação permitiu brechas para que muitos arrendatários comessem a sublocar partes da terra sem a autorização dos Klabin, como foi o caso de João Botecchia. Assim, por volta de 1949, a favela começou a surgir por meio dessa relação confusa de locação; quem já pagava aluguel, construía e passava a alugar. Os barracos que começaram a formar a favela também tinham aluguel e começaram a surgir no meio das casas 'oficiais'.

"Mais além de Botecchia, a sublocação desdobrou-se numa cadeia infundável de relações. Assim, aquelas primeiras pessoas que chegariam ao Vergueiro poderiam se aproveitar dessa condição para construir novos barracos e assim conseguir alguma renda complementar. Uma casa multiplica-se por três ou mais, e pensamos que desse modo foi se ampliando a favela" (LARA, 2013, p. 209).

A formação da favela Vergueiro por meio das relações de aluguéis é uma particularidade nessa época, onde normalmente não existia esse

tipo de cobrança e onde a favela representava uma possibilidade de moradia sem custo. Um ponto interessantíssimo é a explicitação que Lara faz, mostrando que à época, a mídia e o poder condenavam moralmente a exploração das favelas por meio dos aluguéis, chamando aqueles que faziam tal prática de exploradores de barracos.

"Curioso é que todas as funções desenvolvidas pelos favelados que não sejam de trabalhador propriamente dito – o que vende sua força de trabalho para obtenção de salário – são consideradas exploradoras e parasitas, mas que curiosamente só consegue subjetivar e identificar o "explorador" quando este está na favela; o fetichismo aqui atua de modo tão absurdo que é permitido especular com a terra quando se trata de um grande proprietário [...]. Talvez seja porque haja uma pressuposição de que tais pessoas seriam tão desprovidas de dinheiro que estariam simplesmente fora do mercado, se constituiriam como marginais" (LARA, 2013, p. 215).

Enquanto as pessoas que moravam em favelas e exploravam a terra por meio de aluguéis eram tidas como assaltantes, como pessoas que se aproveitavam da miséria alheia, quem explora a terra fora da favela é tido como empreendedor/empresário, é visto com status, alinhado com os valores do capitalismo, como por exemplo, Maurício Klabin: "O favelado como rentista, assim, torna-se uma afronta. Sendo a propriedade símbolo e depositário da riqueza, logo, ela deve ser vetada ao pobre" (LARA, 2013, p. 217).



favela do vergueiro, data e autor desconhecidos

disponível em
<<http://chacaraklabin.com.br/da-favela-ao-luxo>>.
acesso em 28/05/2017

Em 1951 a favela do Vergueiro já estava formada. Durante o tempo que existiu, chegou a ocupar uma área de aproximadamente 750 mil m² onde mais de 10 mil pessoas moraram. A primeira citação da favela nos jornais foi em 1954. No geral, sua formação se deu pela possibilidade da ocupação de um terreno rural com brechas para a formação de lotes urbanos ilegais, pela expulsão de moradores de outras favelas (indícios de que os primeiros ocupantes da Vergueiro eram moradores removidos da favela do Glicério) e pela migração, que trouxe grande número de pessoas ao local.

A força de trabalho na favela vinha principalmente da construção civil por parte dos homens e do trabalho doméstico por parte das mulheres. Inicialmente pensei na possibilidade de que os moradores da Vergueiro estivessem relacionados à tecelagem ou à Arno, porém o trabalho de Lara aponta para relações que mostram um preconceito com a condição de favelado, impossibilitando que eles conseguissem empregos nas indústrias. O estudo também aponta que essa área não era industrial (não menciona a tecelagem e diz que existiam apenas mais duas fábricas, a Cerâmica MKF e a Mecânica de Precisão APIS), o que torna pouco provável a relação entre seu surgimento pela questão do trabalho fabril/industrial.

Em 1955 a família Klabin abre processo para desocupar seu terreno. Em 1962 acontece o primeiro despejo, em uma área pequena, e em 1967, ocorre a decisão judicial a favor da reintegração de posse de toda a área, que só termina dois anos depois. Todo esse processo ocorreu em um momento onde aquela terra valia muito dinheiro.

“No final dos anos 1960, já não havia mais espaço para a existência de uma grande favela como a do Vergueiro num local como aquele, em que o preço da terra disparava e todo o entorno já há tempos estava edificado por casas e prédios – vale citar que em fins dos anos 1960 foram iniciadas as obras da linha 1 do metrô paulistano e em 1970 no trecho da Vila Mariana” (LARA, 2013, p. 281).

A favela passou pelo processo de congelamento, situação em que agentes atuam no sentido de impedir novas construções enquanto todo o processo de remoção não se completa. Para isso houve a instalação de um posto policial próximo à favela e diversos relatos colhidos por Lara mostram como a violência com os moradores foi uma constante nesse período, incluindo a violência de gênero praticada pelos policiais contra as mulheres da favela. Durante a remoção, chamada no período de desfavelamento, a ‘classe’ dos ‘exploradores de barracos’, também chamados de ‘rentistas de favelas’ foi muito atacada e explorada pela mídia. Eram os que chegaram primeiro e foram construindo e alugando outros barracos e foram os primeiros a serem removidos, sem nenhum tipo de assistência. Os outros moradores, em tese, receberiam assessoria da prefeitura para adquirir outros terrenos, inclusive por meio de programas de habitação como o BNH, ou então uma ajuda sob a forma de materiais de construção. A ideia era sempre da construção da casa própria, de alvenaria, e de não formação de novas favelas. Os proprietários da área também ofereceram lotes nas periferias de São Paulo para os

moradores que saíssem espontaneamente.

Em 1969, haviam sobrado 335 barracos, que eram dos moradores que não tinham nenhum recurso e nem para onde ir. A maior parte das pessoas que já havia ido embora se instalou em terrenos e casas alugadas. No plano de desfavelamento havia uma sequência de remoção, em que as famílias que tinham meios para se instalar em outro lugar foram retiradas primeiro. Muitas delas foram para áreas periféricas para se instalar novamente em barracos, com a diferença que agora tinham a posse do terreno, que haviam comprado em algum momento. Lara mostra que, quando foi anunciado nas mídias que a favela do Vergueiro seria removida, vários corretores iam até a região para vender loteamentos na periferia. Isso remete à questão dos loteamentos clandestinos, onde muitas vezes o comprador era enganado na tentativa de realizar o sonho da casa própria.

Uma parceria entre o BNH, a Cohab e a Secretaria do Planejamento construiria casas no Grajaú e Bororé, extrema zona sul de São Paulo, para parte das pessoas removidas da Vergueiro, porém as obras estavam atrasadas e foi necessário pedir para a família Klabin uma extensão do prazo para o despejo. Em 1969 as casas ainda não estavam prontas, muitas pessoas ainda residiam na favela e a família Klabin não aceitava que o prazo se estendesse ainda mais e deu início aos trabalhos de terraplenagem no local, deixando os moradores coagidos e apavorados. Nessa época ainda restavam 300 barracos na área, que pertenciam justamente aqueles que não tinham condições nem possibilidade de ir para outro lugar. Um relato do MOV – Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado – mostrava que 140 famílias não haviam recebido material de construção prometido pela prefeitura, 165 estavam esperando casas através do BNH e 30 não tinham nenhuma dessas alternativas. Relatos colhidos revelam que os últimos moradores recebiam ameaças de funcionários contratados pela família Klabin e que ficaram quase um mês sem água e banheiros (as obras de terraplanagem interromperam intencionalmente o fornecimento de água).

Com a nomeação de Paulo Maluf, também em 1969, para a prefeitura de São Paulo, as políticas de desfavelamento acabaram e a ação oficial era a do despejo, sem nenhum tipo de auxílio.

“O fim da favela evidencia a piora do que já era ruim. Nem mais desfavelamento, agora a orientação era literalmente de se deixar passar os tratores. A política para com as favelas seria, cada vez mais, de polícia, de repressão, no sentido de se liberar a terra; enquanto isso, as COHABs e BNHs seguiriam segundo seus próprios ritmos, numa alteração qualitativa que nem mais propõe o desfavelamento, e somente o despejo” (LARA, 2013, p. 337).

A remoção da favela do Vergueiro se dá em um contexto em que as favelas estavam se multiplicando na cidade de São Paulo e se consolidando em áreas cada vez mais distantes, devido a fatores como o empobrecimento da população, queda da demanda de força de trabalho e abandono de políticas relacionadas ao assunto. Esse deslocamento para áreas cada vez mais periféricas, além de excluir e dificultar mais

ainda a vida das pessoas envolvidas, também representava a perda de trabalho. Por exemplo, ao mudarem para periferias próximas à represa Billings, muitas mulheres ex-moradoras da Vergueiro deixaram de trabalhar como empregadas domésticas, pois estavam muito longe de seus antigos trabalhos e não havia essa demanda no novo lugar de moradia.

O trabalho de Lara traz muitos trechos de jornais e relatórios dos órgãos públicos, sobretudo da CED - Comissão Estadual de Desfavelamento, que mostram uma clara intenção em remover as favelas das áreas centrais e expulsar essas populações para a periferia, onde, segundo essas instâncias de poder, havia terra suficiente. O processo de desfavelamento estava ligado à saída da favela aliado ao fim da moradia na forma barraco para a construção de casas de alvenaria, independente do lugar que estas fossem construídas. Essa política se combinava às políticas recém inauguradas pelo Estado de criação de casas populares por meio de programas como BNH e COHAB.

O miolo de prédios altos e homogêneos que é visto hoje na paisagem do lugar, então chamado de Chácara Klabin e tido como bairro de elite em São Paulo, corresponde exatamente à área que foi desocupada pela Favela do Vergueiro: "A favela permitiu a existência de uma 'bolha' não construída, na qual após um lapso de quase 20 anos foi disponibilizada uma imensa gleba de uma só vez [...]" (LARA, 2013, p. 260).

Assim, a história da Favela do Vergueiro traz alguns pontos importantes para a compreensão de algumas situações da cidade, como propriedade privada da terra que, desde seu início, foi transferida e reservada a uma parcela exclusiva e mínima da população e a violência com a qual as camadas mais pobres da população são tratadas em todos os momentos. No livro, Cidades Rebeldes, Harvey fala sobre a questão da China, porém essa é a mesma situação que vemos na área da favela Vergueiro e de tantas outras em São Paulo, e por isso cito-a aqui, uma vez que existe muita correspondência com a história brasileira onde a transformação espacial parece não deixar indícios evidentes da perversidade com populações pobres: "Hoje, a maior parte desses morros está repleta de arranha-céus que não mostram nenhum indício da brutalidade do processo de desapropriação que permitiu sua construção" (HARVEY, 2014, p. 55).



favela do vergueiro, data e autor desconhecidos

possivelmente, a fábrica que aparece ao fundo é a companhia de tecidos haddad

disponível em LARA, 2013, p. 218

legislação

Em termos administrativos, a região está localizada na subprefeitura do Ipiranga, mas fazendo divisa com a subprefeitura da Vila Mariana. Nos planos regionais elaborados pela Prefeitura de São Paulo, em 2004, a requalificação da região e do incinerador estava prevista como uma ação dentro da subprefeitura da Vila Mariana, mas que não foi realizada:

"III. Revitalização ambiental do antigo Incinerador Vergueiro, com a implantação de um Parque Cultural, adotando as medidas de controle ambiental necessárias." ²⁶

Atualmente, a região encontra-se dentro de um perímetro de atuação previsto nos novos Planos Regionais das Subprefeituras, que propõem uma série de modificações no espaço público e levam em consideração a mobilidade, sobretudo a do pedestre. Dentro dos Planos Regionais (decreto nº 57.537, de 16/12/2016), a região estudada aqui é tratada da seguinte maneira:

"ID 39 – METRÔ SANTOS-IMIGRANTES

Descrição:

Compreende o entorno da estação de Metrô Santos-Imigrantes, entre a Avenida Dr. Ricardo Jafet e a Rua Saioá.

Caracterização:

Há necessidade de tratamento dos acessos à estação de metrô Santos-Imigrantes, pelo Viaduto Saioá e em especial aos usuários da Vila Mariana, cujo percurso a pé é dificultado pelo Córrego Ipiranga. Na Av. Dr. Ricardo Jafet, onde se insere a estação, há ainda interrupções no percurso de pedestres e não há faixa para travessia nos locais necessários. É a estação de acesso ao Aquário de São Paulo.

Objetivos:

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

Diretrizes:

- Elaborar estudos para transposição em nível sobre o córrego

²⁶ Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Vila Mariana, 2004. Disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/planejamento/zoneamento/0001/parte_II/v_mariana/286%20ANEXO%20XII%20do%20Livro%20XII.pdf>. Acesso em 24/06/2016.

Ipiranga, para conexão com a estação de metrô no sentido Vila Mariana;

- Fazer estudos de projeto de plataforma coberta para embarque-desembarque, com iluminação, sinalização horizontal e vertical (de tráfego e informativa), e conexões com as alternativas de transporte coletivo existentes, além de implantação de estacionamento vertical;
- Estudar acessos preferencialmente internos entre o estacionamento vertical e a estação de metrô;
- Elaborar projeto de complementação de calçada com largura adequada, sinalização horizontal e iluminação para o trecho da Av. Dr. Ricardo Jafet sob o viaduto Saioá, possibilitando o caminho mais curto;
- Melhorar acesso ao Aquário de São Paulo pela estação de metrô;
- Proporcionar estudo dos espaços verdes residuais gerados pela implantação do metrô e que poderiam ser qualificados e transformados em boas praças;
- Verificar a existência de córregos abertos, tributários do Córrego Ipiranga, no entorno do eixo e realizar estudos e projetos para, se possível, implantar caminhos verdes, integrando-os com o Parque Linear proposto para o eixo;
- Analisar a necessidade de reserva de espaço para compostagem de resíduos orgânicos e triturados de podas, considerando a ampliação das áreas verdes." ²⁷

A descrição da área mostra seus problemas relacionados à mobilidade e conectividade, percebe a Av. Ricardo Jafet e o Córrego como barreiras para os pedestres e fala das questões geradas pela implantação do metrô, trazendo uma série de propostas que resolveriam grande parte dos problemas da área e melhorariam muito a qualidade urbana do local.

Com um viés diferente, o novo zoneamento da cidade de São Paulo, aprovado em março de 2016, insere a região do incinerador e da ex-fábrica Arno em uma ZEU – Zona de Estruturação Urbana:

"Art. 7º As Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU) são porções do território destinadas a promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado com o sistema de transporte público coletivo, subdivididas em:

I - Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU): zonas inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da referida macrozona;" ²⁸

²⁷ Disponível em < http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PRS_Propostas-SUL1.pdf>. Acesso em 10/03/2017.

²⁸ Lei nº 16.402/2016. Disponível em <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/PL-272-15-com-raz%C3%B5es-de-veto1.pdf>>. Acesso em 10/03/2017.

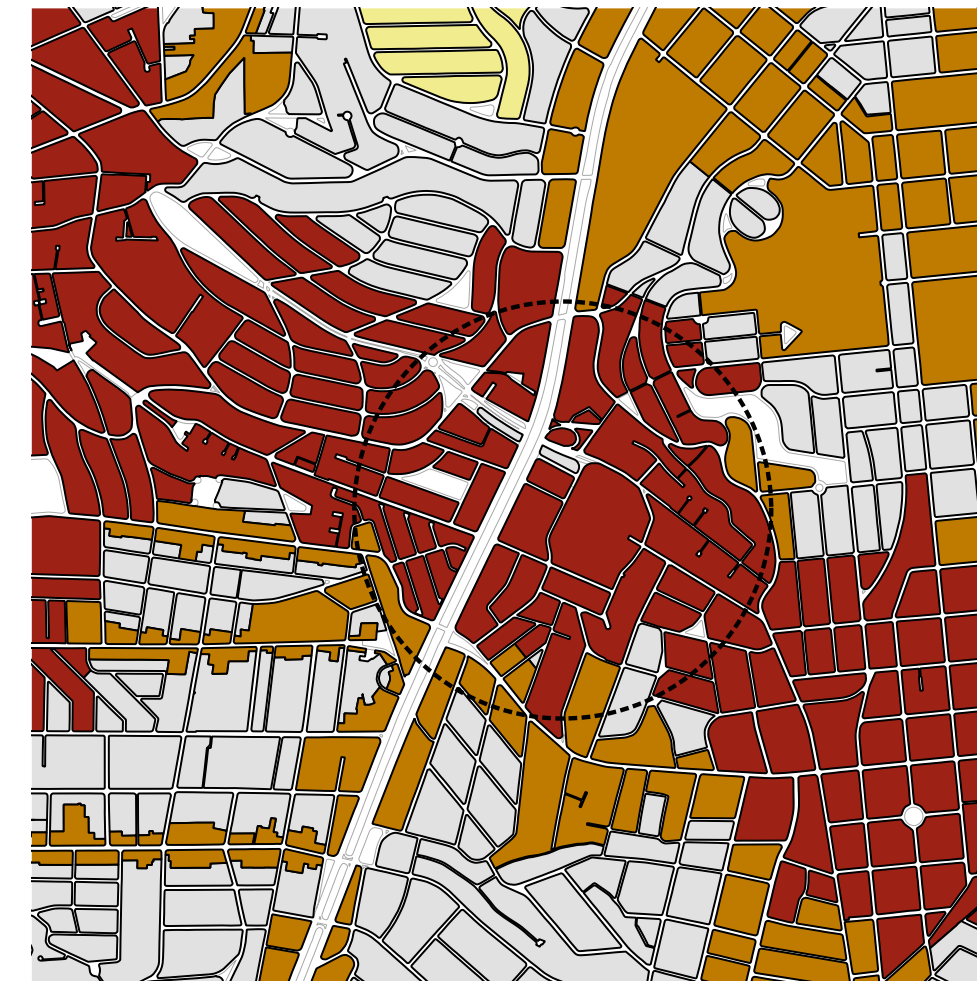
De acordo com essa legislação, essa área está em um local estruturador da cidade, ou seja, um local importante em termos de transporte, mobilidade, infraestrutura, potencial para novas construções com diferentes usos e com grande aproveitamento do potencial construtivo. É nessa zona que se encontram os maiores coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação do solo, maior diversidade de usos possíveis e mais incentivos legais para construir. Por exemplo, o C.A. (coeficiente de aproveitamento) máximo da ZEU é de 4, enquanto o de outras zonas variam entre 1 e 2. Apenas as ZEIS 2, 3 e 5 também tem o mesmo coeficiente de aproveitamento. Isso significa que é nessa região da cidade que é permitido que se construa mais, sendo que as construções podem ter até quatro vezes o tamanho do terreno em metros quadrados.

Essa possibilidade traz questões interessantes: o adensamento construtivo gera adensamento de pessoas, o que é bastante positivo em um local que já tem uma boa rede de infraestrutura existente. Pensando no sentido de economizar recursos, minimizar grandes deslocamentos pela cidade e aproximar o trabalho da moradia, é bastante eficiente que se adense determinadas áreas, possibilitando que mais pessoas usem a mesma.

mapa do zoneamento de são paulo

fonte: prefeitura de são paulo
disponível em
<<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/zoneamento/arquivos/>>
acesso em 24/10/2016
elaboração: candro, 2017

- ZM_u
- ZER_1
- ZEM
- ZC
- ZEU_u



Ao mesmo tempo, isso também significa que essa área é muito atrativa para receber investimentos privados, uma vez que a possibilidade de construir mais permite maiores lucros. Na ZEU é possível, por exemplo, construir um prédio residencial com muito mais apartamentos do que em um terreno com a mesma metragem em outra zona. A criação de atrativos na ZEU é, na verdade, uma das premissas dessa legislação, que busca trazer mais investimentos privados para essas regiões. Apesar de existir um lado aparentemente positivo nessa questão, que é o da criação de mais moradias, comércios, serviços e elementos que transformariam positivamente esses lugares, é necessário questionar quem poderá usufruir dessas melhorias. É sabido que áreas que já têm infraestrutura e recebem investimentos passam a se valorizar e que essa valorização imobiliária impede a permanência e o acesso de muitas pessoas na mesma região. Então é preciso se perguntar quem virá a morar e utilizar esses espaços valorizados, que tipos de empregos serão criados, quais serão os novos usos da terra e se isso será inclusivo ou segregador para determinadas camadas da população.

O zoneamento tenta equilibrar essa questão fazendo uso da ferramenta chamada Cota Parte Máxima, criada no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050/14), que estabelece uma unidade de densidade habitacional para as zonas de estruturação urbana e pretende:

“Garantir a otimização do uso do solo em áreas beneficiadas por investimentos públicos no sistema de transporte coletivo de alta e média capacidade. Tal instrumento define, nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, o número mínimo de unidades habitacionais que deverão ser construídas em função da área de determinado terreno permitindo ainda que ocorra uma diversidade de tamanho das unidades a fim de estimular ocupações urbanas que atendam diferentes faixas de renda”²⁹

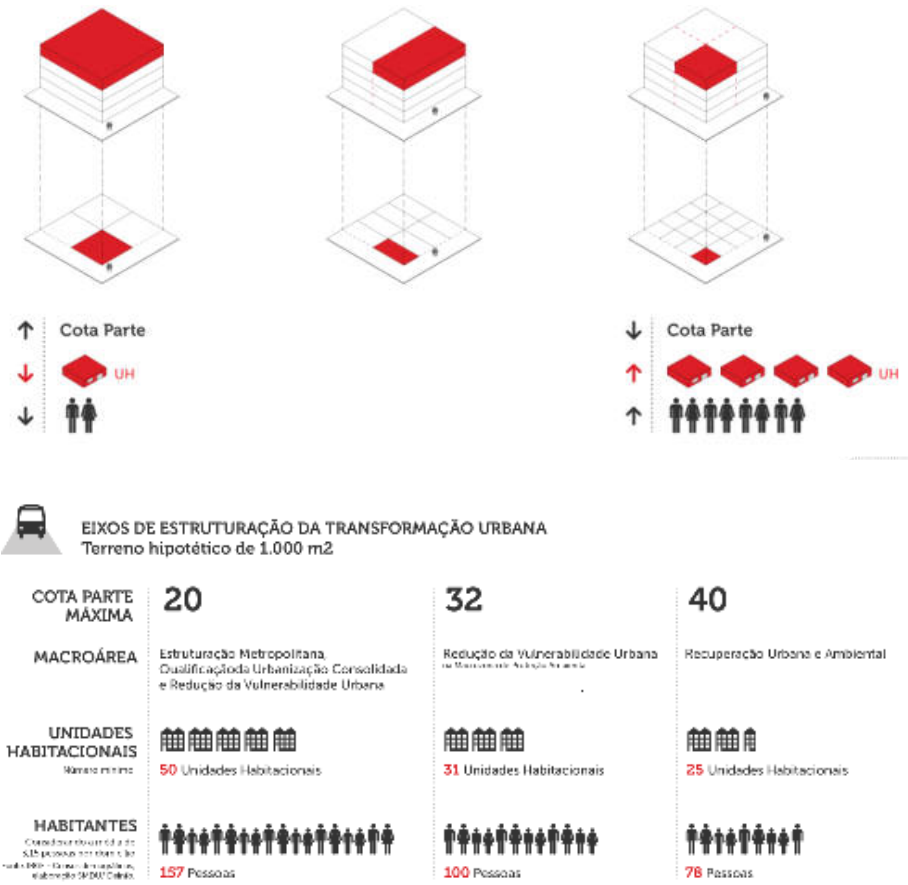
Na ZEU, a cota parte máxima é 20m²/un, o que significa que em um terreno de 1000m² devem ser construídas, no mínimo, 50 unidades habitacionais. Nesse mesmo terreno, com o C.A.= 4, seria possível construir até 4000m². Como a cota parte máxima estabelece o mínimo de 50 unidades, então cada uma delas poderia ter no máximo 80m² (4000/50). Assim, essa ferramenta regula a metragem de cada unidade habitacional, o que pode frear a construção de grandes moradias nas áreas que se quer adensar, evitando a criação de espaços muito grandes para poucas pessoas. Isso ajuda a evitar que, com a especulação imobiliária, surja na região o padrão já conhecido em São Paulo de grandes condomínios com enormes apartamentos, inacessíveis para a maioria da população.

²⁹ Disponível em <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-cota-par-te-maxima/>>. Acesso em 10/03/2017.

diagramas da prefeitura mostrando o funcionamento da cota parte máxima

UH = unidade habitacional

disponíveis em <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-cota-par-te-maxima/>>. acesso em 21/08/2016



Entretanto, o artigo 174 da mesma lei, prevê que em um período de até três anos após a aprovação da mesma, a cota parte máxima na ZEU seja de 30m²/un. Usando o mesmo exemplo do terreno de 1000m², essa mudança significa que cada unidade poderia ter até 121m². Essa diferença de 41m² já traz um grande impacto no tipo de moradia que seria construída e vendida na região.

Se não houvesse essa flexibilidade criada por três anos, a situação dada seria a de permissão de apartamentos de no máximo 80m², em regiões com boa infraestrutura, rede de transporte público e que vêm se valorizando cada vez mais. Apesar de limitar, a cota parte máxima não significa, necessariamente, que as moradias construídas nessas regiões sejam realmente acessíveis. Se compararmos essa metragem com a de empreendimentos como Minha Casa Minha Vida, voltados para as classes mais baixas da população e que tem em torno de 30 a 50m², vemos uma enorme diferença de tamanho que com certeza se reflete no preço. A questão da valorização das chamadas ZEUs também influencia no tipo de investimento que haverá no local, e é sabido que a criação de moradias de baixo custo para atender às necessidades de pessoas com menos renda não é o tipo de investimento mais atrativo para essas áreas.

Ao mesmo tempo, fazendo uma pesquisa rápida no site da construtora Cyrela, é possível achar apartamentos com menos de 80m², que são

em sua maioria lofts ou apartamentos para uma ou duas pessoas, de um ou no máximo dois dormitórios, que são vendidos por preços a partir de R\$ 500.000,00. Buscando apartamentos em situações semelhantes a do terreno Arno, onde a construtora faria um condomínio de cinco torres, achei um empreendimento próximo a essa região, onde apartamentos de 113 m² estão à venda por R\$ 1.703.000,00. Esse seria um exemplo de construção que estaria dentro dos limites do novo zoneamento, de acordo com o artigo nº 174. Os valores desses imóveis estão longe de serem acessíveis e possibilitar que pessoas de diversas faixas de renda ocupem a região, como pretende o plano diretor.

Além da questão da metragem, outro ponto importante é a relação das vagas de estacionamento dos empreendimentos residenciais e comerciais no seu contexto de localização em áreas com infraestrutura de transporte público. A nova legislação avança ao não exigir que esses empreendimentos tenham mínimo de vagas para automóveis, ao mesmo tempo em que estabelece que será área não computável até uma vaga por unidade habitacional ou uma vaga a cada 70m² construídos em edificações não residenciais. Se a quantidade de vagas exceder esses limites, suas áreas se tornam computáveis e são pagas, o que poderia funcionar como freio para sua construção. Entretanto, o mesmo artigo do zoneamento que possibilita o aumento da metragem da unidade residencial, permite que pelos mesmos três anos após a aprovação da lei, seja permitida uma vaga a cada 60m² construídos na unidade residencial. Assim, a moradia que teria 121 m² poderia ter duas vagas consideradas como áreas construídas não computáveis.

“[...] se os padrões da lei podem parecer transitórios à primeira vista, a nova redação já é o bastante para estabelecer uma situação definitiva de ocupação dos eixos. Três anos são mais do que suficientes para que projetos com menos unidades e mais vagas de garagem sejam protocolados na prefeitura e garantam aos empreendedores a possibilidade de construir conforme esses novos índices, mesmo que já tenham passado os três anos de vigência previsto no artigo. Isso porque, o chamado “direito de protocolo” garante ao empreendedor o direito de construir conforme os parâmetros em vigor no momento em que o projeto é apresentado à prefeitura, e não os do momento de aprovação da construção.”³⁰

O modelo resultante disso, sobretudo por conta do artigo nº 174, é um modelo que ainda privilegia o uso do automóvel, cria moradia para pessoas que provavelmente não usarão o transporte público e continua afastando as pessoas com menos possibilidade financeira dos locais mais bem equipados da cidade. O novo zoneamento, assim como a maior parte das políticas públicas que regulam o uso da terra nos municípios, prevê que uma otimização da região se dá pelo adensamento, pela construção, pelo uso e pela criação de estabelecimentos de uso misto, que

30 Disponível em <<https://observasp.wordpress.com/2016/03/23/por-que-haddad-deveria-ter-vetado-o-artigo-174-da-nova-lei-de-zoneamento/>>. Acesso em 15/03/2017.

promovam mais comércio e serviços. O problema é que essa visão do que é melhor para a região é pautada pelos interesses do capital, ou seja, do mercado imobiliário que vê como grande desperdício terrenos bem localizados que não se tornem empreendimentos privados que obtenham o máximo possível de lucro.

“A lógica do zoneamento tem sido, ao longo de sua história, bastante capturada pelo mercado imobiliário, na medida em que este depende basicamente dessa regulação para ditar suas margens de lucratividade. Assim, o zoneamento acaba por definir suas métricas e parâmetros muito a partir dos produtos imobiliários que o mercado pode/quer construir. Na medida em que é grande o peso desses interesses na discussão do zoneamento, a regulação acaba, cada vez mais, enquadrada pelas linguagens e formas presentes nestes produtos. Na verdade, o zoneamento nunca conseguiu ser um processo de definição de formas diversas de morar aberto para e incentivando a construção de imaginários de cidades possíveis, a partir dos desejos de seus moradores. As ZEIS, em seus primórdios, buscavam ser essa regulação “de baixo para cima” com o empoderamento da população de assentamentos precários para construir sua própria regulação, aderente aos modos existentes de construir e morar. Mas, na prática, isso não ocorreu. As possibilidades reais de construção de uma regulação que supere essas limitações esbarram nessa balança de pesos muito desiguais.”³¹

Pensando na área deste trabalho, já é notável o processo de gentrificação que vem acontecendo na região desde a inauguração da estação do metrô Santos-Imigrantes. Assim, é necessário indagar qual será o impacto para a região com a aprovação do novo zoneamento, que a coloca em uma zona altamente interessante para o mercado imobiliário.

Outro aspecto que pode ser discutido a partir do zoneamento é o próprio adensamento. Além de questionar se as ferramentas adotadas realmente criam um adensamento que permite vários usos por diversos tipos de pessoas, é possível indagar se ele, sobretudo na forma residencial e de comércio/serviços, é realmente a melhor diretriz para as regiões de ZEUs, incluindo a região abordada nesse trabalho.

Atualmente é muito improvável encontrar em São Paulo um terreno livre como o da Arno, que tenha mais de 22.000 m², fique ao lado de uma estação de metrô, em uma localização próxima ao centro e com boa rede de infraestrutura. Isso significa que, especificamente nessa região, há um terreno numa condição de raridade e que seria usado para construção de um condomínio residencial, podendo se encaixar nos parâmetros do novo zoneamento. Além da discussão de que tipo de empreendimento seria construído no lugar, pode-se perguntar se a construção de algo é de fato, o melhor para a região e para a população. Uma hipótese é de que não; que outros usos que não consistem no

31 <https://observasp.wordpress.com/2016/11/29/100-anos-de-zoneamento-ainda-faz-sentido/>

adensamento máximo permitido na área, também poderiam ser interessantes e transformar o local de maneira que ele ainda cumprisse a função social da terra e se tornasse melhor, no sentido de possibilitar mais usos e mais acesso à população.

Os mesmos argumentos usados para justificar o fato dessa região estar em uma ZEU podem ser subvertidos, argumentando-se que em um dos poucos pontos da cidade que conciliam um grande espaço livre com transporte de massa ao lado, crie-se algo que seja para toda a população e não para uma pequena parcela da mesma e que tenha suas bases vinculadas ao interesse privado e ao lucro. Afinal, o que parece mais útil para a população como um todo? Que um terreno ao lado de uma estação de metrô seja transformado em um condomínio fechado de médio/alto padrão ou que ele comporte algum uso que seja aberto a toda a população ou pelo menos a uma maior parte dela?

Em um primeiro momento pode parecer estranho, pelo ponto de vista da lei, pensar em um uso para esse terreno que não esteja vinculado ao adensamento construtivo e populacional. Mas quando se pensa em quem esse adensamento beneficiará, as estranhezas se dissolvem. Ao pensar sempre no uso do potencial máximo de construção, que quase sempre está vinculado aos interesses do mercado imobiliário (seria um caso diferente se esse adensamento máximo promovesse, por exemplo, algum tipo de habitação de interesse social), perpetua-se a lógica que vincula a terra bem localizada ao mercado imobiliário. Dessa maneira, elementos importantíssimos para a formação da cidade democrática e acessível que tanto se almeja, como equipamentos públicos, parques e praças, habitações de interesse social e para a classe média, continuarão sempre isolados e distantes, à margem das centralidades e da rede de transporte de massa, reforçando a ideia e o fato de que a cidade não é, realmente, um direito de todos.

3. SUBJETIVIDADES: MEMÓRIAS E AFETOS

“A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer objeto.”

MENESES, 1992, p. 14

3.1 explicações

“Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição” (BOSI, 1994, p.81).

Comecei a trabalhar com a memória viva na tentativa de resgatar um passado desconhecido sobre a região da fábrica Arno e do Incinerador Vergueiro e que não foi possível descobrir pela história oficial. Das diversas questões suscitadas por esse tema, algumas foram muito fortes para mim, como a percepção de que a memória trazia lados desconhecidos da história e a relação existente entre a memória e os espaços e como isso se liga à constante destruição e reconstrução da cidade. Assim, enquanto conversava com os entrevistados, fui buscar apoio em alguns estudos para me aprofundar e encontrar respostas para meus questionamentos.

Nessa busca, tive a oportunidade de ler o livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, da especialista em psicologia social, Ecléa Bosi (1994). Em seu livro, a autora faz um estudo aprofundado sobre a questão da memória, seu funcionamento e como isso se relaciona com a velhice, o trabalho e a forma com que o velho é tratado dentro do contexto da sociedade capitalista. Essa leitura foi muito enriquecedora, uma vez que trouxe vários pontos de conexão com o meu trabalho e me deu mais clareza acerca das questões pertinentes à memória.

Um ponto importantíssimo foi o entendimento da forma como a memória funciona no indivíduo dentro de algumas abordagens da psicologia ³². A partir da leitura de estudiosos do tema, Bosi esclarece que ao contrário do que se pode imaginar, a memória busca o passado a partir do presente. Para o filósofo Henri Bergson ³³ (1959 apud BOSI; Ecléa, 1994, p.51), nossas lembranças, experiências e vivências estão em nós em estado latente e despertam para o estado consciente por um chamado, chamado este feito no tempo presente. A manifestação dessas memórias pode vir de forma muito espontânea e livre ou pode se fazer o trabalho consciente de vasculhar o passado e lembrar-se do que se quer. Assim, o passado está no indivíduo de forma inconsciente, podendo aflorar de várias formas para o nível da consciência. Ao estudar a memória, Bergson a encara como um fenômeno individual; ela estaria preservada dentro de cada indivíduo, significando então, que a memória é a conservação do passado.

³² É importante ressaltar que para Henri Bergson existe a memória-hábito, que é a base de todas as nossas atividades, está ligada à ação, às práticas do cotidiano e com a percepção do presente e a memória da imagem-lembrança, que é aquela que trata do afloramento das imagens do passado e que são lembranças puras e independentes sobre situações específicas e de caráter evocativo. Não fica muito claro se essa distinção também é adotada por Bosi, mas é bem nítido que a memória sobre a qual se fala em seu livro e também nesse trabalho, é aquela relacionada às imagens e lembranças do passado.

³³ BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*, in Henri Bergson, Oeuvres. Paris: PUF, 1959.

Já o sociólogo francês Maurice Halbwachs ³⁴ (1925 apud BOSI; Ecléa, 1994, p.55), pensou a memória como fenômeno social, onde sua substância deixa de estar ligada apenas ao indivíduo que lembra e passa a estar ligada às relações que ele estabelece com o mundo. A manifestação das lembranças, em vez de ter o caráter espontâneo citado por Bergson, é provocada pelo outro e depende do convívio social na maior parte das vezes. Quando o outro ou o meio evocam a memória, ela aflora atualizada pela estrutura do presente:

“Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.” (BOSI, 1994, p. 55)

Além dessa questão, o autor traz o conceito da experiência da releitura, mostrando que as situações que proporcionaram determinados sentimentos e ideias, ao serem lembradas, não provocam mais os mesmos, pois os contextos psicológicos do passado e do presente são diferentes; tudo mudou. Citando Anatole de France, Bosi coloca que para reviver o passado, a dificuldade não está no que é preciso saber, mas no que é preciso não saber mais (France apud Bosi, Ecléa, 1994, p.58). Isso aponta para a sua irrecuperabilidade e mostra como é imprecisa a ideia de resgatá-lo. Querer sentir o que foi sentido e reviver o que foi vivido não é compatível com o presente, pois ele nos inunda com novas percepções, saberes e vivências, mudando a forma com que o lemos e o sentimos. Para Halbwachs, isso mostra que a memória não é a conservação do passado, mas sua reconstrução.

Outro psicólogo, Frederic Charles Bartlett ³⁵ (1932 apud BOSI, Ecléa, 1994, p. 64), que teve grande relevância no estudo da memória e suas relações com o contexto social trabalhou o conceito de *convencionalização*, que diz que as nossas recordações, ou melhor, a substância do que se lembra, não emerge de forma pura, podendo vir “tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado” (BOSI, 1994, p. 64). Ou seja, a *convencionalização* trata-se da influência que o contexto social pode ter na forma com que nossa memória aparece; as ideias e os valores atuais modificam o conteúdo e os valores do que é lembrado.

Esse conceito se liga à questão da construção social da memória e dos grupos sociais. Quando um grupo tem fortes vínculos ele acaba trabalhando a versão dos acontecimentos conforme o ponto de vista da maioria a partir da narrativa, da conversa, do ato de lembrar e falar sobre o que aconteceu. Isso possibilita que memórias individuais se alterem ao serem trabalhadas pelo coletivo, chegando até a gerar símbolos e pontos de identidade desse grupo. Por outro lado, as lembranças não relevantes ao coletivo perdem destaque nessas conversas e vão se apagando. Assim, o grupo pode exercer uma grande carga de influência

³⁴ HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.

³⁵ BARTLETT, Frederic. *Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.

sobre a substância da memória. Sem a elaboração grupal, existe uma tendência da memória se atrelar com mais força às primeiras impressões do indivíduo sobre o ocorrido.

Além disso, Bartlett também aponta para a relação existente entre o que se lembra e a sua relevância para o sujeito que lembra. Em outras palavras, existe a tendência de se lembrar mais daquilo que por alguma razão é relevante para nós e isso torna a memória seletiva. Como Bosi diz ao longo do seu livro, fica o que significa. Por fim, a autora apresenta outro psicólogo que nos diz o seguinte:

“A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo.”³⁶ (STERN, 1957 apud BOSI; Ecléa, 1994, p. 68)

Assim, a autora conclui mostrando quão complexa é a questão do entendimento da memória no indivíduo e propõe que a maneira mais adequada de verificar esse processo é pedindo ao mesmo para fazer sua autobiografia, o que ela faz nas próximas páginas de seu livro. A partir disso, eu concluo que esse panorama dado, que revela diversas possibilidades de como a memória pode funcionar e indica as diversas alterações que ela pode sofrer, aponta para a mesma como algo altamente subjetivo. A própria autora traz em seu texto o embate sobre a memória ser conservação, alteração ou resignificação do passado. O consenso é que ela parte do presente, mas pode vir de forma preservada e intacta, pode vir revestida com uma aura de nostalgia que não corresponde necessariamente ao que foi vivido, pode ter sido trabalhada pelos valores atuais, pode ter sido alterada pelo coletivo... Perceber essas variáveis já desfaz um pouco minha confusão inicial entre memória e história, mostrando que a memória pode sim ajudar a mostrar outros lados da história, mas sempre com uma grande carga de subjetividade contida nela.

O texto *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais* ajuda a elucidar essa questão, apontando diferenças substanciais entre as mesmas. Aqui, diferentemente de Bosi, Meneses não está falando da memória pessoal, que tem a ver com as lembranças do indivíduo em relação ao passado, mas sobre o conceito de memória mais amplo, que diz respeito ao coletivo e à identidade.

“A memória, como construção social, é formação da imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva.” (MENESES, 1992, p. 22.)

36 STERN, William. Psicologia general. Buenos Aires: Paidós, 1957.

O autor do texto, Ulpiano Bezerra de Meneses, coloca que uma das diferenças entre as duas é o distanciamento pessoal que deve existir entre o sujeito e a história, algo que não acontece no campo da memória. A história está inserida dentro de um campo de estudo científico e objetivo, ao passo que a memória, sendo pessoal e subjetiva, não pode se tornar ciência. Alinhado com Bosi, ele diz que a memória é um trabalho; processo permanente de construção e reconstrução que depende do presente para ser feito e também por isso seu resgate é uma ilusão. Além disso, também é notável o alerta que ele faz para o perigo da reificação³⁷: com a crescente preocupação e necessidade de estudar, resgatar e preservar a memória atualmente é muito fácil cair no senso comum e tomá-la como objeto concreto, definido e imutável, ideia que também é falsa. Por exemplo, quando uma coleção de objetos, imagens, documentos, entrevistas, relatos e etc. são tomados e/ou expostos como a memória do assunto em questão.

Então, os pontos levantados por Meneses somados aos de Bosi, como a variedade, fluidez, heterogeneidade e subjetividade da memória, dão a ideia de como conservá-la ou resgatá-la é impossível, ao mesmo tempo que mostram como ela se difere da História. É muito interessante perceber essas questões, uma vez que no senso comum é muito natural falar em resgate e conservação da memória, como se ela fosse algo concreto e não uma substância imaterial e completamente subjetiva e como se ela estivesse no passado e não no presente. Como se resgata algo que está no tempo presente e como se conserva algo que é subjetivo e mutável? Talvez o que se possa resgatar sejam as lembranças pessoais de cada um, que continuarão se transformando conforme o momento em que são solicitadas e talvez seja possível conservar os suportes materiais da memória, mas não a memória em si, essa substância aberta, complexa e relacionada ao coletivo.

Ainda assim, Meneses reconhece a sua importância para o campo da identidade (tanto na esfera individual como coletiva) e para a investigação da História, uma vez que o estudo da mesma é um objeto do conhecimento histórico. Entretanto, não se pode esquecer que a história oficial é uma seleção dos fatos a partir de uma escolha, que varia de acordo com questões de cada época. Bosi traz esse questionamento no que diz respeito ao patrimônio, falando sobre essa escolha da história oficial:

“As histórias de vida muitas vezes decorrem em sobrados da pequena classe média, que não merecem tombamento, porque lá não morou barão algum, mas foram adquiridos com prestações custosas, privações sem fim, que resultaram nessas casas adoráveis que conhecemos.” (BOSI, 2003, pág. 74)

Também é o caso da tecelagem Haddad que virou fábrica Arno, do incinerador Vergueiro, da favela Vergueiro e de todas as casas que lá existiram. Não mereceram tombamento, não entraram para a História.

37 Processo que transforma ideias e conceitos abstratos em objetos ou realidades concretas. No conceito original, criado por Marx, também está associado à predominância do valor de troca em relação ao valor de uso.

ria. Mas fizeram parte dela, à medida que deram forma àquele lugar, que suscitaram vínculos e relações e foram parte do cotidiano daquele espaço. Levando isso em consideração, a memória se coloca como ferramenta poderosa para vislumbrar esses passados desconhecidos e se contrapor à seleção oficial do que merece ou não ter sua história contada.

Assim, independentemente de chegar a uma conclusão sobre a memória ser conservação ou ressignificação do passado, o ponto que interessa é que ela significa seu não apagamento. A memória aqui, se coloca com a importante função de nos fazer saber, o que significa que ela também é resistência. E ao questionar a história oficial, a memória é resistência importantíssima, pois vai contra o apagamento do outro; das outras histórias, vivências e pessoas que foram descartadas pelas narrativas oficiais. Ou então, como Bosi (1994) coloca, a memória aqui ajuda a revelar uma outra história: a dos vencidos, em vez da dos vencedores.

Além da questão da resistência, o conhecimento do que pode ser revelado pela via da memória e a percepção de que podem existir outras perspectivas é muito importante, pois contribui para a ampliação da consciência que nos permite enxergar o processo que fez as coisas serem como são. Em outras palavras, esses novos conhecimentos ajudam a desnaturalizar o mundo e a enxergá-lo como uma construção, o que é importantíssimo para que as pessoas possam se apropriar e discutir algo.

Levando isso para o plano do espaço, saber o que existiu em qualquer lugar possibilita a compreensão de que tudo o que existe hoje foi construído e não é algo natural. Inclusive, percebo em mim, que até certo ponto estudei e tenho consciência da transformação da cidade, essa naturalização do presente. A cada foto antiga que vejo de algum lugar, principalmente de São Paulo, me choco com o que vejo; fico impressionada com a transformação do espaço. Esse choque vem da quebra de uma ideia, ideia inconsciente de que aquele lugar sempre foi assim. Afinal, desde que me entendo por gente foi assim que o vi. Pensando que se vive em uma época onde essas mudanças são cada vez mais rápidas, esse choque é ainda maior, pois um curto período de tempo é suficiente para grandes transformações. Penso, por exemplo, no caso da favela Vergueiro, que foi umas das maiores de São Paulo e que foi destruída para dar lugar ao loteamento do bairro de classe alta, Chácara Klabin. Sempre morei próximo a esse lugar e não sabia dessa história. Lembro que foi um choque descobrir isso e, sobretudo, ver uma imagem de satélite de 1958 mostrando como era a região. A Chácara Klabin também é, inclusive, um exemplo das histórias dos vencedores que se sobrepõem a dos vencidos.

Tendo isso em vista, é possível que através da memória se desperte a consciência de que a cidade e os espaços que vemos no presente não foram sempre assim e que essa compreensão possa ser um meio de fazer com que as pessoas se apropriem dessa discussão e até participem ativamente na decisão de qual será o futuro desses espaços. Afinal, se o presente é construção que vem do passado, o futuro é construção que parte do presente. Se tudo é tomado como natural, é muito mais difícil intervir no que é feito e é por isso, mais uma vez, que a memória também é resistência. Considero essa possibilidade extremamente interessante e importante, principalmente em uma conjuntura que aponta para certo interesse de parte da população em discutir a cidade e não deixar que as decisões sobre ela sejam tomadas apenas pelos detentores do poder.

Além da questão da resistência, outro ponto relevante na discussão sobre a memória é a sua importância na manutenção de vínculos afetivos e no processo de reconhecimento e pertencimento do indivíduo no espaço. A importância de se reconhecer em um espaço, de criar vínculos com um local se dá, sobretudo, pela necessidade de se entender e se ver enquanto indivíduo no mundo. Arendt³⁸ diz que “não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros [...]”. (1997 apud ROSADA; Mateus, 2007, p. 12)

Esse reconhecimento e pertencimento se dão por várias formas, como pela via da identidade, das origens e raízes, das conexões e vínculos estabelecidos e do acesso e possibilidades existentes no espaço em que se habita. Nesse ponto, a memória se liga diretamente à identidade, às raízes e aos vínculos, uma vez que possibilita o entendimento e a continuidade da noção de quem somos, de onde viemos e onde estamos.

Bosi fala sobre os suportes materiais da memória. São objetos, espaços, substâncias materiais que guardam um valor simbólico, de afeto e conexão para o indivíduo; são elementos nos quais a memória se apoia. Enquanto a vida é inconstante, a materialidade desses suportes garante a sensação de continuidade; são eles que reforçam nossa identidade e posição no mundo e nos dão uma estrutura onde é possível se ancorar e se reconhecer. Quando o capitalismo se apropria disso, ele transforma esses valores subjetivos e pessoais em valores objetivos, que passam a ser quantificados e contabilizados pela régua do dinheiro (*valor de uso* x *valor de troca*) e é essa nova mediação de valor que passa a comandar a relação entre as coisas. Assim, o ciclo capitalista que mantém o que é rentável e que destrói e reconstrói a cidade, também destrói vínculos e conexões. Em outras palavras, a destruição do espaço acaba sendo, também, a destruição das relações sociais e da identidade coletiva e individual.

Quando objetos se perdem, prédios são demolidos, espaços mudam e a paisagem se transforma, perde-se também uma parte da história e conseqüentemente, da vida do indivíduo, pois muitas vezes essas histórias e experiências de vida são inseparáveis dos lugares onde aconteceram. Então, deixa de existir o suporte material das experiências vividas que se relacionam com esses elementos e que agora são lembranças e histórias. Essa perda também representa uma perda de identidade, pois a pessoa pode deixar de se reconhecer naquele local. Levado ao extremo, isso também representa a espoliação das lembranças, assunto que Bosi traz à tona, mostrando que esse é um processo inversamente proporcional à condição financeira dos espoliados. Ou seja, no contexto de alto desenraizamento urbano provocado pelo capital, quem tem mais recursos para se manter em determinado espaço tem mais chances de preservar sua identidade e memória, ao contrário daqueles que não têm meios para financiar sua permanência.

“O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito

38 ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios de opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças" (BOSI, 1994, p. 443).

Em outro livro, *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*, Bosi mostra como a vida está à mercê do capital, à medida que os poderes dominantes transformam a cidade conforme seus interesses (e na maioria das vezes com o apoio do poder público), fazendo assim, com que as pessoas se desloquem pelo território, quebrando seus vínculos e suas relações com os espaços.

"Os urbanistas devem escutar os moradores, estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevida de um grupo liga-se estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento" (BOSI, 2003, p. 76).

Ao falar da sobrevida de um grupo, Bosi traz a questão do coletivo para a discussão, que para ela é um dos apoios mais importantes da memória e um dos agentes mais poderosos para resistir ao apagamento provocado pelo capital. Ao mesmo tempo, a dispersão e dissolução dos grupos é uma perda terrível para a identidade tanto individual como coletiva. É também uma perda da possibilidade de resistência. Quando o coletivo se vai é mais difícil, sozinho, se contrapor ao movimento dominante que destrói as lembranças, a memória e a identidade.

"Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado" (BOSI, 2003, p. 70, grifo do autor).

E faz sentido que a questão dos grupos seja um apoio tão importante e um ponto de resistência tão forte, porque a cidade atual, a cidade capitalista, não é coletiva, é individual. Apesar de ser produzida coletivamente, sua apropriação, seus usos e sua forma prezam pela individualidade. A cidade individual é desagregadora, não possibilita que os vínculos se perpetuem, não possibilita a criação de laços e a possibilidade de encontros porque o coletivo é perigoso, é indicativo de possível resistência, ocupa um tempo onde não se produz e onde a vida não está voltada para o consumo.

A cidade produzida pelo capital é construída pela "razão instrumental, inimiga do passado e das lembranças, que visa acriticamente o futuro e o progresso" (MATOS, 1982, p. 49) e que privilegia a funcionalidade e a homogeneidade para que haja circulação rápida, otimização do tempo-espaço e rentabilidade. Toda sua forma é feita em prol da produção, produção essa que se realiza no tempo presente, fazendo com que o tempo da cidade seja o atual, o do agora. Esse processo destrói a memória e aniquila as referências individuais e coletivas, que são múltiplas, heterogêneas e têm tempos específicos. As lembranças e memórias também são resistência no sentido de que o capital, que precisa sempre produzir no presente, não permite pausas e devaneios, não permite que se perca tempo lembrando, que se rompa a atividade produtiva para se dar ao 'luxo' de pensar no passado.

"Este tempo espacializado, rígido, preenchido por coisas, aprisiona o homem em um espaço que ocupa o lugar da duração. No mundo espacializado do trabalho, a intenção do trabalhador, sua vida moral enquanto pessoal, sua afetividade importam pouco; para a sociedade ele só conta enquanto engrenagem destinada a realizar um gesto particular. O presente da repetição mecânica do mesmo gesto é um presente sem história, é momentâneo, carente da recordação. É o presente produtivista da economia de mercado que domina a Metrópole" (MATOS, 1982, p. 46).

Bosi também mostra isso quando coloca que, na sociedade atual, os adultos estão mais ocupados com o presente, com a necessidade de trabalhar e responder às demandas do cotidiano e por isso não pensam tanto no passado. O ato de lembrar é uma espécie de fuga e pausa do presente, ou então, uma busca por respostas: "a idade adulta é norteadada pela ação presente: e quando se volta para o passado é para buscar nele o que se relaciona com as suas preocupações atuais" (BOSI, 1994, p. 76). Já os velhos, que não são mais força produtiva dentro da sociedade, podem se entregar a atividade do lembrar. "Bem outra seria a situação do velho. Do homem que já viveu sua vida. [...] ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida" (BOSI, 1994, p. 60).

É interessante como ela fala do velho como o homem que já viveu sua vida. Em seu livro, a velhice é discutida enquanto categoria social, uma vez que o velho é encarado conforme os valores da sociedade em que está inserido (em algumas sociedades o velho tinha um papel importante, de sábio, experiente e guardião de saberes e tradições). Situando a velhice dentro da sociedade capitalista, entende-se como os velhos passam a ser desprezados a partir do momento em que deixam de ser força produtiva, ou seja, deixam de gerar lucro. Ao mesmo tempo em que Bosi discorre sobre essa realidade opressiva, ela mostra como é o trabalho que acaba dando significado e sentido à vida de tantas pessoas. Não que o indivíduo se realize de fato pelo trabalho, mas a sua existência acaba por se vincular ao mesmo. Nos relatos que ela colheu, fica claro como o trabalho estruturou toda a biografia do entrevistado e teve um papel fundamental em sua vida. Quando o trabalho acaba, o

valor do indivíduo diminui e o velho sente essa desvalorização enquanto pessoa: [...] se o trabalhador aposentado se desespera com a falta de sentido da vida presente, é porque em todo o tempo, o sentido de sua vida lhe foi roubado. Esgotada sua força de trabalho, sente-se um pária [...] (BOSI, 1994, p. 80).

Outro ponto importante é sobre como a questão do trabalho tem um grande peso nas memórias das pessoas. Isso foi muito forte nas entrevistas que fiz, sobretudo porque elas estavam relacionadas ao espaço do trabalho, à fábrica. Ao falar da Arno, seus ex-funcionários se expressaram mostrando como o trabalho lá preencheu a vida deles. É interessante ver que o que Bosi fala sobre os grupos se aplica à situação da Arno. Ao ser fechada e, posteriormente, destruída, a fábrica, suporte material das vivências e lembranças de todos que lá trabalharam, deixou de existir trazendo a dispersão desse grupo.

Apesar disso, o surgimento de um novo suporte, a internet, permitiu que esse grupo se reencontrasse e voltasse a compartilhar as experiências vividas naquele espaço. Por meio do grupo chamado EX-ARNO³⁹, criado na rede social Facebook, as pessoas puderam se reencontrar; eu pude encontrar fontes da memória viva, fazer entrevistas e realizar boa parte desse trabalho. É muito nítido e também bonito, perceber que o grupo é uma ferramenta que permite reencontros e trocas entre os funcionários de todas as unidades da Arno. Existem muitas publicações onde pessoas tentam reencontrar colegas antigos e onde publicam fotos de turmas ou eletrodomésticos bem antigos e que ainda funcionam. Em praticamente todas as postagens existe um saudosismo muito forte, lamentação pelas fábricas terem sido desativadas e ao mesmo tempo, felicidade de ter essa nova ferramenta que permite essas aproximações.

Agradeço à Norberto Tortorelli ter me mostrado e me incluir neste grupo de amigos. Muitos que talvez nem lembro mais os nomes, porém ao rever algumas fotos, desperta na lembrança grandes momentos. Estou desligado da ARNO desde 1994, já vai para quase 23 anos, mas guardo na memória os melhores momentos e aprendizados da minha vida. Se recordar é viver, estou muito mais vivo e feliz por este reencontro. Um grande abraço e beijo em vossos corações.

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍 39

39 Disponível em <<https://www.facebook.com/groups/302956049752729/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em 24/05/2016.

foto do time de futebol formado pelos funcionários da fábrica, em frente ao portão da entrada principal

foto publicada no grupo público EX-ARNO

disponível em < <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=713348495508128&set=pcb.1219578691423789&type=3&theater> >. acesso em 24/05/2016



Assim, a internet, suporte virtual, tem papel fundamental na possibilidade da manutenção dos grupos e da constante reativação das memórias coletivas. Com a sua utilização, é possível questionar se a importância dos suportes materiais da memória diminui. Com certeza é uma ferramenta que, mesmo com a destruição dos suportes materiais, permite que os grupos permaneçam ou se reencontrem. Ainda assim, não substitui a materialidade, a presença e a pessoalidade de estabelecer trocas no espaço real e concreto. Essa é uma pergunta que não sei responder e fica para investigações futuras.

De qualquer forma, a internet traz algumas perspectivas. Por meio dessa ferramenta, é possível perceber um movimento de crescente interesse em relação à questão da memória e do passado da cidade, interesse esse que vem reunindo diversas pessoas, que buscam mais informações sobre o tema. Percebe-se isso pelo número de blogs, sites, grupos e páginas nas redes sociais, que vem gerando bastante discussão e troca sobre o assunto. Por exemplo, em um grupo da rede social Facebook, chamado Memórias Paulistas⁴⁰, existem quase 79 mil membros, que trocam, principalmente, fotos antigas e lembranças da cidade de São Paulo.

Fiz uma publicação em dois desses grupos⁴¹, perguntando aos membros as razões pelas quais esse assunto os interessava e recebi respostas muito diversas. No total, foram ⁵⁶ comentários e em geral, a maior parte das pessoas disse que se interessa pelo assunto pela possibilidade e pela nostalgia de reviver o passado, pelo fascínio e encantamento em ver fotos antigas, pelo interesse em comparar o antigo com o atual, por ter visto e vivido a cidade antiga e então, ter conexão direta com aquilo e por achar importante manter registro e ver como a cidade evoluiu. Seleccionei algumas das respostas que julguei mais interessantes e que indicam uma percepção da importância da memória por motivos semelhantes aos levantados nesse trabalho:

40 Disponível em <<https://www.facebook.com/groups/memoriaspaulistas>>. Acesso em 24/02/2017.

41 Publicações disponíveis em <<https://www.facebook.com/groups/memoriaspaulistas/permalink/1399134013441173/>> e < <https://www.facebook.com/groups/481152528597909/permalink/1322022347844252/>>. Acesso em 13/02/2017.

Afonso Carlos Neves Larissa, como já disseram os interesses devem ser variados, mas um deles que destaco é a busca da identidade coletiva, um esforço de memória para não perder a nossa identidade coletiva, do que somos como paulistanos.

Cleide Carvalho A memória é importante para que as Pessoas acompanhem as intervenções feitas pelos homens e pelos administradores no espaço urbano. Com isso, podem avaliar erros e acertos - e eles podem Ser evitados (erros) ou replicados. História é essencial para a humanidade

André Cruvinel Reis É difícil dizer com clareza mas, sem dúvidas pelo fato de ter nascido em SP essa preservação me remete diretamente as minhas origens e as paisagens que aprendi a gostar e a valorizar me dão a sensação de estar em casa.

Marcio Costa Larissa De Santis boa tarde. O interesse tem origens variadas, penso eu. Ao ler seu post, identifiquei o incinerador no bairro do Ipiranga. Também lembrei da Aliperti, naquela região. O problema da poluição que ela gerava causou grandes manifestações na época. Para alguns, o interesse restringe-se à erudição. Para outros constituem parâmetros a denotar evolução ou involução das cidades. Há quem resgate informações da própria história de sua família de imigrantes. O tema é interessante de per si e ainda traz contornos importantes para se pensar a cidade num futuro.

Rui P. Górniak Cara Larissa, conhecer o passado , a história é você entender o presente, suas maneiras, costumes, "modus operandi" da 'população enfim. Daí a gente passa a entender os elementos chaves dessa dinâmica das pessoas e locais e pode-se até projetar um futuro desse complexo. Além disso, entendo que, para pessoas que estão no poder, a assessoria de historiadores/ antropólogos/ sociólogos, etc, poderão até interceder nesses elementos chaves, costumes, dinâmicas históricas das populações e redirecionar para algo mais produtivo, alguma coisa que se queira mudar de uma sociedade e, para isso, só mesmo conhecendo de onde veio e o que temos no presente, ou ao contrário, entender manipulações de pessoas tentando mudar o curso e padrões de uma sociedade, para algo que essas pessoas desejam para auferir vantagens para si. Além de tudo isso, é curioso ver como se vivia antigamente e até mesmo entendermos os valores de época, que podem ser observados numa simples fotografia e registro histórico. Então, antes de tudo, tem que gostar, porque não raro, você mostra fotos, monumentos, prédios ou quaisquer outros objetos de valor histórico, e a pessoa diz "ih, mas só vejo velharia nisso!"

publicações
do grupos
do facebook
*Memória
Paulista - Fotos
antigas e vídeos
de São Paulo
e Memórias
Paulistanas*
disponíveis em:
< <https://goo.gl/FM7TVe>> e <goo.gl/fA2Yw1>
acesso em
24/05/2016

Mauro Calliari, que produz o blog *caminhadas urbanas*, escreveu um artigo falando sobre a crescente popularidade do passado e indicando alguns blogs e sites onde é possível saber mais sobre o tema. Em seu texto, há um trecho que resume muito do que penso ao fim dessa discussão sobre a memória. Tomo licença para concluir essa parte com ele:

"A nostalgia pelo passado é um culto perigoso. Nunca as coisas eram tão boas quanto achamos que eram. A memória prega peças, selecionamos fatos bons e deixamos de lado coisas ruins. É fácil sentir nostalgia de um tempo em que éramos jovens e não tínhamos dor nas costas. A visão da cidade também corre esse risco. Diante de fotos lindamente enquadradas, uma paisagem limpinha, esquecemos de injustiças e segregações de outros tempos que nem chegamos a viver. Mesmo assim, conhecer o passado é essencial para entender as contradições da cidade hoje." ¹

Entendi que ao estudar esse tema, abrem-se muitos caminhos. Mais hipóteses que conclusões, mais contradições que coerências. Entendi que é preciso estar atenta. Atenta para não cair no deslumbramento que a nostalgia traz e supervalorizar o passado. Para vislumbrar os diversos horizontes que a memória revela e pensar criticamente sobre o presente e futuro. Para não cair no perigo da reificação ² e para não confundir a memória com história. Para entender sua função no contexto da cidade capitalista e ao mesmo tempo compreender seu teor subjetivo, ligado aos afetos. Para entender que é impossível preservar ou resgatar a memória, mas que é possível criar artificios para que ela não desapareça e, sobretudo, para entender as contradições que existem no processo de escolha do que fica e do que vai. É com essas contradições que tentarei continuar seguindo com esse trabalho.

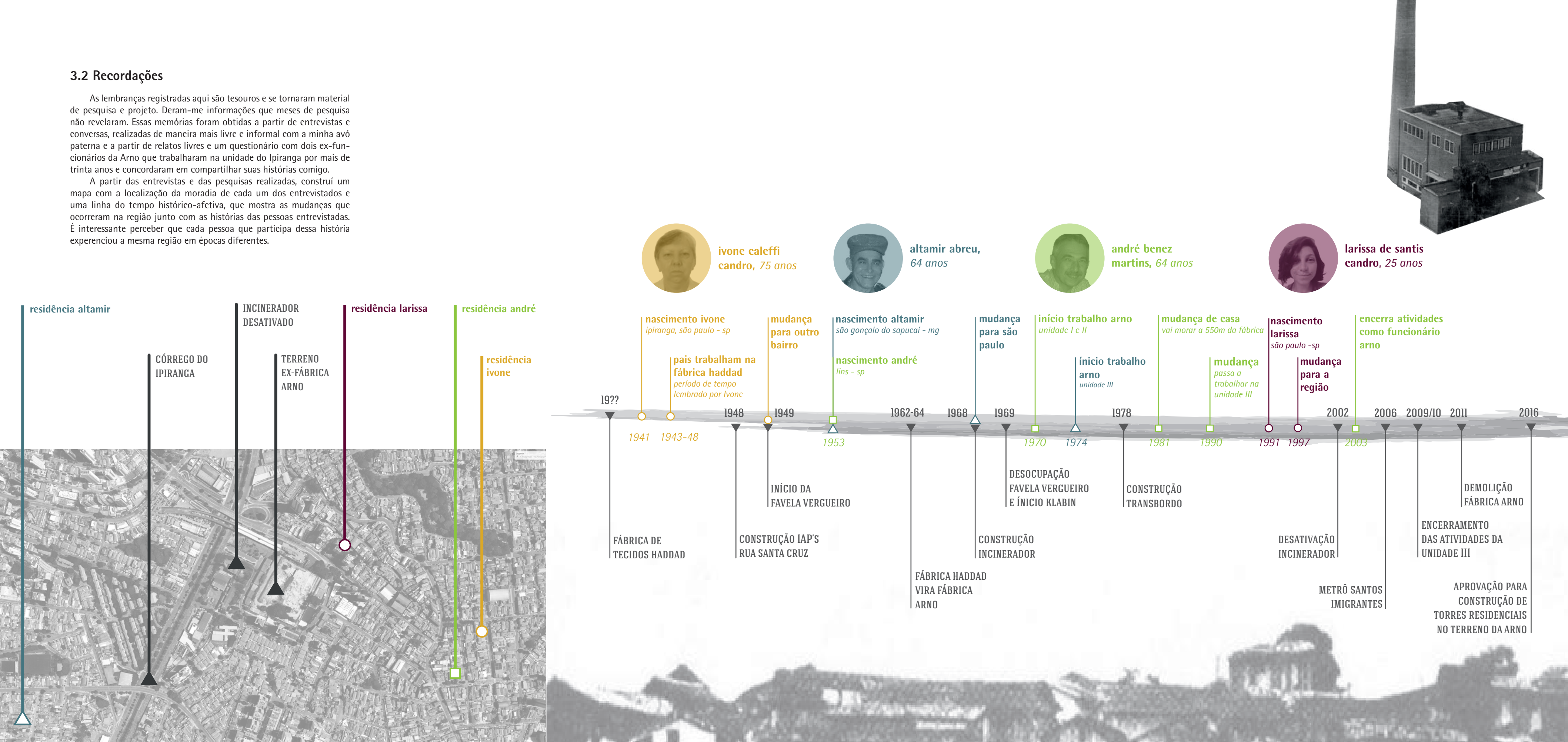
¹ Disponível em <<https://quandoacidade.wordpress.com/2016/11/15/nao-elogia-que-eu-acredito>>. Acesso em 16/11/2016.

² Ver nota de rodapé nº 37, p.54.

3.2 Recordações

As lembranças registradas aqui são tesouros e se tornaram material de pesquisa e projeto. Deram-me informações que meses de pesquisa não revelaram. Essas memórias foram obtidas a partir de entrevistas e conversas, realizadas de maneira mais livre e informal com a minha avó paterna e a partir de relatos livres e um questionário com dois ex-funcionários da Arno que trabalharam na unidade do Ipiranga por mais de trinta anos e concordaram em compartilhar suas histórias comigo.

A partir das entrevistas e das pesquisas realizadas, construí um mapa com a localização da moradia de cada um dos entrevistados e uma linha do tempo histórico-afetiva, que mostra as mudanças que ocorreram na região junto com as histórias das pessoas entrevistadas. É interessante perceber que cada pessoa que participa dessa história experenciou a mesma região em épocas diferentes.



Ivone Caleffi Sandro

Entrevista realizada em 23/07/2016.

Nasceu no Ipiranga, na Rua Eduardo Carlos Pereira, nº 354, em uma casa próxima a Fábrica de Tecidos Haddad, onde seus pais e grande parte da família materna trabalharam por alguns anos. Toda a família morava na região e aos poucos foram se mudando para locais mais distantes por conta dos valores dos aluguéis que iam subindo. Ao saber que a fábrica foi destruída, demonstrou espanto e tristeza, sobretudo quando viu as imagens que mostravam o terreno vazio onde antes havia a fábrica.

“Tá assim? Tudo destruído!”

Com oito anos de idade saiu do bairro do Ipiranga, sendo assim suas lembranças de lá são poucas e ao mesmo tempo confundem-se com o que os adultos lhe contavam.

“Que eu lembro, meu avô me levava num caixote que ele pôs duas rodas, caixote de cebola. O pai da minha mãe. Pôs quatro rodinhas, aquela alça pra segurar. Então, aí ele me levava lá pra minha mãe me dar mamã. Eu era pequena, eu lembro assim como se fosse um sonho, de relance do caixote. Eu me via. Ó, eu me vejo lá dentro, nenê. Eu não sei se a minha mãe me contou ou é uma lembrança minha. Então eu lembro bem que ele forrava, me punha lá e me levava. Eu devia de ter um ano, um ano e pouco. Era pequena”

Quando era bebê, ia à fábrica para ser amamentada. Conta que era um costume os patrões deixarem as mães amamentarem as crianças no pátio da fábrica. Mais velha, ia à fábrica para acompanhar o turno dos pais:

“Eu lembro que minha mãe e meu pai trabalhavam de turno. Um trabalhava das seis as duas o outro das duas as dez. Então meu pai ficava em casa de manhã, aí ele me levava às vezes. Ele me levava pra ir render minha mãe né? No tear. Aí eu chegava lá, eu entrava na fábrica. Tinha aqueles tear enorme... que eu era pequena né? Pra mim era, nossa, um elefante. Maior ainda. Aí ele chegava perto do tear, não sei se ele trabalhava no mesmo. Mas ele chegava lá perto onde minha mãe estava, aí minha mãe tirava o avental branco, dobrava direitinho pra no dia seguinte usar o mesmo. Aí ela me pegava pela mão e me levava embora, pra casa. Meu pai ficava e eles revezavam né.”

Sobre o trabalho na tecelagem, ficou na memória o que sua mãe, Rosa Vernille, contou: o salário era pago por metro de tecido produzido sem defeito. Rosa trabalhava com seda, era muito proativa, caprichosa e sempre ganhava um dos melhores salários.



fotos 3x4 de ivone e seus pais, rosa e antônio data e autor desconhecidos

“Ela era tecelã de seda. Minha mãe é muito chique! Ela era... porque tem a tecelã de algodão. Eu sei que ela tinha o maior orgulho de falar. Eu trabalho com seda, sou tecelã de seda. Então ela falava que muitos que entravam lá pra aprender... o patrão, mestre, sei lá, punha perto dela pra ela ensinar.”

Não existem muitas recordações sobre a edificação da tecelagem, mas é perceptível que por seu tamanho e porte, ela era um marco na paisagem do local.

“Eu lembro que a frente dela era cinza e tinha um muro muito alto, não dava pra ver lá dentro. [...] e tinha os portão de ferro muito alto, grandão, não dava pra ver nada lá dentro. Então conforme você vinha daquela rua, que era travessa da vergueiro , eu não lembro como é que chama. Você ia direito assim, você via a portaria. E aí aqueles muro muito alto [...].”



casa no ipiranga onde ivone nasceu. com algumas mudanças na fachada, a maior parte da edificação permanece igual. imagem de 2016, retirada do google street view

Refazendo na memória o caminho da casa até a fábrica, Ivone nos permite vislumbrar como aquele espaço era na década de 40. A Rua Vergueiro, hoje uma importante rua para o bairro por conta de comércio e serviços, era uma rua comum. Para chegar à fábrica, não havia uma rua direta, passava-se por áreas ainda não urbanizadas.

“Aí passava pelo meio do mato que tinha um trilho, então era de terra. Nós descia, aí entrava na rua de frente que dá pra Arno. Aí tinha que descer lá, lá embaixo era a Arno. Tinha umas casa lá também, mas não era como é hoje né, bem diferente. Trilho pra passar, pra gente passar, trilha. Não tinha uma rua que descesse direto. Então passava... Era um mato baixo e tinha o caminho onde as pessoas passava.”

Sobre a região, as memórias se alargam. Ivone lembra muito das compras que fazia na padaria perto de sua casa, como se comprava o leite e o pão. Recorda que o lugar onde está o prédio em que moro hoje era “tudo mato”, que onde atualmente é a estação de metrô, existia uma casa geminada e que havia uma casa de madeira na Rua Saioá, a mesma rua do metrô. Ouvia falar do rio, que ainda não era canalizado, mas nunca atravessou pro outro lado e o viu com os próprios olhos. Também lembra que na Avenida Nazaré passava o bonde, que a mãe a levava junto com o irmão para visitar o “museu de bicho” (Museu de Zoologia da USP), localizado na mesma avenida. Também se lembra que sua inauguração foi posterior a do Museu do Ipiranga e ao saber que ele está sendo transferido de lá para a Universidade de São Paulo se mostrou indignada:

“Vão? Por que vão por lá? E lá (no Ipiranga)? Quanta gente conhece e vai? Eles vão gastar um baita dum dinheiro nosso pra fazer isso? Põe plebiscito pro povo aí então, vamo vê quem quer e quem não quer. É burrice, mesmo que eles façam arquitetura igual... e eles não vão fazer, vão fazer moderno. E esse que tá lá é bonito. Os enfeites, as paredes... é tudo daquele tempo. Não sei por que vão fazer isso, é besteira fazer isso.”

São nesses trechos de conversa que percebo o quanto é impactante o fato de alguns marcos da região irem desaparecendo. Locais como o Museu de Zoologia e a própria fábrica representam algo para minha avó, que se sente incomodada com essas mudanças e não as vê como naturais ou inevitáveis. São locais que suscitam vínculos afetivos, pois tem uma relação com sua infância e com sua história.



ivone e seu irmão em passeio ao parque da independência, década de 40

acervo de ivone candro

Altamir Abreu

Entrevista realizada em 05/07/2016.

Nascido em 1953, em Minas Gerais. Com 15 anos se mudou para São Paulo e sempre morou na região. Morou por um tempo bem próximo à fábrica, porém do outro lado do rio. Começou a trabalhar na Arno bem jovem, na seção de controle de qualidade. Trabalhou lá por 35 anos, até a fábrica ser desativada.

“Na realidade a Arno era tudo uma família né? Uma fábrica que te deixava a vontade.”

Altamir nos conta que quando ingressou na Arno, o fato de ter cursado até a 5ª série foi um diferencial que o colocou em um posto de trabalho melhor e que os uniformes da fábrica, com cores diferentes de gola, indicavam os setores onde cada um trabalhava.

“Quem tinha gola verde era do controle de qualidade, tinha essa diferença né?”

Além da gola verde, nos primeiros anos de trabalho existiam duas entradas na fábrica, uma para os mensalistas e outra para os horistas, que eram os trabalhadores da produção, também chamados de chão de fábrica, e que passavam pela revista na hora da saída. Depois de um tempo as entradas foram unificadas.

Fala que a região mudou bastante desde aquele tempo. Como morava do outro lado do Córrego do Ipiranga, precisava atravessá-lo para chegar à fábrica e tem muitas lembranças sobre isso. Lembra-se que quando era criança, a Avenida Ricardo Jafet, paralela ao rio, era mais estreita, de terra e para atravessar existiam pontes, que segundo Altamir eram “pontinhas”, todas simples. As grandes pontes e viadutos sobre a avenida ainda não existiam.

“Quando a gente era criança, ia atravessando a avenida e tinha umas pontinha. Era pontinha, de madeira mesmo. Você vinha meio que equilibrando, atravessava aqui e era tudo de... era bem estreitinho e não era tão sujo assim. Não vou te falar que tinha peixe, mas era o rio que passava né? Aí depois que vieram, que foram fazendo a alvenaria do lado.”

As ruas e caminhos também eram diferentes, muitos dos percursos para o trabalho eram feitos por trilhas pelo mato. Ao redor da própria Arno, nos conta que tudo também era mato, só depois que começaram a urbanizar e até fizeram uma pracinha.

“É o que eu tô falando pra você. Eu lembro que quando eu morava na Santa Irineu... as ruas aqui, você via os

trilhos, as pessoas passando. Eu, de lá da casa dos meus pais lá, eu ficava olhando as pessoas de azul né? Que que essas pessoas aí? Aí depois que eu vi... indo trabalhar, entendeu? Não existia aqueles sobrados no entorno, não existia nada, aquele prédio, não existia nada. Era tudo campo. Inclusive a gente lá na época ali, aquele que hoje é um estacionamento, do lado é uma escolinha, era tudo gramado, ali a gente jogava bola. Tudo de botina, tinha uma hora de almoço, os doido tudo lá de botina. Depois voltava.”

Ainda sobre a região, o incinerador já existia na época e ele diz que o cheiro invadia a fábrica e eles precisavam fechar as janelas para melhorar. Já viu até cavalo sendo jogado lá.

Ele nos conta que a maior parte dos trabalhadores vinha de bairros próximos, como Vila Moraes, Jardim Clímax, Parque Bristol, todos a mais ou menos 10 km de distância da Arno. Vinham de ônibus e a rua era bem movimentada. Para morar perto da fábrica, “só se fosse de gerente pra cima”. Inclusive, em certa época saiu o projeto de casas populares, chamado COHAB. Altamir se inscreveu, comprou um apartamento em Itaquera e começou a acordar às quatro da manhã para trabalhar. Como fazia curso de noite, chegava em casa tarde, era cansativo. Com o tempo, acabou vendendo o apartamento e mesmo pagando aluguel, veio morar em uma região mais próxima da fábrica.

Conta que por muito tempo, todos os funcionários eram da Arno, inclusive os seguranças e os caminhoneiros, pois nada era terceirizado e assim, os salários eram bons. Quando começou o processo de terceirização para corte de custos, a Arno foi comprada pelo grupo francês SEB e os funcionários foram perdendo regalias. Com o tempo, a terceirização foi ficando mais intensa e já não se produzia tanto dentro das fábricas. A Arno começou a fechar algumas unidades, inclusive a que Altamir trabalhava.

“A gente ficou triste já na mudança. A fábrica que eu mais gostei de trabalhar foi a três. A três, nossa, era... Eu falei pra você, era uma família entendeu? Aí depois as outras já tinha aquele negócio de ciquinho.”

“Você tá sabendo que a Arno vai fechar e vai pro interior né? Na realidade o que acontece? Hoje quase tudo vem da China. Antigamente aqui ó, pra você ver, eu lembro perfeitamente quando eu entrei na Arno, eu me assustei de tanta gente. Tanta gente entrando, parecia a rua direita. Sabe? Naquelas linhas de montagem. Eu fiquei pensando caramba, como trabalha gente aqui dentro. Aí na época... Pra você ver como era grande, chegava fim de ano, tinha demissão, eles mandava 300 pessoas embora. Mandava no final de ano, quando era janeiro contratava de novo. Aí formava aquela fila de gente lá na porta.”

Então a Arno foi demolida, Altamir sabia disso e contou que falavam que iam derrubar por causa da especulação imobiliária, mas nunca tinha visto o terreno. Ao olhar as imagens de satélite que mostram o lugar vazio, fica confuso ao não achar a fábrica. Explico que é uma imagem feita depois de sua demolição.

“Ah é... é isso que eu tô tentando... ah é aqui então... nossa, é mesmo. É, eu não tinha visto depois de demolido não. Nossa, que tristeza que dá viu?”

Ele já havia passado em frente ao terreno depois da demolição, porém com os muros e o portão fechado, não viu nada. Mostrando no mapa conta que havia até um berçário na fábrica, onde os bebês dos funcionários ficavam até quase um ano de idade. Ao responder o que sente quando passa perto do terreno da fábrica demolida, Altamir diz “Quando eu passo no local dá tristeza.” É difícil imaginar o que ele sente, mas posso perceber a importância daquele lugar quando ele me diz o que a Arno representou em sua vida.

“Representou tudo. Foi a minha vida inteira, foi o pouco que eu tive, eu nunca fui ambicioso né?”



documento
da arno, sem
data.
imagem
cedida por
altamir.

Sobre o futuro do terreno da fábrica, ele acredita que tudo tem a ver com a especulação imobiliária e que já ouviu dizer que seria construído um shopping. Mas se pudesse ele mesmo escolher o que fazer com o terreno, seria diferente.

“Vou te falar a verdade. Se fosse por mim eu falava o tombamento. Mas eu acredito que isso não vai acontecer. O que vai acontecer ali é virar prédio mesmo, infelizmente. A não ser que tem um político, alguma coisa. Ou você mesma né, que tá querendo. Com a tua força você vai lá, não é não? Pode bota teu sonho comigo, é tombar aquilo lá e fazer, sei lá, algum acervo, alguma... sei lá... até do entorno de tudo. Porque hoje em dia a gente não tem o que contar né? É um terreno enorme...”

Pergunto para Altamir quais foram os elementos que mais o marcaram naquela região. Acho muito bonito que sua resposta diz respeito, principalmente, às mudanças da região. Fica nítido que ele assistiu, fez parte e mais importante, se sente parte da história do lugar.

“Que me marcaram que eu te falei... Eu olhava lá da minha mãe... Esses caminhos, as pessoas vindo, entendeu? Né? Ai depois vai crescendo, modificando. Ai depois você vê no começo do viaduto lá, que não existia, eles começam a jogar terra pra fazer o viaduto. Eu acompanhei tudo isso, a gente começou a passar por cima né? Então tudo isso aí.”

Ele também acha importante que essas memórias sejam registradas, pois acredita que com o tempo isso caía no esquecimento e que as próximas gerações não saberão o que havia lá.

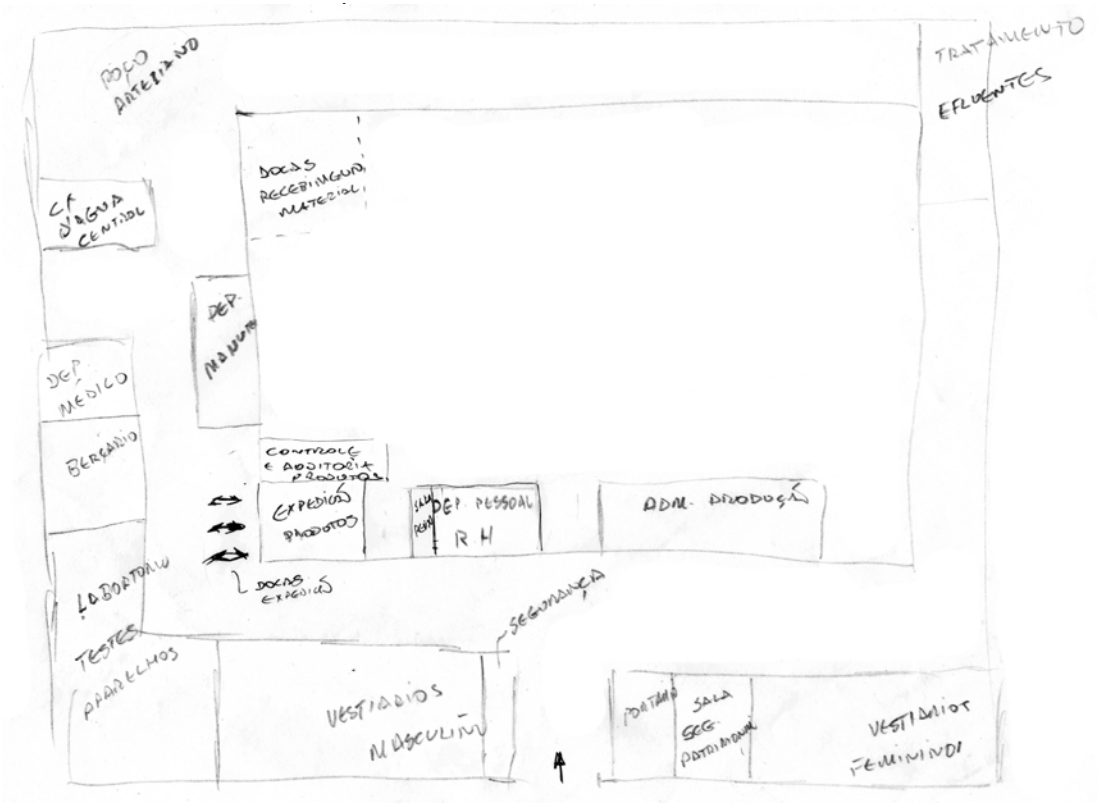
“Como eu vivi aqui, então é um registro. Pra mim é importante isso. Eu tenho memórias de muitas coisas. Eu entrei lá com 19 anos né? Então pra você ver... Tem bastante memória.”

André Benez Martins

Entrevista realizada em 13/07/2016.

Nascido em 1953, em Lins, interior do estado de São Paulo. Começou a trabalhar na unidade I e II da Arno, com 17 anos. Aos 37 anos, passa a trabalhar na unidade III como gerente geral. Encerra suas atividades como funcionário da Arno em 2003, porém continua trabalhando como consultor externo até 2005, antes da fábrica ser desativada. Durante a entrevista, Márcia, esposa de André, também participou respondendo e dando suas opiniões em alguns momentos.

André começa mostrando a planta da fábrica, que ele próprio desenhou para me mostrar como era o funcionamento do local. Descreve detalhadamente todas as atividades e todos os espaços da Arno. Ao falar dos restaurantes, conta que a comida lá era muito boa e que havia três deles, o dos mensalistas, dos horistas e o da gerência e chefia.



planta do primeiro nível da fábrica arno

desenhada por andré
2016

“Eu nasci dentro da Arno, entrei na Arno garoto, então eu conhecia detalhes. Eu não era de ficar na sala mandando só, eu ia lá e participava, então eu conhecia muito.”

Conta que após fazer o curso técnico na escola Getúlio Vargas, existente até hoje, havia muita oferta de estágio e por conta da proximidade escolheu ingressar na Arno. Trabalhou em todas as unidades, porém passou mais tempo nessa do Ipiranga, conhecida como unidade III. Fala que em 1994, foi o auge da produção e lá trabalhavam 1600 funcionários, dos quais 80% eram mulheres. A média de produção era de 25 mil eletrodomésticos por dia e quase todos eram produzidos inteiramente nessa unidade. Naquela época, tudo era produzido pela Arno, das pecinhas pequenas aos motores. Com a compra da marca pelo grupo SEB isso mudou. Os custos de fabricação na Arno não conseguiam ser reduzidos para bater os de importação da China e era principalmente o valor da mão de obra nacional que não permitia essa redução. Assim, a Arno passou a ser mais uma montadora do que uma fábrica e assim, o quadro de funcionários foi drasticamente reduzido e algumas unidades começaram a ser fechadas.

Ele diz que a maioria dos funcionários vinha de bairros próximos da fábrica, como Vila das Mercês, Vila Livieiro e Sacomã e que para morar perto do trabalho o custo já era mais alto. Márcia se lembra que quando havia greve de ônibus, a Arno ia buscar os funcionários em casa para não parar a produção.

André conta histórias interessantes, que se relacionam muito com a história da região e da cidade. Por exemplo, a história do tratamento da água utilizada no setor de galvanização:

“Quando chegou numa determinada época aí, em 1988, 1987, o Governo do Estado começou a apertar as empresas que poluíam o Tietê e os afluentes do Tiê. Aí que que acontece... A gente fazia os banhos dos metais e tudo e descartava a água através da tubulação e caía no riacho do Ipiranga, que consequentemente caía lá na Tamanduateí e caía no Tietê. Então começou a história do Projeto Tietê.”

“A Arno começou a construir essa sessão de tratamento onde todas as águas usadas vinham pra esse setor, onde a água era tratada, todo produto químico era retirado da água. Isso formava uma torta galvânica, uma massa, uma pasta, que era retida aqui e a água era descartada, mas analisada. Ela não era potável, mas era utilizável. Dentro dos padrões.”

André explica que essa torta galvânica era prensada e armazenada em tambores lacrados, que por sua vez eram numerados e guardados em área coberta. Diz que dois anos depois, o governo ainda não havia dado um destino para os tambores, que estavam ocupando uma boa parte do espaço da fábrica. Em certo momento, o secretário do Estado veio fazer uma visita à Arno, que chegou a passar até no Jornal Nacional (progra-

ma da rede de televisão Globo), mostrando o sistema de tratamento, mas de uma forma que passasse a imagem que o governo tinha feito esse investimento. Nesse dia, o próprio André pressionou o secretário em relação ao destino dos tambores, que passaram a ser transportados para a Votorantim e incinerados nos fornos de cimento. Em 1997, a galvânica foi terceirizada e o sistema de tratamento ficou parado. André nos conta que no fim, o governo não exigiu nem cobrou que todas as fábricas realmente dessem tratamento aos seus resíduos e o Projeto Tietê ficou muito mais no plano da propaganda. Já a Arno ficou no prejuízo, pois foi uma das poucas que investiu no tratamento das águas e esse investimento foi algo em torno de um milhão de dólares.

André também conta que o consumo de água da fábrica era enorme, principalmente pela galvanização. Em 1997, fez um poço artesiano de cerca de 150 metros de profundidade (legalizado pelo DAE – Departamento de Águas e Esgoto), permitindo que a Arno se tornasse 80 % autossuficiente em água.

“Esse poço permitia tirar até 15 mil litros de água por hora”

Falando das razões pelas quais o terreno está vazio há tanto tempo, ele levanta a questão da contaminação e conta que antes do tratamento de efluentes acontecer, a fábrica já trabalhava com galvanização e tudo ia direto para o Córrego do Ipiranga por meio das galerias e tubulação de esgoto. Fala que uma vez, começou a brotar um líquido amarelado na piscina do condomínio ao lado da Arno, que era proveniente da galvanização. Então com certeza houve vazamento e o terreno está contaminado. Ele também relata que soube, ao visitar o terreno, que uma parte da construção onde havia o berçário não foi autorizada a ser destruída e supostamente, faria parte do condomínio. André conta que esse berçário era bem importante e lá eram ficavam os filhos dos funcionários de todas as unidades da Arno. Diz também que parte das árvores também foi identificada, etiquetada e não pode ser removida.

“Eu sei que parece que até agora [...] eles tavam com um problema aí, que a CETESB veio aí e breiou tudo por causa de contaminação.”

Sobre a região, André conta sobre um passado mais recente, até pela questão de ter trabalhado na unidade do Ipiranga nos últimos anos. Com a ajuda de um mapa, vai apontando as coisas que mudaram. Ao lado da fábrica existia um drive-in, um depósito de bebidas e um estacionamento que hoje não existem mais. Na década de 80, diz que na região existiam apenas dois prédios, estavam construindo os sobrados na Avenida Saioá, o atual estacionamento que fica na quadra da frente da minha casa era um frigorífico e onde estão as duas torres residenciais mais recentes era uma garagem de ônibus. Márcia diz que depois do frigorífico ir embora, a área foi invadida. André dá mais detalhes:

“Virou uma invasão e um ponto de tráfico pesadíssimo [...]. Vinha os bacana comprar droga, saiu até no

Globo Repórter. O restante, não tinha muita coisa não, era casinha velha, que foi saindo porque foi aparecendo os prédios. Muito terreno vazio.”

Eles contam que quando se mudaram para a área, no entorno da fábrica existia uma favela que se espalhava em cima e embaixo do viaduto Saioá e na atual região onde se concentram os bancos e que hoje ainda existem resquícios dessas ocupações. Do outro lado do rio, onde fica o Klabin, bairro residencial de classe alta, não havia quase nenhuma construção e o lugar era usado para descarte de entulho das construções feitas do lado do Ipiranga. Falam que antigamente o Klabin era uma chácara, onde havia uma grande favela.

“Essa favela, se você for falar com pessoas mais antigas e tal, se não me engano, acho que uma das formas de acabar com essa favela, puseram fogo.”

André diz que a obra de canalização do rio tem mais ou menos 30 anos e nunca fica pronta, pois toda hora está reformando e que na época, o viaduto da Avenida Saioá já existia, mas o da Santa Cruz não. Falando sobre a região e perguntando o porquê do entorno da fábrica naquela época ser composto por terrenos vazios, não urbanizados e com poucas coisas consolidadas, André diz não saber explicar com detalhes, mas sabe que toda essa área tinha questões fundiárias não resolvidas e processos de usucapião. Conta que Sérgio, um homem que mora até hoje ao lado da fábrica, é sobrinho do antigo dono de toda a região e que tudo pertencia à família Adib Haddad.

“Então você vê, mostra essa fábrica aqui, que foi da família deles, e não tinha benfeitoria, não tinha nada no pedaço.”

Sobre o incinerador, eles falam sobre a luta dos moradores do local para desativá-lo. Seus vizinhos eram muito prejudicados pelo cheiro e Márcia conta que fizeram até uma festa no dia que souberam que ele fecharia.

“A gente via a fumaça. Daqui não, mas da fábrica era terrível. [...] incinerava, quando batia o vento entrava nas janelas da fábrica, fica um cheiro insuportável. Aquele cheiro de chorume.”

André fala que o prédio ao lado do Incinerador foi cedido por um tempo para a Universidade São Marcos, que ia fazer uma espécie de polo cultural no local. Porém com a sua falência o projeto foi abandonado. Em um momento da conversa, falamos sobre o metrô Santos-Imigrantes. André conta que em 1980 já se falava que haveria metrô no Ipiranga e conta uma história interessantíssima:

“A estação Santos-Imigrantes era o seguinte: eu vim morar nessa casa há 36 anos atrás. Então eu fui atrás de

querer saber, que falava-se que vinha uma linha de metrô pro Ipiranga. Eu fui atrás [...] consegui ter acesso à planta do metrô [...] passaria na esquina de baixo aqui, na Rua Adalgiso Pereira.

Em 1992, 93, meu chefe de segurança me procura e diz ‘André, tem um pessoal aí do metrô na porta que quer falar com você.’ [...] Era tudo comigo. Bati um papo, [...] acabei levando o pessoal pra almoçar com a gente. Lembro que tinha um engenheiro [...] ele falou assim pra mim ‘É, nós precisamos conversar certinho porque nós vamos pegar uma parte da fábrica aqui e tal.’ [...] Abriram uma planta gigante e me mostrou. Tinha acabado de construir aquela revenda Mercedes que tem ali, ao lado do incinerador. O metrô viria e iria derrubar um pedaço daquilo lá, pegaria em cheio lá, pegaria aqui e ia pegar esse canto aqui da Arno. Conclusão, eles iam me travar a entrada [...], pegaria a caixa principal de um milhão de litros de água, aquela época pra nós, água era um todo. [...] Aí eu falei pro cara ‘Mas porque vocês tão querendo fazer isso? Porque vocês não passam pro outro lado?’ Aí nós pegamos a pickup dele e fomos dar uma volta e paramos aqui onde você falou que era a favelinha da Saioá, que onde hoje é a estação. Ali era uma favela, que viviam assaltando o pessoal na Saioá, em cima do viaduto e aqui, naquela altura, era um drive-in que eu te falei e umas quadras de futebol society. Anterior às quadras, aquele espaço também era uma favela, em cima do viaduto era favela, as crianças ficavam brincando na rua, era um perigo você atropelar as crianças aí.

Nós ficamos batendo papo, nunca me esqueço... Com a caminhonete parada aqui, falei ‘Por que você não desvia e passa por lado de cá? Que você não vai pegar essa revenda. Você não vai ter que fazer passar aqui por cima do rio? [...] Por que você não joga aqui que você pega muito menos coisa? Ele olhou pra mim assim, fez uma cara [...]. Passado uns dois meses, ele voltou. Ele falou assim pra mim ‘Vem ver uma coisa’ [...] Mudaram o trajeto do metrô. Ele falou assim ‘Putá, você me deu uma puta de uma ideia, a desapropriação vai ser muito menor. [...] Então o traçado era diferente.”

Pergunto sobre a tecelagem e André diz que o pessoal mais antigo da Arno sabia que anteriormente, aquele lugar havia sido uma fábrica têxtil e também se lembra de que havia algumas fotos antigas de lá. Márcia fala que quando a fábrica foi vendida para o grupo SEB perdeu-se muita coisa, pois não havia interesse em preservar o que quer que seja. André fala que os mais antigos tinham um carinho, até um romantismo pela fábrica, enquanto as pessoas que entravam mais novas e ficavam pouco tempo não tinham vínculos nem ligação afetiva com o lugar. André fala do piso, que eram umas lajotas bem grandes que depois foram pintadas, mas acha que devia ser o piso da época da tece-

lagem, assim como os vitrôs.

“O prédio era o mesmo de quando teu bisavô trabalhou lá, a estrutura de madeira, as tesouras de madeira, era a mesma construção, mesma. Foram mexendo, melhorando, mas a parte da cobertura dessa área aqui era tudo original. Foi demolido agora, tava perfeito. Era bonito, aquelas tesouras de madeira, tudo bem feitinho.”

Percebe-se a dificuldade em lembrar e buscar mais fontes que lembrem por conta da dissolução do grupo. André pensa em algumas pessoas que poderiam ajudar na busca por mais informações sobre a tecelagem, mas que já não trabalham mais na fábrica e que o contato se perdeu. Ele conta que havia fotos lindas da fábrica, mas acha que tudo foi jogado fora. Se sobrou algo, foi pelo saudosismo de alguém, pois nunca houve interesse em preservar nada.

“Nenhum desses novos teria o interesse de guardar, isso daí é coisa de velho.”

Quando pergunto dos sentimentos gerados pela demolição da fábrica, André responde que ficou triste, pois ela era um marco na região, mas Márcia rebate o seguinte:

“Não era nem por isso, eu acho que é porque ele comia, respirava isso. A verdade é essa.”

Ela conta que a rua da entrada da fábrica era extremamente movimentada, com muitas pessoas, carros e caminhões. Após a desativação isso mudou e agora o lugar está morto. André continua, contando que a fábrica era uma referência para a região, que muitas pessoas vinham conversar com ele, se mostrando incomodadas com a demolição. Para ele além da questão afetiva, também é marcante o fato da fábrica ter sido uma ótima referência em termos de emprego. Conta que trabalhar lá era importante, que a fábrica pagava todos os funcionários bem e sempre em dia e que empregava uma boa quantidade de gente, sempre em boas condições. Mas o vínculo afetivo é mais forte.

“Eu fiquei muito chateado quando demoliram a fábrica. [...] Eu fiz minha vida lá, 35 anos, criei meus filhos. Tinha aquilo que eu te falei, afetivo né? O laço afetivo com a fábrica. [...] Depois que entrou o grupo SEB começou a esfriar um pouco, mas eu fiquei muito triste de saber.”

André foi visitar o local após sua demolição e nesse dia soube que o solo estava contaminado e nada seria construído até sua descontaminação.

“O dia que eu percebi que tinha sido demolido, eu entrei e aqui, nesse pedaço, apesar de ter demolido, o piso ficou. Ainda tinha o piso. E eu olhei aquilo, até pintado do jeito que a gente pintava com epóxi... Veio um filme na

cabeça. Deu um pouco de... Mas... Eu tinha a fábrica como um quintal aqui de casa, praticamente. [...] A gente tinha um relacionamento social até gostoso. O pessoal fazia festinha, participava todo mundo.”

André nos conta que sente falta da fábrica quando passa por lá e inclusive não gosta muito de olhar para o canto de onde se poderia vê-la. O incômodo é tão grande, que ele não vê a hora de saírem as torres residenciais para mudarem a paisagem, pois ver o terreno vazio é estranho. Fala que se soubesse que a demolição seria tão rápida, tinha ido fotografar o lugar. No fundo, imaginava que seria demolido, pois sabia que não haveria outra fábrica, mas ao mesmo tempo não queria aceitar.

Quando eu pergunto se eles acham importante que se registre de alguma forma que lá havia uma fábrica, os dois são unânimes em dizer que sim. Acham legal e importante ter esses registros, apesar de sentirem que os brasileiros não dão muita importância para a história. André fala sobre a Arno ter sido uma referência para as pessoas mais velhas, pois por muito tempo, no mercado nacional as opções de compra ou eram Arno ou Walita.

“Você com a sua idade, não fica sabendo das coisas. Se você pegar um velho, vai te contar, mas não tem registro, nada. E hoje é tão fácil né? Você informatiza tudo.”

Ele tem certeza que vai acontecer a mesma coisa com a unidade da Mooca que ainda existe e que novamente, nada será registrado.

“Então a Arno deixa de existir no estado de São Paulo. É triste isso, porque o estado está perdendo uma empresa que foi pioneira. A Arno tem cem anos.”

Pergunto o que eles gostariam de ver hoje no terreno da fábrica e os dois dizem que gostariam de um parque. Márcia conta que veio do interior e sente muita falta de arborização. Fala que quando chegou em São Paulo queria sentar e ficar na praça, mas não haviam praças, era tudo difícil e perigoso.

“Essa relação de eu usar a cidade, não me fechar dentro de casa. Lá no interior você usa a cidade, você senta na calçada, vai no jardim, anda a pé”

Empolgada, ela imagina um bosque. Sabe que o terreno é grande e daria para fazer algo interessante.

“Você já imaginou, que nem, esse incinerador, judiou tanto, tanto, tanto... Agora você ter uma contrapartida, um pulmão verde do lado dele. Sabe? Você entendeu? O que ele fez de tão mal, agora teria um pulmão verde pra, vamos dizer, pra passar o pano naquilo que ele fez. É um contraponto”

André fala dos boatos que ouviu, de que haveria um shopping ligado ao metrô e conta que as pessoas gostavam dessa ideia. Mas também acha interessante um parque ao lado do metrô e pensa em algum tipo de secretaria da prefeitura e uma área de estacionamento junto a esse parque.

“Se isso ai pudesse ser uma área verde, meu deus do céu. Já pensou que coisa linda? Até deixaria aquele incinerador pra fazer parte da história, a chaminézona lá e tal. Mas restaurava aquilo, fazia um polo cultural, alguma coisa do tipo.”

Ele também fala um pouco da questão da segurança; que um parque, por ser fechado dá mais segurança que uma praça ou um lugar aberto. Se mostra indignado com a falta de apreço e importância dada à história e a cultura no país e acha que seria muito bom se essa situação mudasse.



andré e
márcia, 2016

foto cedida
por andré

3.3 Reflexões

Todas as entrevistas se mostraram muito interessantes para o processo de descoberta da história da fábrica e da região. Haveria mais uma entrevista aqui a ser colocada, com o Sr. Giba, funcionário que trabalhou no incinerador antes de sua desativação e que após o fechamento, ficou trabalhando na guarita e controlando a entrada. Por questões de saúde e licença médica, não foi possível conversar com ele.

É muito curioso ouvir as falas dos três entrevistados e reconhecer nelas os períodos da história. Eu pude ver a globalização, a terceirização, a perda do mercado nacional, a transformação do espaço, as greves operárias e as mudanças políticas que foram moldando a cidade de um jeito muito mais forte e real. Quando estudamos esses acontecimentos por meio da História existe um distanciamento que some quando alguém conta como sua vida mudou conforme esses eventos aconteceram. A história acompanha a vida e geralmente isso não fica tão explícito. Pela via da memória e justamente por sua carga de subjetividade e pessoalidade, é possível nos aproximar de uma maneira mais palpável do que aconteceu no passado.

Com as histórias de Ivone, podemos imaginar como era a região quando sua urbanização estava apenas começando e como era a tecelagem, sobre a qual não temos mais nenhuma informação a não ser o que ela nos conta e o que pode ser visto nos mapas antigos da região. Como Altamir relata, na época da Arno, era preciso ter um bom posto de trabalho para poder morar perto da fábrica. Isso já mostra a mudança na região relacionada ao valor da terra e à urbanização, pois na época de minha avó Ivone, ela e sua família podiam morar bem perto da fábrica, mesmo tendo empregos simples.

Altamir descreve as trilhazinhas e as pontes, ambos caminhos improvisados pela população, para poder se locomover em um local que ainda não estava completamente urbanizado. Inclusive, tenho a impressão que mesmo com ruas de terra e terrenos descampados, a mobilidade para os pedestres era melhor naquela época, pois existiam mais pontes que atravessavam o Córrego do Ipiranga, enquanto hoje existem poucos cruzamentos no mesmo nível e viadutos sobre o rio, que foram projetados para automóveis e não para o pedestre. Comparando o mesmo trecho do rio em duas imagens de épocas diferentes, é possível ver que em 1958 havia cinco transposições sobre o rio, sendo que todas eram no nível do solo. No mesmo trecho, olhando o mapa atual, encontram-se apenas três, sendo que uma delas, a do metrô, não está no nível da rua e faz o pedestre dar uma grande voltar para atravessar a avenida e o rio.

André fala sobre um período mais recente, mas igualmente rico em informações, sobretudo quando fala sobre as mudanças na região, as possíveis relações de moradores atuais com os antigos donos do terreno, as disputas fundiárias e como a fábrica foi se modificando e se adaptando aos acontecimentos. Nas histórias de André, para mim foi muito marcante o fato de como as fábricas e empresas usavam os recursos naturais de forma irresponsável e isso era permitido pela administração pública. Penso no caso da Arno, que poluiu o rio e as terras da região ao mesmo tempo em que captava uma enorme quantidade de água sem

pagar por isso. Penso no lucro que foi gerado em cima de bens públicos, lucro esse que sempre foi monopolizado e enriqueceu somente um grupo de pessoas enquanto explorava o meio ambiente e a população, que por sua vez não tinha acesso a nada disso.

Por fim, todas essas histórias, lembranças e, sobretudo, o sentimento unânime de tristeza que apareceu ao falar da fábrica demolida me sensibilizaram muito. A tristeza dos três se relaciona com a minha indignação ao pensar nos espaços destruídos e abandonados; são os sentimentos gerados pela destruição criativa explicada por Harvey. A partir disso, tive outra perspectiva do passado dessa região e me senti incentivada a pensar em uma proposta que possa, de alguma forma, contar um pouco do que aconteceu naquele espaço. Entendo que a tristeza tem a ver com os vínculos afetivos que essas pessoas tinham com a fábrica e apesar de contribuir e ser extremamente importante, não acho que é apenas esse sentimento que justifica a vontade desse projeto.

A memória e a história dependem de mecanismos de retenção, mas também de descarte. É impossível congelar todas as lembranças e a cidade, guardar e preservar tudo. Há uma seleção, que se dá por variados fatores. No plano das lembranças pessoais, Bosi fala que a seleção do que fica tem a ver com as coisas que mais significaram para o indivíduo. Já no âmbito da cidade, como é selecionado o que fica?

Em relação à cidade, sobretudo no momento atual, essa seleção está relacionada às forças dominantes que a transformam e têm interesses nessa transformação. Como Rosada (2007) diz, o status de histórico hoje, é um agregador de valor ao imóvel e aos espaços urbanos. Assim, o que é interessante e lucrativo é preservado.

“O formato patrimônio passa a ser um atributo que qualifica o imóvel ou a área envoltória e, assim, gera valor e movimenta um novo ciclo econômico: o do mercado da memória. As novas propostas de conservação urbana desligam-se do intuito de manter a população original das áreas ditas degradadas e, mais do que aceitar, forçam a gentrificação dessas áreas para melhor adaptá-las ao mercado.” (ROSADA, 2007, p. 6, grifo do autor).

Com isso, somado ao que Ecléa Bosi (1994) fala sobre os imóveis merecedores de tombamento, percebe-se que a escolha do que merece ser preservado é muito parcial e não leva em conta diversas questões, como por exemplo, a questão dos vínculos afetivos e da importância das pessoas se reconhecerem e terem raízes nas cidades onde vivem. Além disso, como Toledo (1984) fala, a noção de patrimônio envolve mais que o conjunto edificado, desde a paisagem natural do lugar até um contexto imaterial (características ambientais e vivenciais). Pensando por essa perspectiva, fica claro que a preservação de um edifício ou o tombamento de um espaço não é o suficiente para manter as memórias, vínculos e consequentemente, a identidade de um grupo. Também fala sobre como a perda de referenciais e de identificação no espaço onde se vive têm efeitos psicológicos nos indivíduos.

“A identificação com o ambiente é tamanha que uma mudança deste tem repercussões nem sempre percebidas. ‘Modelamos nossa habitação e ela nos modela. Mudanças no meio ambiente, em um sítio urbano, nas funções de um edifício podem colocar em movimento um mecanismo de inter-relações o qual exige um esforço de adaptação que frequentemente pode exceder as capacidades psíquicas das pessoas a ele submetidas.’” (TOLEDO, 1984, p. 30)

É muito interessante e necessária a discussão de que atualmente, a condição de patrimônio também é um dos fatores que leva à gentrificação de uma área. Se considerarmos que o patrimônio não é sobre algo apenas material e que em seu conceito também está inserido os vínculos e relações que a população tem com aquele espaço, ao ser preservado, porém modificando completamente o local e, sobretudo, expulsando populações que tinham relações com aquelas memórias, o conceito de patrimônio pode até se esvaziar:

“Essas revitalizações tem deturpado a noção de patrimônio histórico. Esta forma de conceber o uso do patrimônio quase sempre acaba direcionando as políticas de preservação a estimular a gentrificação e a segregação sócio-espacial, que geram mais esquecimento do que memória.” (ROSADA, 2007, p. 8)

Rosada (op.cit.) mostra em seu texto como a condição de histórico agrega valor e contribui para a exploração de atividades nesses lugares, sobretudo ligadas ao setor terciário e ao turismo. O problema é que na maior parte dos casos, essa exploração é feita vinculada à higienização da área e à expulsão das chamadas populações descartáveis, que não são mais compatíveis com a nova forma e uso desse local. Isso vem acontecendo, principalmente, nos centros históricos das cidades brasileiras.

Esse não é o caso da área que estou trabalhando, que por diversas razões não é vista pelo poder público e privado como patrimônio ou como relevante de alguma forma para a identidade do local. Na verdade, nessa região, tanto a fábrica agora demolida e o antigo incinerador, representavam entraves à sua exploração. É interessante perceber como o capital se apropria dos espaços, ora destruindo para construir de novo, ora ressignificando algo e lhe atribuindo algum valor de troca, como no caso de alguns bens históricos. Então nesse caso, a preservação de alguns elementos dessa área e a tentativa de falar sobre essa memória também podem indicar uma espécie de resistência, sobretudo por terem sido pontos de referência para a formação, história, identidade dessa região e por serem suportes materiais de memórias desse espaço que ainda não foram completamente apagados.

4. TOTALIDADES

“Faz parte da dialética do espírito moderno essa tensão diária entre a transformação e a resistência. Mas ser moderno para Berman é não perder os vínculos com o passado para não sermos eliminados num sorvedouro”

BOSI, 2003, p. 77

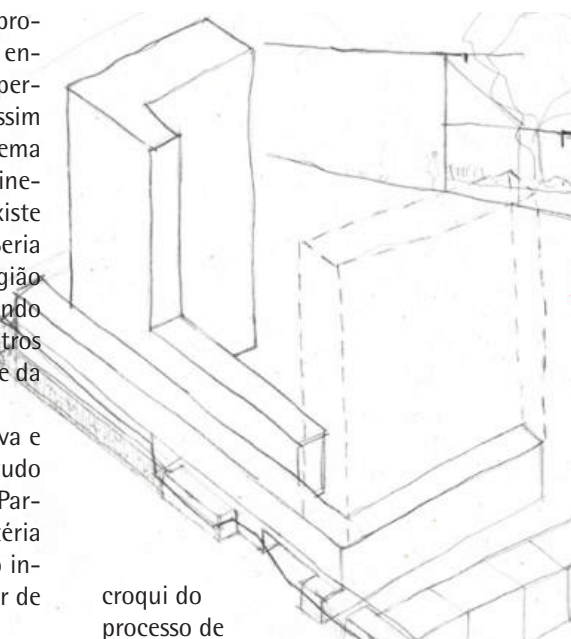
Após esse percurso, é chegado o momento de apresentar uma proposta para a região e foi nesse ponto que diversas contradições encontradas no caminho ficaram mais fortes e que surgiram diversas perguntas: Tendo em vista que o resgate da memória é impossível, assim como sua conservação, qual a melhor maneira de trabalhar esse tema coerentemente em um projeto? Sabendo que a transformação é inerente e que a retenção da memória só é possível porque também existe o descarte, qual seria um bom critério para decidir o que fica? Seria realmente importante trabalhar com a questão da memória nessa região ou é mais sensato deixar que as modificações aconteçam, descartando o que aconteceu aqui e liberando espaço para outras retenções e outros usos? Como trabalhar essas questões pensando no contexto da área e da gentrificação que vem acontecendo no local?

Considero que o mais importante aqui não é a resposta objetiva e conclusiva para cada uma dessas perguntas, mas o processo de estudo que me fez chegar até elas e as possibilidades que elas levantam. Partindo da noção de que trabalhar com memória é trabalhar com matéria subjetiva, a ideia de chegar a respostas exatas me parece um tanto inviável. Assim, considero que essa parte do trabalho será feita a partir de hipóteses e investigações baseadas na discussão feita até agora.

Uma vez compreendida a questão da impossibilidade do resgate da memória e de sua conservação estática no tempo e estando alerta para o risco da reificação, imagino que a melhor maneira de trabalhar com a memória desse local dentro de um projeto é pela ideia de sugerir no presente algo sobre o passado dessa região. Quando se entende que não se resgata o passado, o que sobra é o respeito. Respeito pelo que aconteceu, sobrou e resistiu. E é a partir do respeito que pretendo nortear minhas intervenções. Por meio de alguns artifícios, é possível propiciar vislumbres do que foi aquele lugar, ativar a imaginação e contar histórias.

A questão da retenção e do descarte me faz pensar que ao mesmo tempo em que não é possível conservar tudo, não faz sentido não preservar nada nesse local, sobretudo se nele ainda resistem alguns suportes materiais da memória. Acredito que não seria adequado congelar esse espaço no tempo, na tentativa de preservar tudo o que sobrou, nem trabalhar exclusivamente com a memória, como aconteceria com um projeto de cunho museográfico, pois sinto que essas linhas de ação engessariam a memória desse local e limitariam as possibilidades de uso do mesmo. Penso que o projeto não é para ser visto ou contemplado, nem para ser somente informativo, mas sim para ser vivido e usado. Sugiro então, que seja pelas vivências ocorridas nesse lugar que a memória possa aparecer. Assim, minha proposta de intervenção para a região consiste em dar-lhe usos atuais e necessários, tendo em vista sua localização na cidade de São Paulo, e simultaneamente, criar brechas que possibilitem a aparição dessas memórias, que revelem as permanências, que sugiram o passado e até narrem as lembranças dessa região. Ao mesmo tempo em que esses espaços permitirão experiências importantes no tempo presente, eles possibilitarão conexões com o passado.

Em relação aos novos usos propostos, é necessário pensar na valorização desse espaço. Como evitar que a memória vire status que agregue mais valor para a área? Como evitar cair na questão do patrimônio



croqui do
processo de
projeto -
habitação

larissa candro,
2017

que finge preservar a memória, mas dissolve vínculos e relações por meio da expulsão de pessoas do local? Como pensar novos usos que não aumentem ainda mais o preço da terra? Ou então, como garantir o acesso e a permanência de todas as classes sociais, sobretudo das mais baixas, na região?

Durante todo o processo deste trabalho, pensei em alguns usos para o local e sempre esbarrava na problemática da gentrificação. Inicialmente me agradava muito a ideia de criar um parque que englobasse todo o terreno da Arno e do Incinerador e que tivesse equipamentos culturais e pontos de memória espalhados em seu interior. Essa ideia passou a fazer ainda mais sentido quando fiz as entrevistas e Márcia comentou, com os olhos brilhando, que achava incrível a ideia de criar um pulmão verde para compensar a ação do Incinerador que tanto poluiu o ar da região por décadas. Junto a isso, pensava que criar um parque ao lado de um metrô permitiria que ele fosse muito acessível e usado. Entretanto, um parque valorizaria muito a região e não garantiria a permanência das pessoas no local, talvez aumentando ainda mais a gentrificação. Acredito que um parque faria muito mais sentido do que o condomínio fechado para classe alta que a Cyrela propõe. Por mais que ele ajude no processo de valorização da região, ele ainda é um espaço público, aberto a toda população. Essa função permite que mais pessoas tenham acesso a espaços de lazer e descanso, algo que é escasso em São Paulo. Ainda assim, me incomodava a ideia de não conseguir reverter o processo de valorização que vem se intensificando na região.

Por fim, entendi que dentro dos meus limites e possibilidades nesse trabalho, a melhor forma de trabalhar essa questão através da moradia. Criar espaços de habitação, principalmente de habitação social, me parece a melhor maneira de garantir que as classes baixas não continuem se afastando cada vez mais dessa região e que possam permanecer e usufruir da infraestrutura existente no local. Assim, a escolha de criar moradia nesse espaço representa uma resistência à gentrificação, que tradicionalmente expulsa as pessoas com menos condição financeira. Essa escolha se trata de uma ação afirmativa, que visa incluir em vez de excluir. Promover a habitação no local torna possível a criação de outros equipamentos de descanso e lazer, minimizando um pouco a valorização imobiliária que eles causariam e garantindo uma diversidade de rendas no local.

A ideia de criar habitação social na região, assim como a de criar um parque, me fez pensar no conceito de reverter processos. Pela via da História, descobri o passado violento da Favela do Vergueiro. Pela memória viva, soube que algumas famílias removidas de lá se instalaram na Avenida Saioá e que depois foram novamente expulsas do local, para dar lugar à construção da estação de metrô Santos-Imigrantes. História e memória mostraram como o incinerador poluiu por décadas o ar da região e com a memória, descobri que a fábrica Arno poluiu por anos o Córrego do Ipiranga e contaminou as terras onde estava localizada. Dessa maneira, a memória me ajudou a entender o passado desse lugar e pensar em propostas para o tempo presente que, além de respeitar, possam atenuar os acontecimentos de antes. Assim, a ideia do programa proposto para o projeto também se baseia na vontade de reverter processos que acontecem até hoje, como o caso da constante expulsão da

croqui do
processo de
projeto -
incinerador

larissa candro,
2017



população pobre, e de amortecer os processos acontecidos no passado, como a degradação do meio ambiente. Dessa forma, a memória não participa do projeto apenas nos momentos em que aparece por meio de seus suportes materiais, mas tem função importantíssima na escolha do que esse local deve ser.

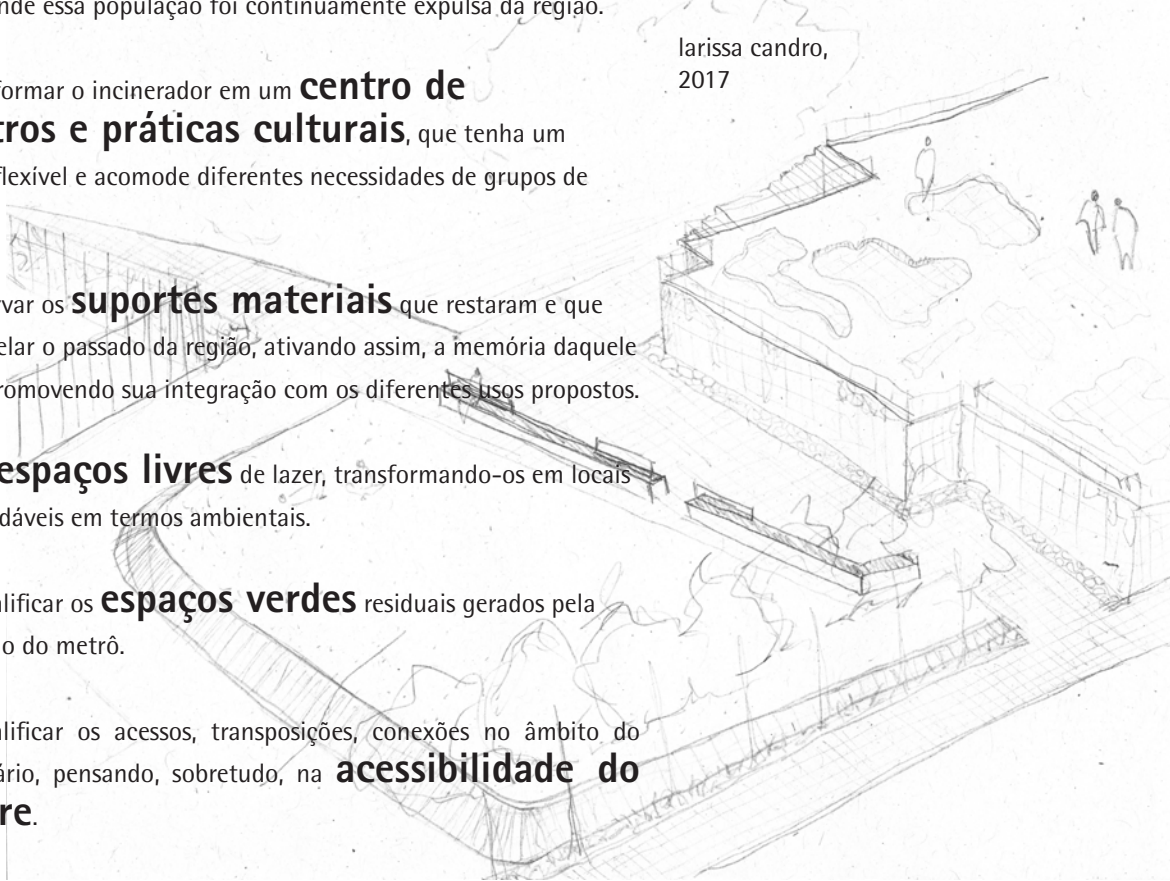
Sendo assim, a ideia final para este projeto é propor novos usos para a região, que sejam coerentes com seu contexto e com as linhas desenvolvidas nesse trabalho, que se relacionem com a questão da memória, que melhorem a qualidade urbana da área e que promovam mais diversidade de atividades e pessoas, tentando garantir a permanência de todas as classes sociais no local. O projeto se estrutura a partir de uma série de diretrizes para a região, que indicam as linhas de ação principais. O desenho é feito em uma escala urbana e o detalhamento se desenvolve em cima de partes específicas relacionadas às questões da memória.

Dessa maneira a proposta para a área estudada consiste em:

- Criar **habitação** de interesse social e mercado popular, garantindo que a população de baixa renda possa morar em uma localização com boa infra-estrutura de serviços, invertendo o processo histórico onde essa população foi continuamente expulsa da região.
- Transformar o incinerador em um **centro de encontros e práticas culturais**, que tenha um programa flexível e acomode diferentes necessidades de grupos de pessoas.
- Preservar os **suportes materiais** que restaram e que podem revelar o passado da região, ativando assim, a memória daquele espaço e promovendo sua integração com os diferentes usos propostos.
- Criar **espaços livres** de lazer, transformando-os em locais vivos e saudáveis em termos ambientais.
- Requalificar os **espaços verdes** residuais gerados pela implantação do metrô.
- Requalificar os acessos, transposições, conexões no âmbito do sistema viário, pensando, sobretudo, na **acessibilidade do pedestre**.

croqui do
processo de
projeto - praça
dos pisos

larissa candro,
2017



área de intervenção

situação atual

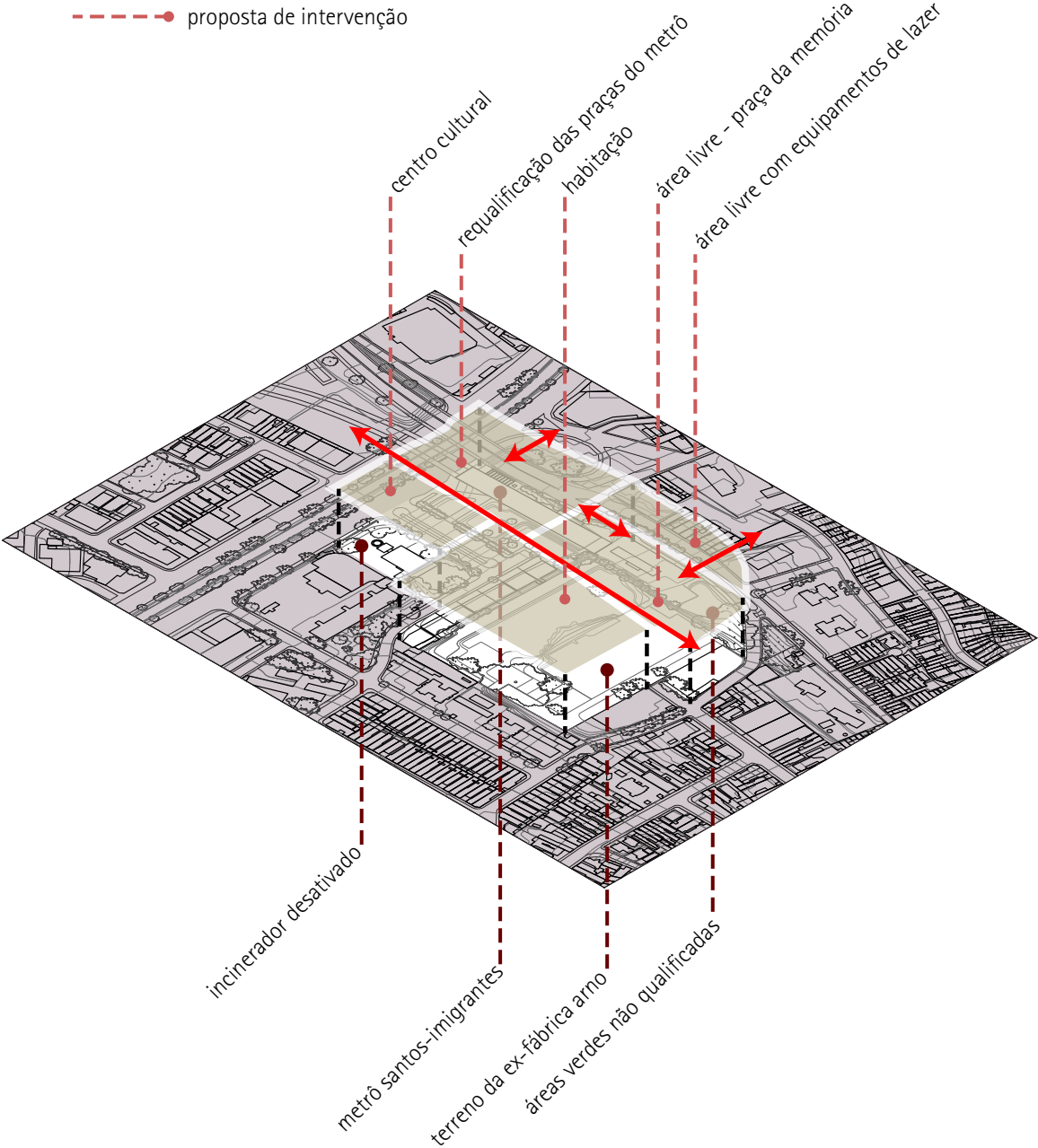
setores do projeto

novas conexões de pedestres

proposta de intervenção

diagrama esquemático da região

elaboração: candro, 2017



suportes materiais da memória

Ao visitar o terreno pela primeira vez, estava empolgada com a ideia de que o berçário não havia sido demolido, como contou André. Isso seria um ponto de conexão muito interessante entre o passado e o presente. Infelizmente, quando cheguei lá não vi nada que ainda estivesse construído. O que sobrou foram os desníveis do terreno, algumas poucas paredes encostadas no muro de divisa do lote e nos muros de arrimo, o piso do primeiro nível, as ruínas do portão de entrada da fábrica e as árvores, que estão realmente identificadas e com uma cerca para não serem removidas. Esses foram os suportes materiais que resistiram à destruição da fábrica e que serão usados como pontos de ativação da memória no projeto. Esses pontos têm a intenção de sugerir ao usuário que naquele espaço existiu um passado que agora ele não vê, mas que é passível de ser imaginado a partir dos elementos que o projeto fornece.

Além desses elementos, estarão espalhados na área trabalhada alguns totens que trarão relatos e lembranças de pessoas que usaram esse espaço no passado. A ideia de contar histórias pessoais, em vez de trazer informações históricas como normalmente aparece nesse tipo de suporte, cria uma relação mais próxima entre o usuário e o passado desse local.

As fotos a seguir mostram o estado atual dos suportes materiais remanescentes da fábrica da arno e da região e serão objeto de detalhamento em croqui ao longo da representação do projeto.



piso remanescente de
lajotas

andré conta que esse
piso é bem antigo e
provavelmente era o piso da
fábrica de tecidos haddad

foto: larissa candro, 2016

portão da entrada principal
da arno

foto: larissa candro, 2016



piso de lajotas cerâmicas

foto: larissa candro, 2016





muro de divisa de lote com revestimento e paredes remanescentes

foto: larissa candro, 2016

galpões localizados na rua entre a arno e o incinerador. a maior parte dos galpões tem algum uso e eles são os únicos elementos ainda em funcionamento que revelam o passado fabril dessa região.

foto: larissa candro, 2016



muro de arrimo com revestimento remanescente

foto: larissa candro, 2016

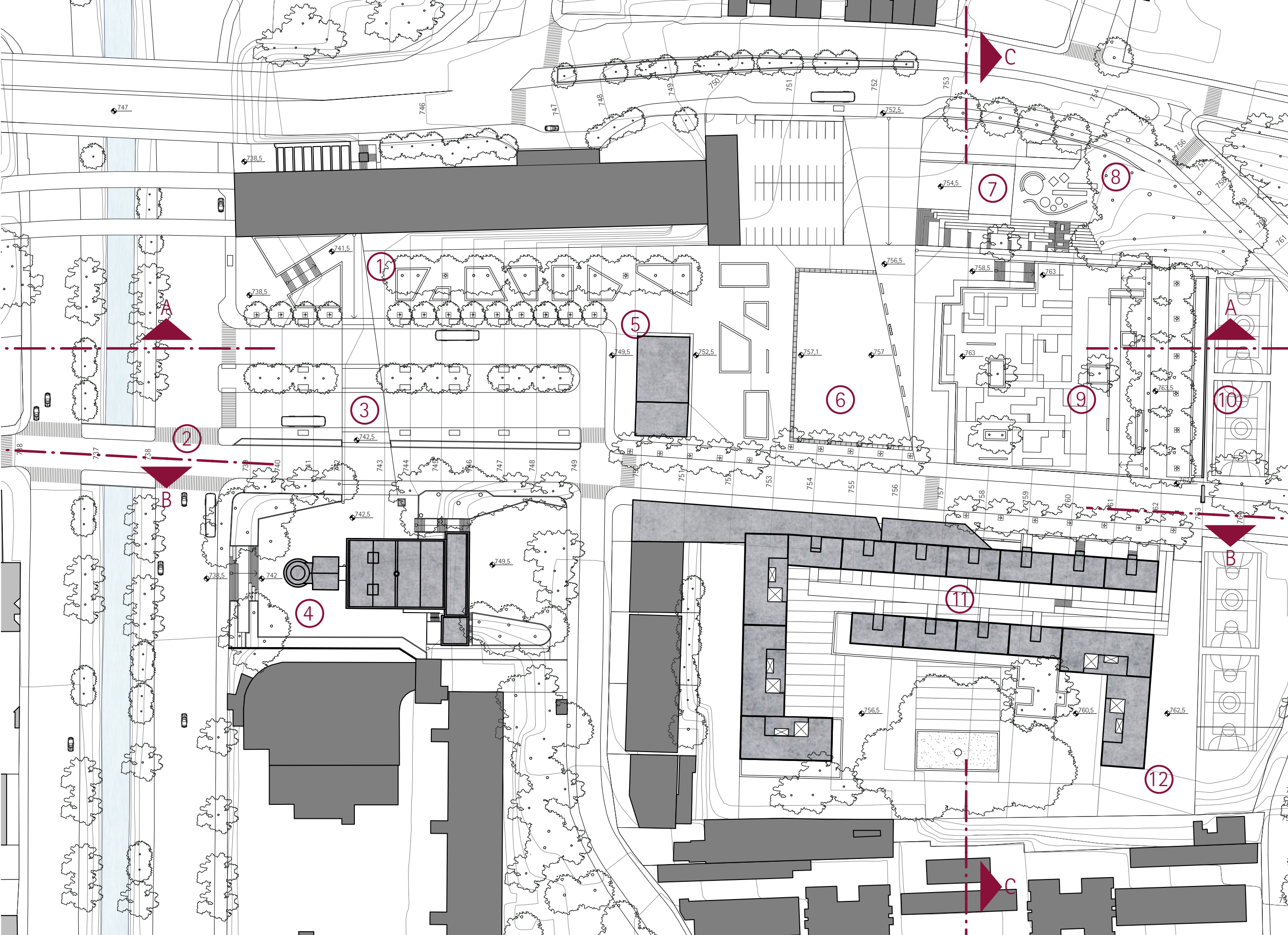
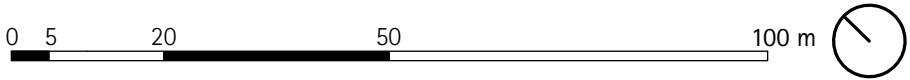
fachada do incinerador vergueiro. o incinerador constitui um forte marco da paisagem da região, sendo visível de longas distâncias. ele é em si, um suporte material das memórias, que fala sobre um passado onde essa região foi considerada periférica e desvalorizada.

foto: larissa candro, 2016



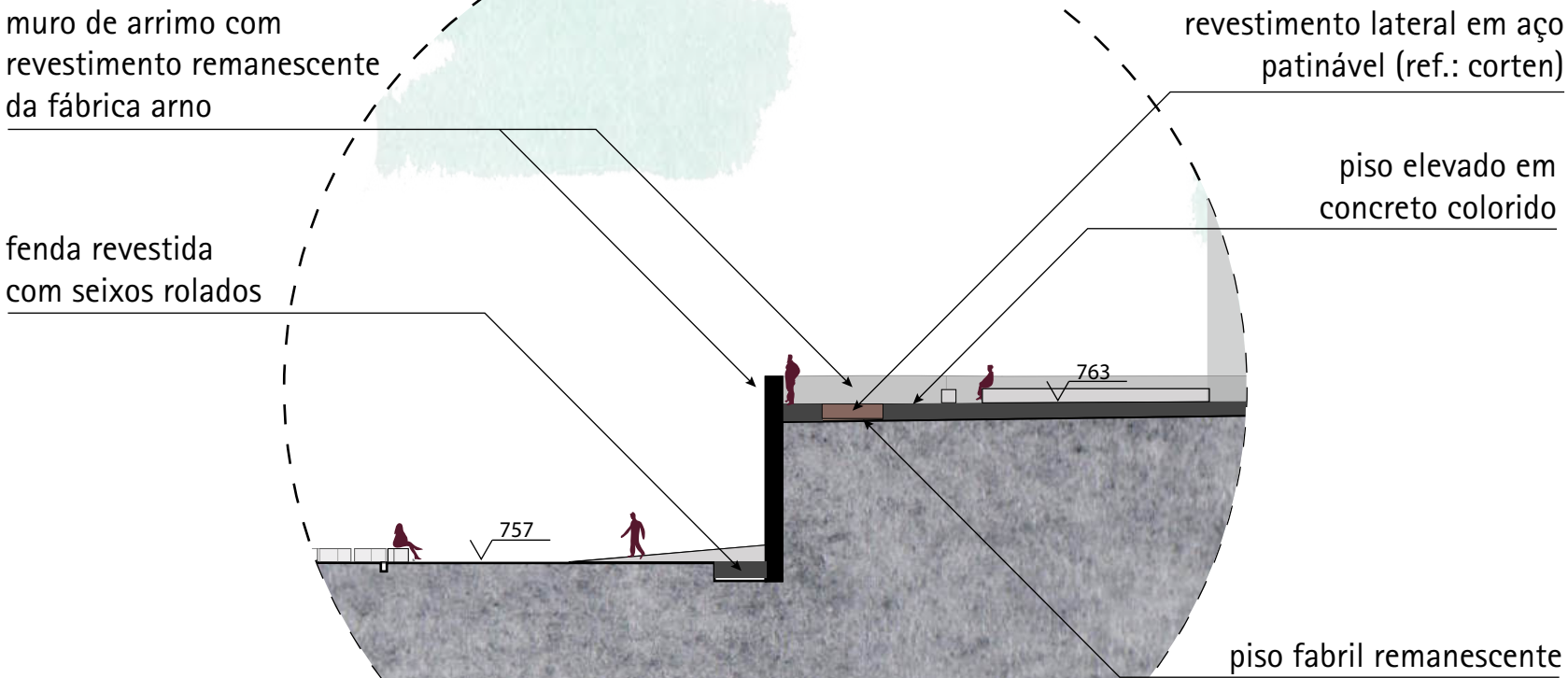
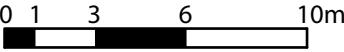
implantação
esc. 1:1000

- 1 praça do metrô
- 2 transposição em nível
- 3 terminal de ônibus
- 4 incinerador - centro cultural
- 5 bicicletário
- 6 gramado
- 7 respiro do metrô
- 8 parquinho
- 9 praça dos pisos
- 10 quadras poliesportivas
- 11 habitação de interesse social
- 12 habitação



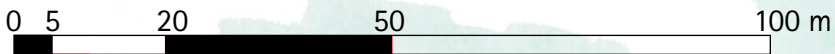
corte AA – ampliação muro de arrimo

esc. 1:250



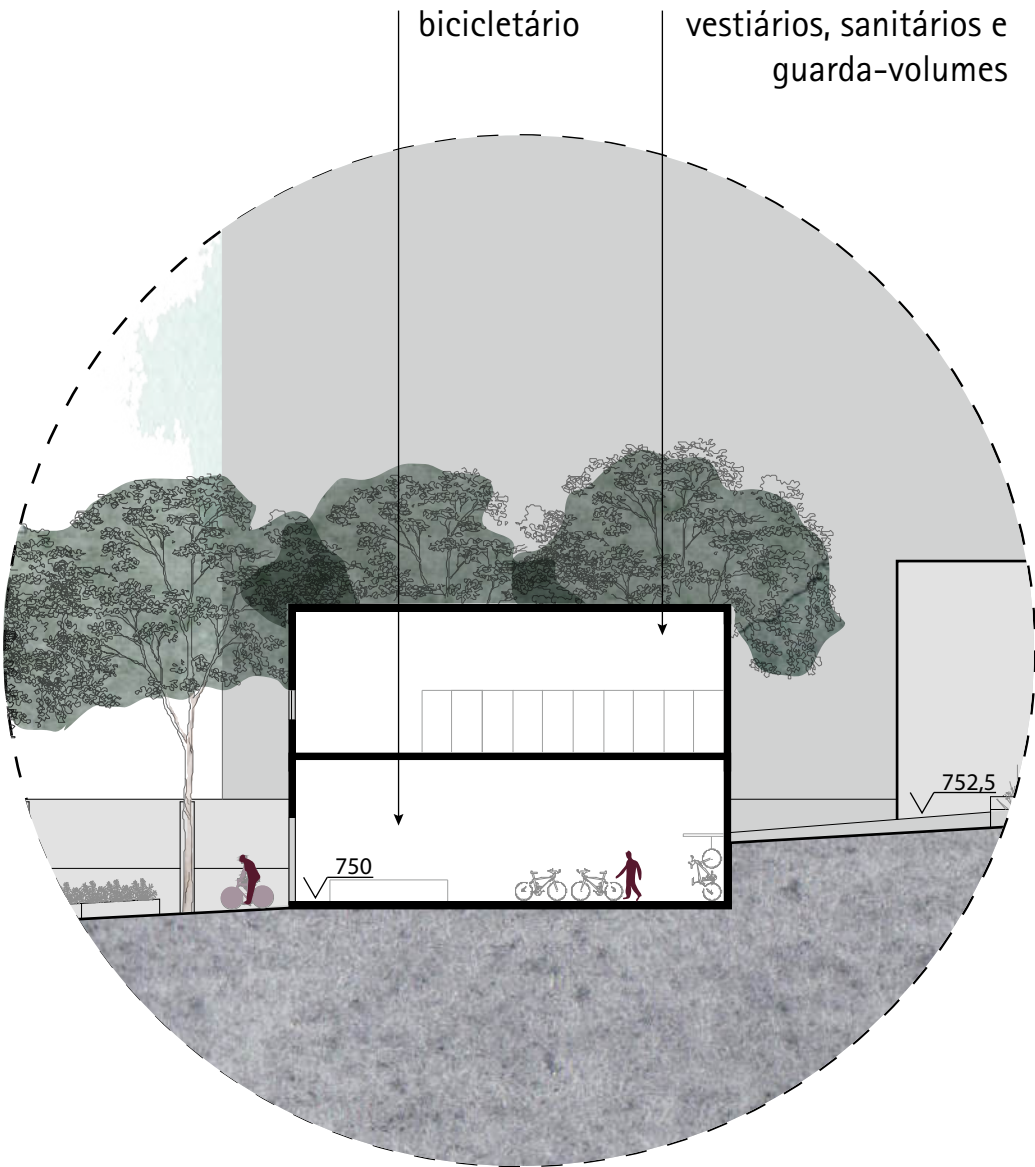
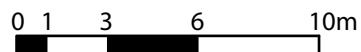
corte AA

esc. 1:1000

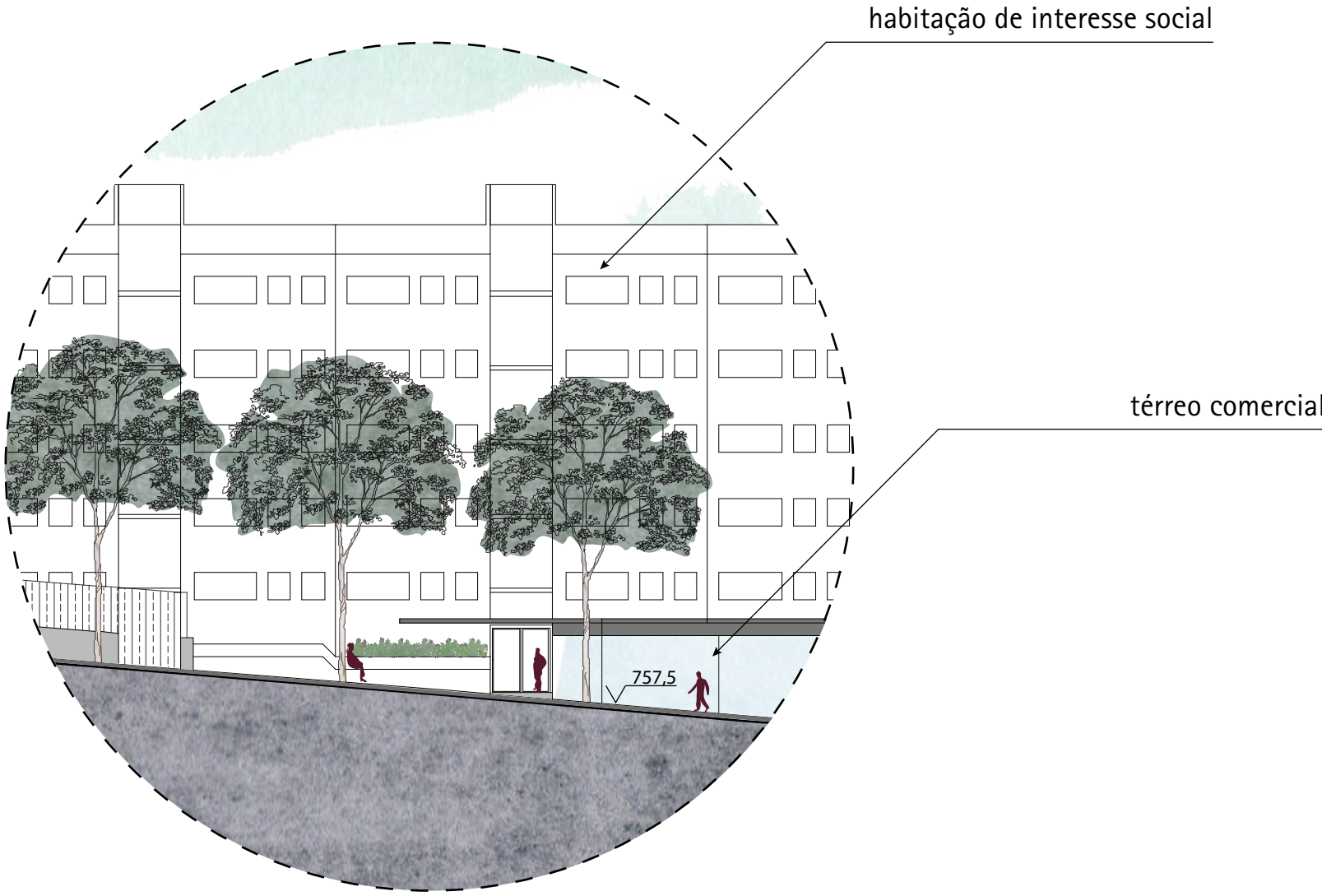
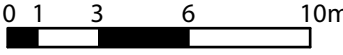


corte AA – ampliação bicicletário

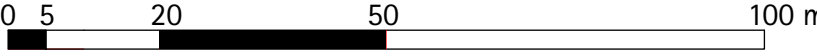
esc. 1:250



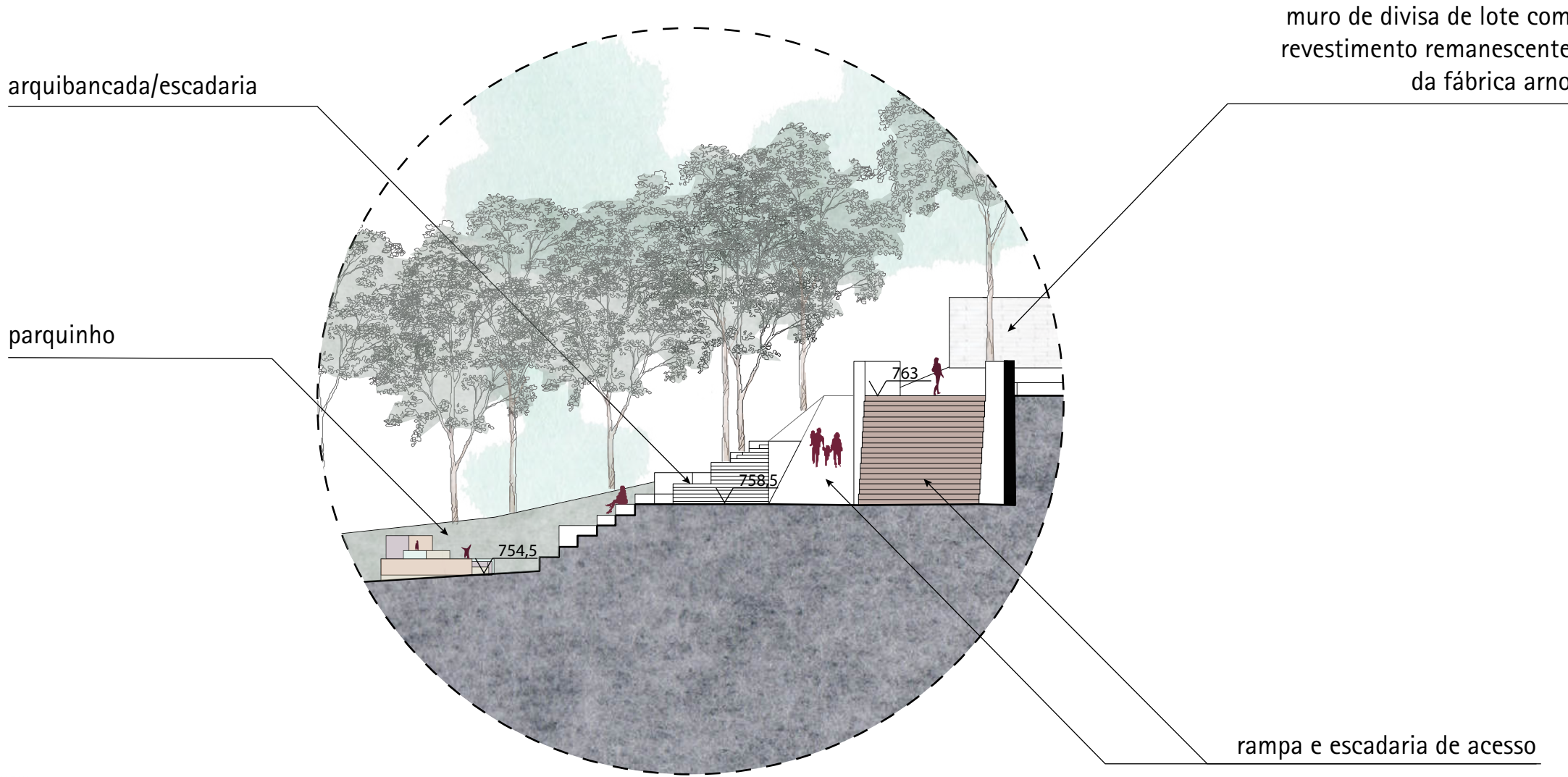
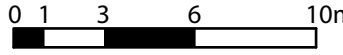
corte BB – ampliação habitação
esc. 1:250



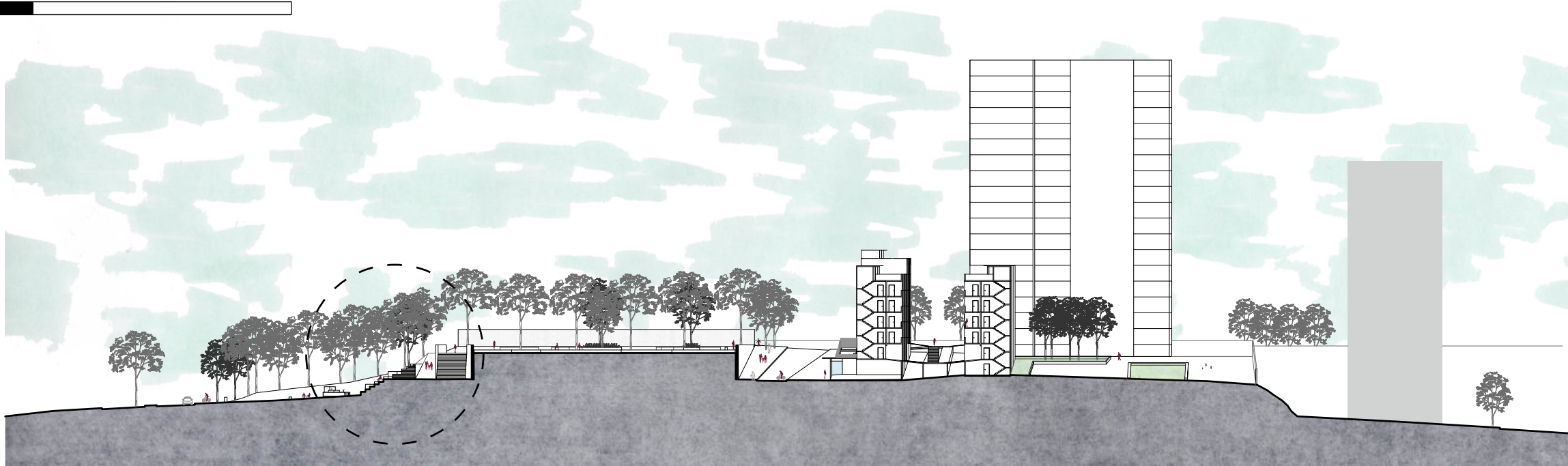
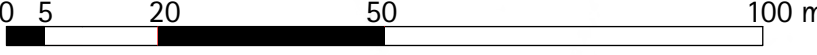
corte BB
esc. 1:1000



corte CC- ampliação arquibancada
esc. 1:250

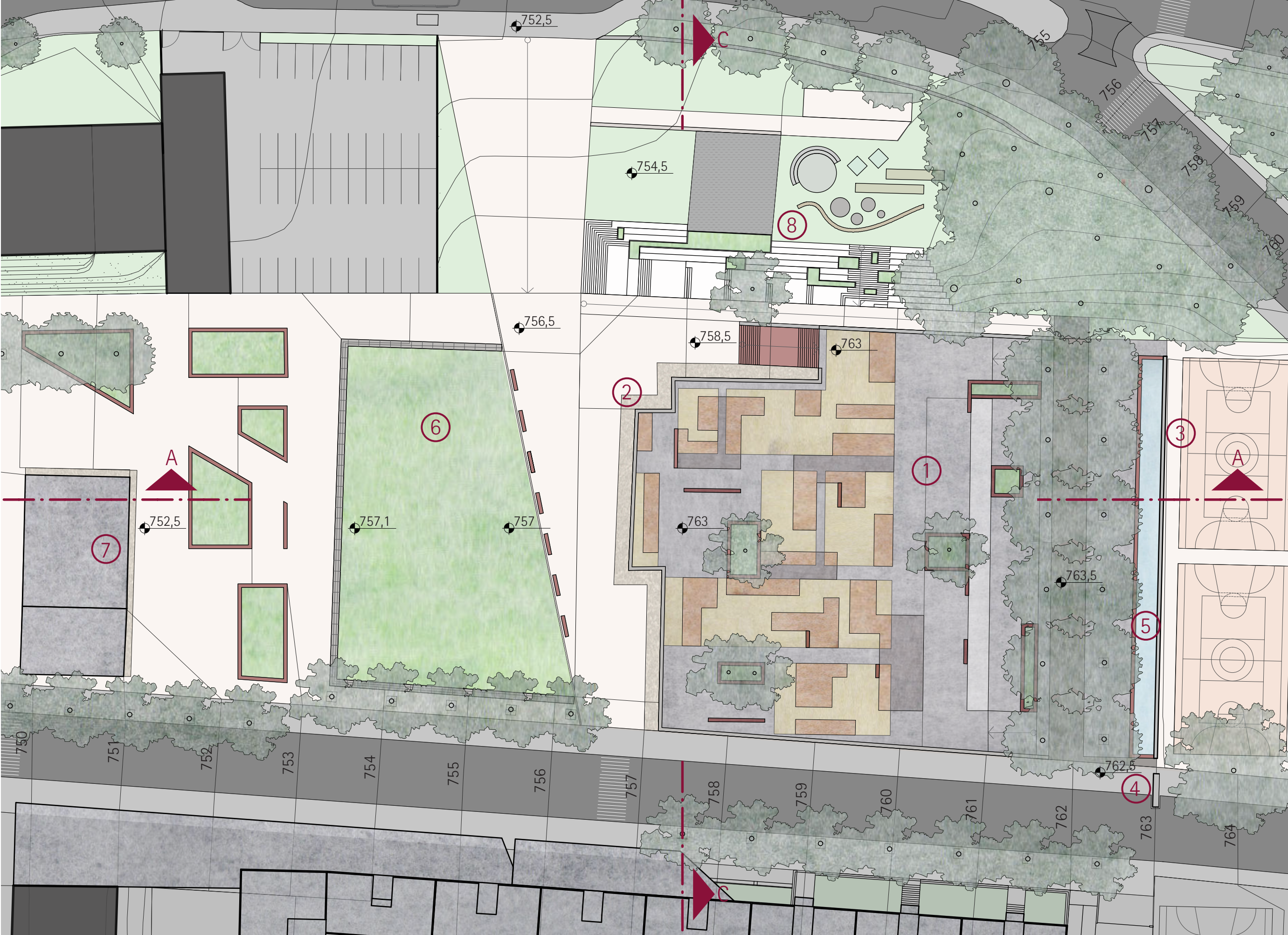
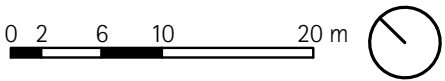


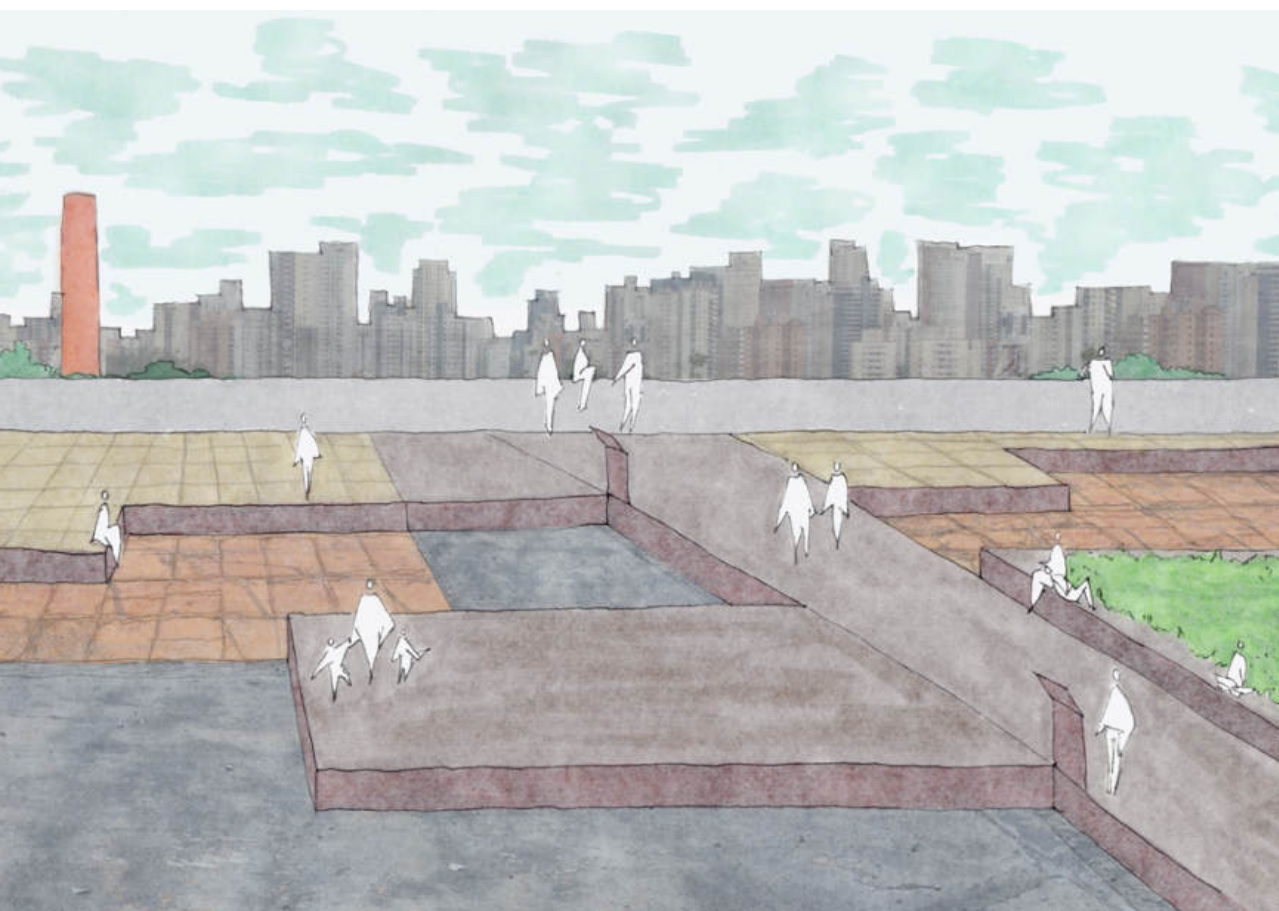
corte CC
esc. 1:1000



planta de paisagismo
esc. 1:500

- 1 praça dos pisos
- 2 muro de arrimo
- 3 muro de divisa do lote
- 4 portão de entrada
- 5 espelho d'água
- 6 gramado
- 7 bicicletário
- 8 arquibancadas e parquinho





praça dos pisos

A praça dos pisos é um espaço de descanso, lazer e contemplação. Seu conceito é possibilitar que o presente se reaproxime do passado, através do jogo de pisos elevados que recria, a partir das cores e texturas, as mesmas visuais do antigo piso da fábrica. A partir da entrevista com André e imagens aéreas do Google Earth, foi possível entender que o piso cinza definia as ruas internas da fábrica enquanto o piso alaranjado definia as estações de trabalho. Assim, um novo piso, elevado em 50 cm, sugere a demarcação desses espaços, ao mesmo tempo que revela em determinados trechos, partes remanescentes do piso antigo, que estão em um nível mais baixo. O resultado final da composição entre o piso antigo e o remanescente dá a ideia de como era aquele espaço no passado.

Olhando-se para frente, é possível ver a chaminé do incinerador e o horizonte de prédios do Klabin. Apesar de ser um horizonte de edificações, a amplitude espacial do local deixa a vista bonita, ainda mais nos fins de tarde, quando o sol se põe na mesma direção. Nessa praça existem totens informativos que trazem memórias de pessoas que trabalharam nas duas fábricas que estiveram naquele espaço e de ex-moradores da favela do Vergueiro.



muro de arrimo

O projeto de intervenção respeita a topografia existente no local, que na época da fábrica Arno configurava dois níveis da edificação. Dessa maneira, existem dois grandes patamares no projeto, que se tornaram a praça dos pisos e o gramado. Na praça dos pisos, os revestimentos do muro de arrimo resistiram, assim como as marcas que mostram onde estavam escadarias e paredes transversais, conformando os espaços fabris.

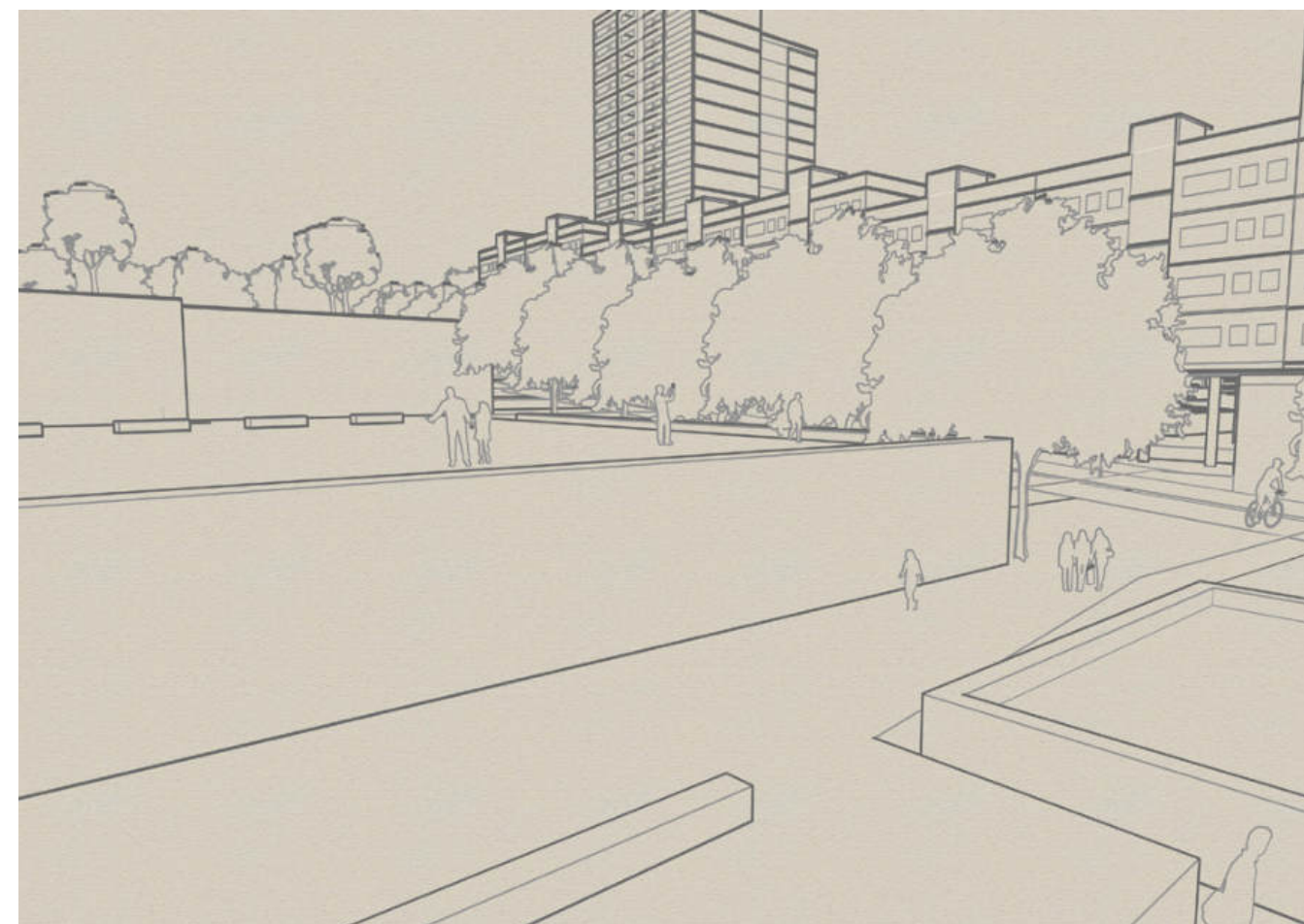
A ideia desta parte é, a partir de limpeza, restauro pontual e impermeabilização, preservar essas remanescências, possibilitando que elas se destaquem na paisagem e sejam vistas por quem passa no local. Uma faixa de concreto arremata e preenche as irregularidades desse muro e ao mesmo tempo se torna o guarda corpo.

Essa situação também acontece com o muro de divisa do lote, identificado como nº 3 na legenda.



portão de entrada

O portão de entrada principal da fábrica Arno não foi inteiramente destruído, permitindo que parte dele receba tratamento adequado e se torne um marco no local. A estrutura do portão está localizada entre a calçada e o leito carroçável, criando um ligeiro desvio que torna sua presença ainda mais impactante para quem entra por essa rua (R. Coronel Domingos Ferreira) e sugerindo que se está de fato, entrando em um local diferente apesar da rua se prolongar no terreno e integrar essa parte do tecido urbano.

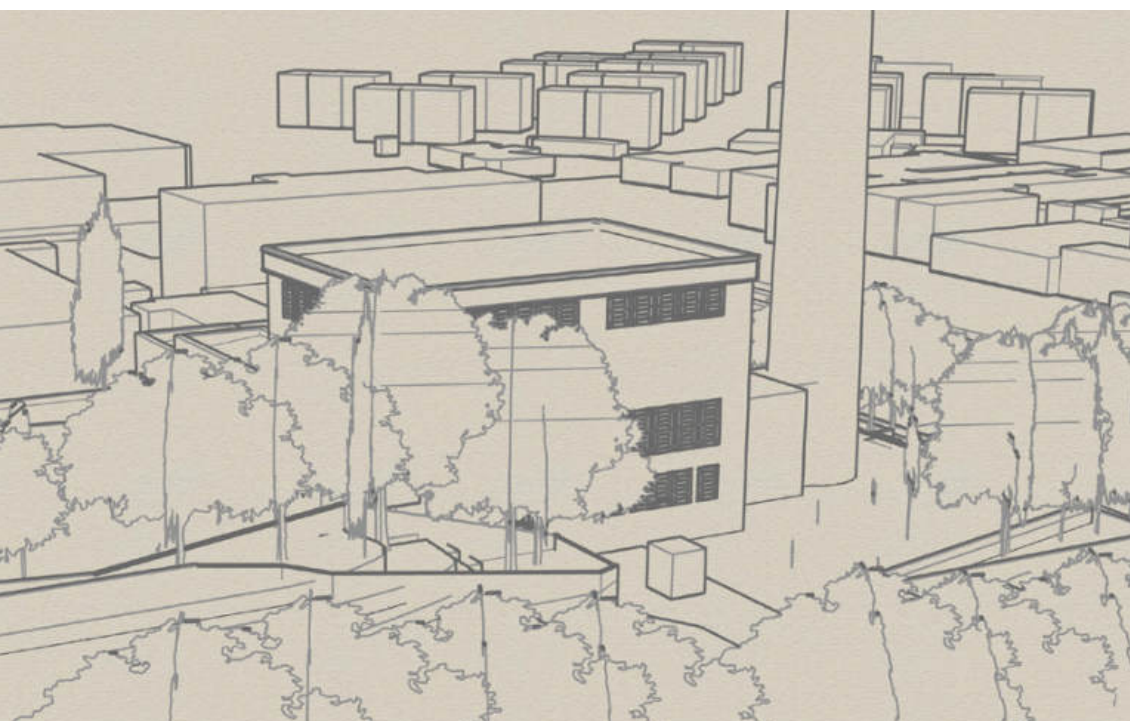


perspectiva (do gramado olhando para a habitação)

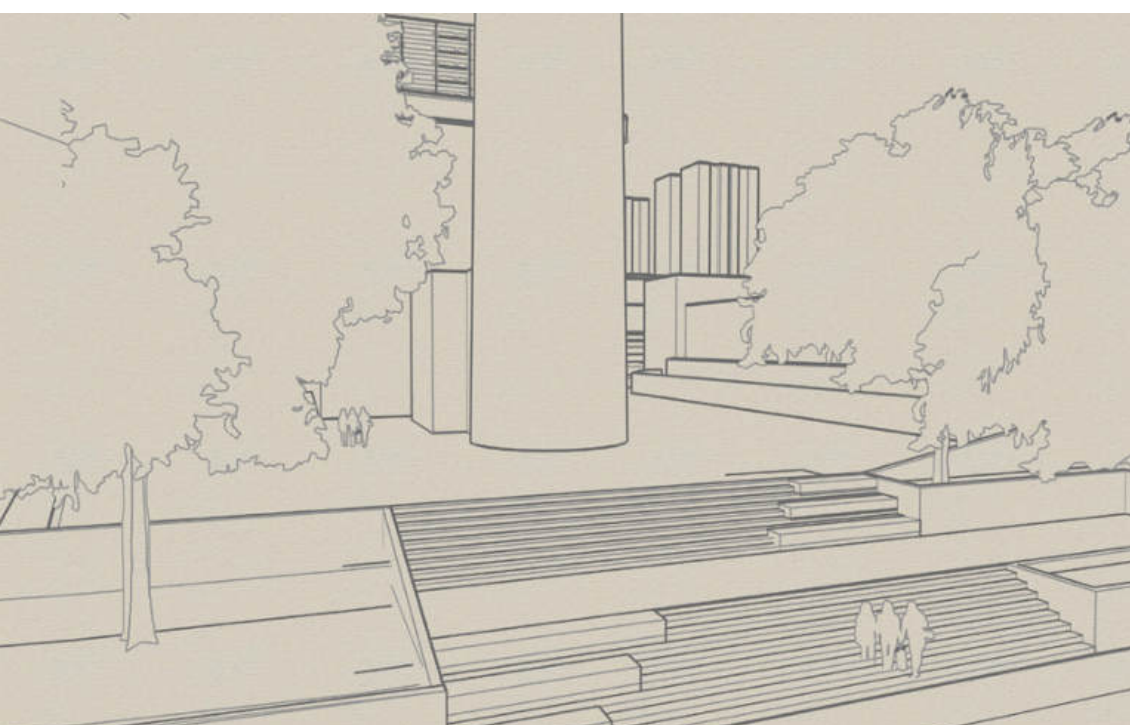
habitação

O conjunto de habitação é composto por lâminas previstas como habitação social e torres previstas como habitação padrão do mercado imobiliário e habitação por meio de locação social, permitindo que o local seja utilizado por diferentes classes sociais sem a expulsão das mais pobres. Os apartamentos do nível térreo voltados para o pátio interno são pensados para acomodar idosos enquanto o pavimento térreo voltado para a rua é previsto como espaço de comércio e serviços.

A ideia de pensar no andar térreo para idosos surgiu a partir da leitura de Bosi (1994), quando ela explica como o velho, ao mesmo tempo que é o guardião das memórias individuais e coletivas, é um ser oprimido dentro da sociedade capitalista. De fato, pouco se pensa no velho. Atualmente, em São Paulo, existe apenas um conjunto de habitação financiado pelo poder público que se destina à pensar nas necessidades desse grupo. O conjunto, chamado Vila dos Idosos, está localizado no Pari e funciona pelo sistema de locação social.



perspectiva (incinerador/centro cultural)



perspectiva (acesso ao centro cultural via Av. Ricardo Jafet)

incinerador – centro cultural

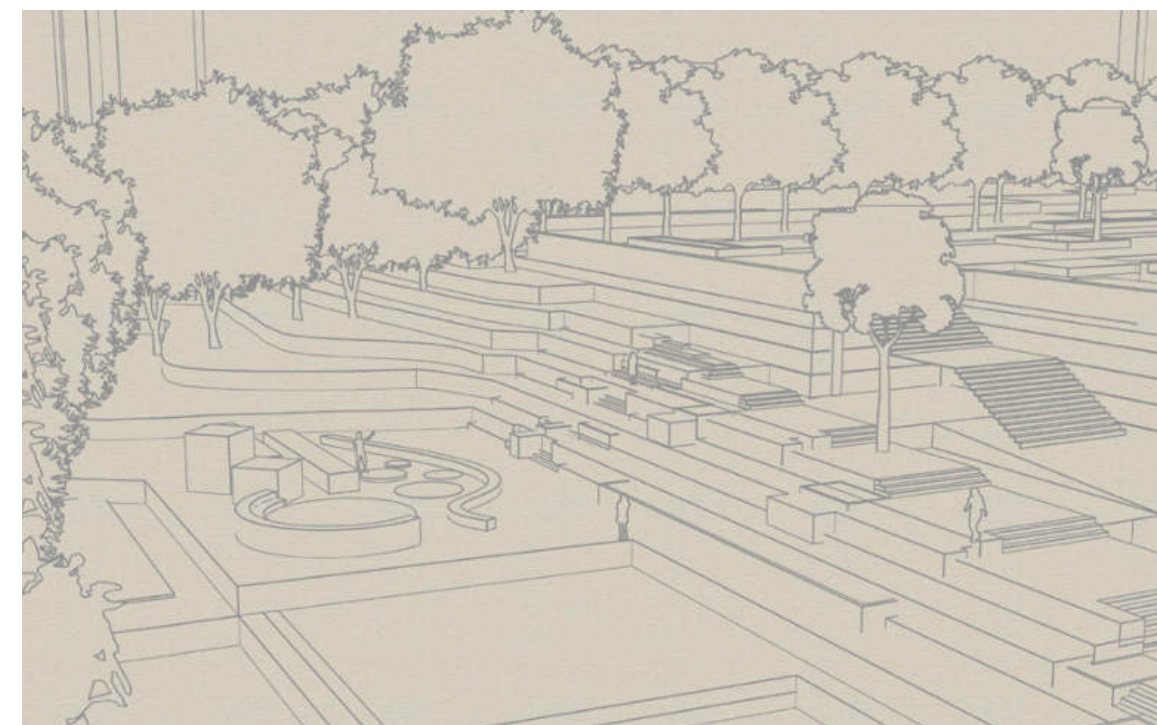
O incinerador desativado se transforma em um centro cultural, com programa que permite os encontros e a permanência. Uma vez que a dispersão dos grupos é uma das maiores condições da perda da memória coletiva (Bosi, 1994), criar espaços que revertam essa condição também é uma forma de trabalhar com as questões pertinentes à memória.

bicicletário

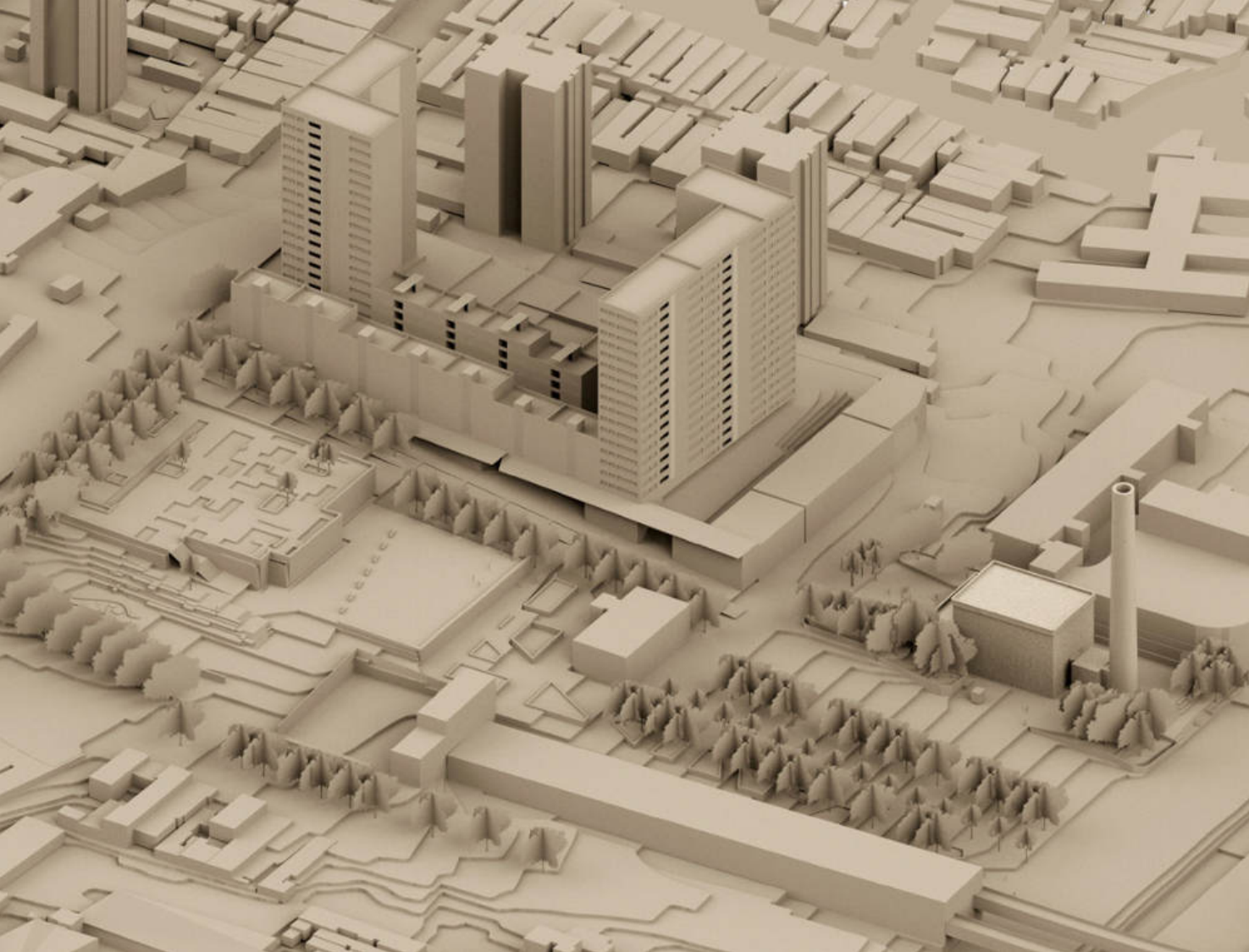
O bicicletário (item nº 7/planta paisagismo) é construído em um dos galpões existentes na região do trabalho. Na fila de galpões que fazia divisa com o muro da Arno, um deles foi removido para a criar a nova rua, os restantes permaneceram com mesmo uso e função e o mais próximo da estação de metrô virou um centro de apoio ao ciclista, com bicicletário, vestiário e guarda-volumes.

parquinho

O conjunto composto pelo parquinho, arquibancadas e escadarias foi criado onde antes existia um espaço residual proveniente da implantação do metrô. Esse programa cria espaços de lazer e descanso ao mesmo tempo que vence o grande desnível existente entre a rua e a praça dos pisos.



perspectiva (arquibancada, escadarias e parquinho)



maquete eletrônica

5. REFERÊNCIAS

bibliografia citada

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

BARTLETT, Frederic. **Remembering**. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire**, in Henri Bergson, Oeuvres. Paris: PUF, 1959.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FIALHO, Marco Antonio. **Aspectos de ordem institucional para a gestão de resíduos sólidos em áreas metropolitanas: o desafio da intermunicipalidade**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-29062012-144538/>>. Acesso em: 2016-05-24.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Félix Alcan, 1925.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola: 1992.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. **Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11032013-111954/>>. Acesso em: 2016-04-03.

MATOS, Olgária C. F. **A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças**. Espaço & Debates. Revista de estudos regionais e urbanos. Out/Dez 1982.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.** São Paulo: Revista Instituto de Estudos Brasileiros. 1992.

ROSADA, Mateus. **Patrimônio Perverso: Gentrificação, Violência Estatal e Mercado.** Monografia de disciplina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de pós-graduação. São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.academia.edu/7587437/Patrim%C3%B4nio_Perverso_Gentrifica%C3%A7%C3%A3o_viol%C3%A4ncia_estatal_e_mercado>. Acesso em 16/02/2017.

STERN, William. **Psicologia general.** Buenos Aires: Paidós, 1957.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Bem cultural e Identidade Cultural.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 20, 1984.

internet

Estágio atual da incineração no Brasil. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/textos/Estado%20Atual%20da%20Incineracao%20no%20Brasil.htm>>. Acesso em 25/05/2016.

DAIA, Parecer técnico. – Sobre Incinerador da Ponte Pequena. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/files/2011/11/oficio_consema_2008_242/Parecer_Tecnico_DAIA_358_2008.pdf>. Acesso em 16/06/2016.

legislação

SÃO PAULO (Prefeitura). Plano Diretor da cidade de São Paulo. Lei 16.050/2014.

SÃO PAULO (Prefeitura). Zoneamento da cidade de São Paulo. Lei 16.402/2016.

SÃO PAULO, (Prefeitura). Planos Regionais das Subprefeituras de São Paulo. Decreto nº 57.537, de 16/12/2016. Disponível em <<http://ma-pacolaborativo.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-regionais/>>. Acesso em 29/07/2016.

bibliografia complementar

BORGES, Jorge Luis. **Funes, o memorioso.** Conto dentro de Ficções: Obras completas de Jorge Luis Borges_ volume 1. São Paulo : Globo, 1999.

DURAN, Sabrina. **O direito à cidade: o hipster defende, o banco capitaliza e a construtora incorpora.** 12/03/2017 <<https://www.sauva.blog.br/single-post/2016/08/31/8>>. Acesso em 27/03/2017.

JORGE, Luís Antônio. **São Paulo: transformação e permanências para uma cultura cosmopolita.** Revista DROPS: 075.03 - 14/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.075/4992>>. Acesso em 14/07/16.

NORA, Pirre. **Les lieux de mémoire.** Paris:Éditions Gallimard, 1997.

SCIFONI, Simoni. **Lugares de memória operária na metrópole paulistana.** GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 98- 110, 2013.

STRAUSS, Claude Lévi. **Saudades de São Paulo.** São Paulo: IMS – Companhia Das Letras. 1996.

lista de entrevistas

Ivone Caleffi Candro - Entrevista realizada em 23/07/2016.

Altamir Abreu - Entrevista realizada em 05/07/2016.

André Benez Martins - Entrevista realizada em 13/07/2016.

Departamento de projeto do Metrô de São Paulo - visita realizada em 25/10/2016.

Escritório Arco - visita realizada em 30/11/2016.

impressão em alta alvura
120 g/m²



